



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 20

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 26 de Maio de 1993

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Manuel Brasil e Hélio Pombo

Sumário

Os trabalhos iniciaram-se às 10:17 horas

No **Período da Ordem do Dia**, deu-se lugar à continuidade da apreciação e discussão do "Plano de Médio Prazo para 1993/96", "Orçamento para a Região Autónoma dos Açores para 1993" e "Plano da Região Autónoma dos Açores para 1993".

Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados José Fernando Gomes (*PSD*), Nélia Figueiredo (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Ávila (*PS*), Carlos Mendonça (*PS*), Manuel Serpa (*PS*), Carlos César (*PS*), José Aguiar (*PSD*), António Gomes (*PS*), Rosa Machado (*PSD*), Humberto Melo (*PSD*), Artur Martins (*PSD*), Fernando Lopes (*PS*), Rui Melo (*PSD*), António Silveira (*PSD*), Gonçalo Botelho (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*CDS/PP*), Martins Goulart (*PS*), Manuel Arruda (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), João Cunha (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*), do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*),

da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*), da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*), e ainda os Srs. Subsecretários Regionais da Comunicação Social (*Joaquim Machado*) e da Cooperação Externa (*Lalanda Gonçalves*).

A continuação do debate ficou agendada para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20:00 horas)

Presidente: Muito bom dia, Srs. Deputados.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Eram 10:17 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PSD - Alberto Madruga da Costa, Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Silveira, António Almeida, Artur Martins, Carlos Silva, Gaspar da Rosa, Humberto Melo, João Cunha, Jorge Valadão dos Santos, Maria Isaltina Amaral, Manuel Amaral, Jorge Cabral, José Fernando Gomes, José Nunes, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, José Aguiar, Manuel Arruda, Manuel Brasil, Carlos Morais, Fátima Oliveira, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - António Silva Melo, António Gomes, Carlos Mendonça, Carlos César, Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Menezes, Fernando Lopes, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, Martins Goulart, Duarte Pires, Manuel António Martins, Manuel Serpa, Mário Machado, Nélia Figueiredo, Rogério Serpa, Rui Pedro Ávila; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos prosseguir com os nossos trabalhos relativamente à apreciação do "Plano Médio Prazo para 1993/96", "Orçamento da RAA para 1993" e "Plano da RAA para 1993".

Os tempos que ainda estão disponíveis são os seguintes:

Governo - 5 h 14 m 20 s

PSD - 5 h 48 m

PS - 4 h 10 m 15 s

PCP - 28m 50 s

CDS/PP - 45 m

Vamos então dar início aos nossos trabalhos e dou a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado José Fernando Gomes.

Deputado José Fernando Gomes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A análise deste PMP, bem como do desenvolvimento económico regional, deve ser enquadrada no plano nacional e internacional, dadas as consequências óbvias que daí resultam.

Nesse sentido, dada a fase menos optimista que se atravessa, pela incerteza quanto ao futuro, parece-nos razoável que haja alguma prudência na elaboração de um Plano a Médio Prazo, como é o caso do actual PMP-93/96 e Plano Orçamento para 1993.

Torna-se, pois, necessário um período intermédio, com um certo abrandamento, que permita a ponderação e reflexão necessárias no sentido de perspectivar o futuro, não esquecendo a necessária convergência da nossa economia dentro de um espaço comunitário.

Para tal, aponta-se como meta, a atingir, o investimento produtivo, de modo a promover-se o desenvolvimento económico e social, mantendo-se as taxas de inflação e desemprego a níveis baixos, como forma de melhorar a qualidade de vida da população.

Neste cenário, o Plano a Médio Prazo 1993-96 não é, obviamente, aquele que todos nós desejaríamos mas sim o possível tendo em conta os Recursos Financeiros que se perspectivam.

É um plano que se pode considerar realista face à quebra das receitas provenientes da Base das Lajes, bem como relativamente à incerteza quanto às verbas provenientes dos Fundos Comunitários.

Decorrente de todo este cenário, torna-se compreensível o recurso aos empréstimos, na medida em que se torna imprescindível assegurar o investimento, para atingir os objectivos, sem pôr em causa a capacidade de endividamento da Região.

Os grandes objectivos a prosseguir no próximo PMP parecem-nos justos e adequados face à conjuntura interna e externa.

São eles o fortalecimento da economia, a valorização dos recursos humanos e a melhoria das condições de vida.

O PMP dá, em primeira instância, especial relevo ao fortalecimento da Actividade Económica, através dos eixos de "Dinamização da Actividade Económica" e "Transportes e Energia", os quais representam quase 60% do Plano.

Torna-se, pois, necessário a criação de um aparelho produtivo e eficiente, gerador de riqueza e de emprego, mediante a maior participação da iniciativa privada e menor intervencionismo do sector público.

Destaca-se, neste âmbito, as verbas destinadas à Agricultura, Pescas, Turismo, incentivos à indústria e transportes terrestres e marítimos.

Em paralelo ao desenvolvimento económico, e porque ele é consequência da conjugação de diversos factores, merece especial destaque a valorização dos recursos humanos, nomeadamente na educação e formação profissional, que em conjunto com os meios materiais e financeiros condicionam a produtividade económica.

Assim, estima-se, para o desenvolvimento dos Recursos Humanos, o montante de cerca de 16,7 milhões de contos, dos quais se destaca os programas relativos à Saúde e Construções Escolares.

Relativamente à melhoria das condições de vida, parece-nos importante a preocupação que o plano pretende contemplar no que diz respeito não só aos aspectos quantitativos, mas também aos aspectos qualitativos tão diversos como sejam o ambiente e os recursos hídricos, a saúde pública, a cultura, a habitação e a ocupação dos tempos livres.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs Membros do Governo:

Neste PMP, em termos de programas, constata-se que existem aumentos significativos, em relação ao executado no Plano de 92, para os anos de 93 e seguintes, no que diz respeito a incentivos à indústria e desenvolvimento industrial:

Ou seja, no que diz respeito aos incentivos à indústria (valor correspondente à componente regional 30%), estão previstas verbas em mais do dobro, em cada ano de 1993 e seguintes, em relação ao executado em 1992, e o investimento em desenvolvimento industrial em dez vezes mais para 93, em relação a 1992, o que demonstra o objectivo de promover a iniciativa privada em investimentos reprodutivos.

No desenvolvimento dos Recursos Humanos, destaca-se o programa de saúde com mais de 2,3 milhões de contos em 1993, o que representa um acréscimo de cerca de 900.000 contos em relação ao executado em 1992, estando previsto em cada ano de 1994 a 1996, sensivelmente, o mesmo montante.

Espera-se, contudo, que, no futuro, aquando do conhecimento real dos fundos provenientes do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), haja um reajustamento que permita a maximização das transferências comunitárias.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Figueiredo.

Deputada Nélia Figueiredo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A análise e apreciação do Plano a Médio Prazo, reveste-se de particular importância, na medida, em que o mesmo contém os objectivos essenciais, que em princípio nortearão a actuação governativa no decurso de um quadriénio, nos diferentes sectores da vida económica, social e cultural da Região, assim como a programação sectorial destinada às diferentes Ilhas do Arquipélago.

O Plano a Médio Prazo, agora em discussão, no que concerne à Ilha de Santa Maria, fica muito aquém do aceitável. O que de vulto nele se preconiza, não é mais do que a concretização dos programas em que se foi pouco além das intenções no Plano a Médio Prazo anterior. Enquadram-se nesta situação a construção do Centro de Saúde de Vila do Porto e a pavimentação das estradas regionais, cujos encargos

correspondem a 68,4% da dotação orçamental prevista para a referida Ilha, no quadriénio 93/96.

Se os investimentos acima referenciados tivessem sido executados atempadamente, conforme o programado hoje Santa Maria, veria certamente contemplados, neste Plano a Médio Prazo, os investimentos que urge realizar e que mais uma vez não se encontram inscritos.

O Governo Regional, **hoje**, por " falta de capacidade financeira" não pode fazer; **ontem** por falta de capacidade de Gestão não foi capaz de fazer, e assim se vai adiando o desenvolvimento de uma Ilha, que desde o início da década de 80, se encontra num estado de crise latente.

Para que a situação não se agudize, antes pelo contrário se inverta, é necessário que o Governo Regional:

- tome uma posição inequívoca de apoio à manutenção da TMA em Santa Maria;
- dinamize eficazmente o processo Zona Franca, fazendo-o sair do impasse e confusão que o tem caracterizado, de modo a que esta cumpra os objectivos para que foi criada e contribua efectivamente para o desenvolvimento económico e social da ilha;
- promova um estudo sobre as potencialidades turística de Santa Maria e implemente a criação de infraestruturas de apoio a esta actividade, de forma a tornar vendável Santa Maria como destino turístico.

A Zona Franca e o turismo continuam a ser as áreas capazes de eventualmente, no futuro, garantirem emprego aos jovens marienses, caso contrário acentuar-se-á a tendência actual de saída, com as consequências negativas daí advenientes para a Ilha.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da análise do Plano a Médio Prazo constata-se que as aspirações manifestadas a nível ilha, aquando da visita de trabalho do Governo, com vista à preparação deste Plano, não foram minimamente contempladas. De entre elas destacamos as seguintes:

Programa: **Agricultura**

Construção de uma Casa de Abate - A construção da mesma torna-se necessária, dado que a existente, quer pela localização, quer pela falta de condições higieno-sanitárias deve ser desactivada e demolida.

Numa altura, em que se fala tanto na preservação do meio ambiente, não é aceitável que se aposte na manutenção de uma estrutura, com um sistema de esgotos, que corre a céu aberto desaguando numa falésia junto ao mar. E como se tal não bastasse, acresce ainda, que a referida Casa de Abate se encontra indevidamente construída no meio de um conjunto arquitectónico de reconhecido valor histórico, do qual destoa completamente.

Não é credível que a nível de objectivos se defenda a "Preservação da Qualidade do Ambiente" e o Património Arquitectónico Artístico e Cultural e que na projecção da acção deste Governo para os próximos quatro anos se ignore a situação descrita.

Programa: **Segurança Social**

É inegável a importância das Casas do Povo no apoio à Comunidade, sobretudo nos meios rurais, onde são muitas vezes o pólo aglutinador e promotor de uma série de actividades recreativo/culturais, que ocupam os tempos livres, sobretudo dos mais jovens, desviando-os assim da frequência de outros meios pouco aconselháveis, caso das tabernas.

Nesta perspectiva representa uma grave lacuna deste Plano não prever a construção das Casas do Povo das Freguesias de Almagreira e Santa Bárbara.

Outros programas há, que apresentam uma dotação orçamental exígua. Caso dos programas: - Transportes Marítimos Defesa e Preservação do Património Cultural.

No caso do programa relativo aos Transportes Marítimos a dotação Orçamental de apenas 20 mil contos é notoriamente insuficiente para satisfazer as necessidades financeiras, que o reforço do molhe cais de Vila do Porto envolve. Basta lembrar que aquando da visita do Primeiro Ministro à ilha em 1991, foi afirmado que a realização dessas obras envolveriam uma verba de cerca de um milhão e duzentos mil contos, de onde se depreende que foi decidido não efectuar o referido reforço no quadriénio 93/96.

Tal decisão encerra grave risco e pode fazer perigar a segurança do porto. É que um eventual destruição parcial do mesmo, causará graves danos a nível de abastecimento

da ilha em todos os sectores, com as inerentes consequências económicas e sociais que tal situação acarretará.

No que concerne ao programa de Defesa e Preservação e Património Cultural, concordo plenamente com o enquadramento feito ao programa, quando se afirma que para evitar a tendência de uniformização "há que acautelar o essencial e o que define a personalidade base de um povo e mesmo alguns traços complexos e sistemas a que aqueles estão associados e que lhe dão merecido relevo". No entanto não me parece que a verba inscrita para o efeito neste plano seja suficiente. Para uma ilha que precisa recuperar grande parte do seu património.

Para uma ilha em que a conclusão da Casa Etnográfica se arrasta à anos e cujo espólio se vai degradando enquanto espera, é necessário mais do que os 11 mil 695 contos previstos.

Ainda no âmbito da Secretaria Regional da Educação e Cultura gostaria de questionar o Senhor Secretário da tutela relativamente ao programa Equipamentos Escolares. É que as Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Ilha, ainda não se encontram totalmente apetrechadas com mobiliário novo, no entanto não está prevista rubrica orçamental para o efeito. Será que os alunos das escolas de São Pedro, Almagreira, Santa Bárbara e Santo António, vão continuar a dispor de mobiliário ultrapassado que não se coaduna com as novas exigências pedagógicas? Ou será que existe apenas atraso na entrega do mesmo?

Em suma da análise do PMP pode concluir-se que o Governo Regional, na linha de actuação que já é habitual, continua a prestar pouca atenção às ilhas pequenas na qual se inclui Santa Maria.

Senhores Membros do Governo não basta apelar à solidariedade externa é necessário promover a solidariedade interna para que a tão proclamada defesa do desenvolvimento harmónico da Região, seja mais do que um mero jogo de palavras.

Disse!

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública pretende usar da palavra com que finalidade?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu só queria dizer duas coisas muito simples.

Nós, em termos nacionais, recusamos avaliar o critério da solidariedade em função do investimento per capita e como tal achamos que o investimento per capita é um mau critério para avaliar a solidariedade.

Mas de qualquer maneira, devo dizer que a Ilha de Santa Maria mesmo com os problemas que nós sabemos, conhecemos e reconhecemos, tem um investimento, per capita, desde o início da Autonomia, a preços correntes de 1.144 contos contra uma média nacional de 800 contos.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Século XIX!

O Orador: Isso significa que se nós fossemos utilizar o mesmo critério que alguns às vezes utilizam em relação a nós, Santa Maria estava no melhor dos mundos. Nós não partilhamos dessa ideia e com isto queria fazer-lhe uma contra pergunta e que é a seguinte:

Falou-se muito da Zona de Franca de Santa Maria e já agora gostava que me explicasse qual é a ideia que tem de zona franca e em que medida é que ela nos pode ajudar?

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O Governo ainda não sabe?!

O Orador: Não, vamos ver!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Figueiredo.

Deputada Nélia Figueiredo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para prestar um esclarecimento em relação à Zona Franca e como tal remeto-o para a leitura do que tem sido dito nesta Casa pelo meu colega José Humberto Chaves.

Além disso, devo-lhe dizer que já foi afirmado por um elemento do seu partido de que o próprio Governo Regional não sabe o que é a Zona Franca e quando a criou, criou-a sem saber...

(Aparte inaudível do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

A Oradora: ... pois então V. Exa. há-de explicar ao Governo Regional e há-de explicar a esta Região o que é que é a Zona Franca.

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

(Aplausos da bancada do PS)

A Oradora: O problema é que passados os anos que se passaram, V. Exas. não sabem e tem andado de equívoco atrás de equívoco em relação à Zona Franca.

Inclusivamente V. Exas, fizeram um contrato com uma concessionária para explorar a Zona Franca e nem sequer tem feito cumprir as cláusulas desse contrato.

Eu não me importo de neste momento estar a dar explicações, visto que sou professora de História e não vou ser sua professora. V. Ex.^a que me desculpe, mas dou aulas noutra sítio!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito Bem!

Deputado Victor Evaristo (PSD): Vê-se que a Sra. sabe muito da Zona Franca!

A Oradora: Diga, diga, diga...

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sabe muito sobre a Zona Franca!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Agradecia que os Srs. Deputados não mantivessem...

Sra. Deputada, Sr. Deputado Victor Evaristo...

A Oradora: Eu antes de...

Presidente: Sra. Deputada tem todo o direito de prestar esclarecimentos e agradeço que os preste e agradecia ao Sr. Deputado Victor Evaristo que não estabelecesse diálogo.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que deixassem a Sra. Deputada fazer a sua prestação de esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Fale, fale!

A Oradora: Eu fico espantada com o Sr. Deputado Victor Evaristo, quando diz que eu não tenho a ideia e que não sei falar de zona franca ou melhor não sei o que é uma zona franca.

Mais me espanta a mim é que o Governo Regional que criou a Zona Franca para resolver um problema de Santa Maria e na consequência de uma decisão sobre política aérea, não saiba o que ela é e continue a laborar no equívoco que tem prejudicado muitos marienses visto que lhes criou esperanças durante um determinado período, o que é injusto para com a população de uma ilha.

Em relação ao rendimento per capita que V. Ex.^a aí fez referência, eu até acredito que os seus números sejam correctos. Não ponho isso em causa.

No entanto, isto não invalida que Santa Maria precisa de ver viabilizado o seu futuro e que uma ilha que não tem grandes recursos próprios, o Governo tem que lutar pela defesa desses mesmos direitos. Direitos esses por forma a depois não ficarmos atrás e sermos uma colónia de velhos.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado José Humberto Chaves pediu a palavra com que finalidade?

Deputado José Humberto Chaves (PS): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu gostaria de saber se V. Ex.^a tem conhecimento do que vou ler...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ... ou melhor se tem conhecimento que a própria concessionária quer abandonar a Zona Franca?

V. Ex.^a tem conhecimento e se tem, gostaria de saber o que é que pensa sobre isto?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para responder ao Sr. Deputado.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente a esse dossier, o Governo da Região Autónoma dos Açores tem uma parte nessa concessionária que foi herdada da ERPI e neste momento, uma parte minoritária está nas mãos do chamado Instituto de Investimento e Privatizações dos Açores, tal como de outras entidades da Região Autónoma dos Açores que também participam no capital social desta empresa.

Por isso, nós estamos aguardar resultados de alguns inquéritos e pedidos de inquéritos que V. Exas. solicitaram.

Nós vamos respeitar e responsabilizar aquilo que vier à luz do dia, assim como o que lá for efectuado e eventualmente questionar se as coisas não estiverem suficientemente claras.

No entanto, não acredito que a Zona Franca de Santa Maria possa ser a solução global e total para a mesma. Pode, sim, ser mais um instrumento e nunca afirmei nem nunca ouviam da minha boca nem dos responsáveis - que eu saiba - de que a Zona Franca seria a solução miraculosa para o problema de Santa Maria, isto numa perspectiva global.

Não acredito que aquele instrumento possa ter eficácia à margem dos marienses. Por isso, estou para ver como é que se vão comportar na altura e no momento próprio, quando alguns marienses e sobretudo algumas instituições, - não digo marienses em termos individuais - forem desafiadas a dar o seu contributo.

Muito obrigado.

Presidente: Para dar mais esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu referia-me mais concretamente aqui ao ponto n.º 5 do ofício que foi enviado para o IIPA, bem como para a sua Secretaria e que diz:

"Se nenhuma das soluções referidas no ponto anterior..." - é aquele que dizia que se quisessem vender as suas acções - "...se nenhum dos pontos referidos no número anterior for concretizado, tomamos a iniciativa de propor a sua dissolução".

É neste aspecto que eu gostava que V. Ex.^a explicasse ou melhor se pensa ou não dissolver?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estou a ponderar na altura devida e penso que se devem esgotar todas as possibilidades de encontrar uma solução e alguma viabilidade para aquele instrumento dentro de uma perspectiva normal, sem rasgos de megalomania, sem esperanças de um "el dorado".

No entanto, deve-se adequar à nossa dimensão e à realidade actual, tendo em conta que a realidade de há dez anos é completamente diferente da realidade de hoje, na medida em que há dez anos assentava numa estrutura de comércio mundial produtiva, de consumos de energia ou melhor tinha um perfil económico e uma distribuição diferente daquela que existe na actualidade.

Por conseguinte, a ideia que se tinha há dez anos atrás pode ser diferente da ideia que se possui actualmente.

Penso que a parte do "off shore" tem sucesso neste momento, daí que existem já alguns bancos instalados na Zona Franca de Santa Maria e para isso não é necessário legislação, como tal, não é ilegal e é uma situação que está perfeitamente regularizada.

Do ponto de vista financeiro, penso que é um instrumento com potencialidades e do ponto de vista industrial, vamos ver e aguardar mais um pouco.

No entanto, se chegarmos à conclusão de que é apenas uma fonte de problemas, se os marienses não quiserem aquele instrumento e se chegarmos à conclusão que aquilo não faz sentido, com certeza que ela irá ser extinta.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Voltaram a insistir em Zona Franca!

Presidente: Tem a palavra para dar mais esclarecimentos o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Eu agradecia que os Srs. Deputados tivessem em conta que já fizemos sobre esta matéria várias intervenções, o que ultrapassa os tais dez minutos que devemos ter como limite.

De qualquer forma tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os marienses têm ao longo destes anos pugnado para que seja real a implementação da Zona Franca em Santa Maria.

Deputado Rui Ávila (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sempre fomos enganados e neste momento o edifício da Zona Franca de Santa de Maria não tem água, luz e telefones, o que é uma vergonha!

Como é que se pode querer ter uma zona franca a funcionar, se ela nem tão pouco tem as mínimas condições?

Nem se sabe quem é que tem a chave do posto de transformação de energia eléctrica.

É só isto!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Gualter Furtado): Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Secretário Regional das Finanças:

O Sr. Secretário tem que pedir a palavra, aguardar que lhe seja dada e só depois fazer a sua intervenção, por forma a legalizar os nossos trabalhos, caso contrário, acabamos numa grande confusão.

Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu queria clarificar que quando disse "extinguir um instrumento", não significa com isso que seja extinguir a Zona Franca.

Eu já lhe disse que acredito na parte financeira da Zona Franca e julgo que fui bastante claro.

Quanto ao outro aspecto, V. Ex.^a sabe perfeitamente que nos últimos tempos e infelizmente, houve um problema de natureza legal que adiou bastante a situação e que existe uma grande pressão para que haja regulamentação nova e adequada às novas regras que foram agora implementadas pela Comunidade Económica Europeia. Houve uma grande mudança relativamente ao conceito de zona franca e de porto franco. Isto foi determinado a partir e, sobretudo, das Canárias e a própria Comissão Europeia está neste momento a preparar regulamentação específica.

O Ministério das Finanças está a passar neste momento por um processo de fusão da Guarda Fiscal com a Direcção Geral das Alfândegas e daí que tudo isto coloca alguns problemas na regulamentação e da portaria que põe em execução a parte industrial da Zona Franca.

No entanto, não estamos parados e mantenho aquilo que lhe disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Na sua estrutura a proposta em discussão do PMP 93/96, no que diz respeito ao sector do turismo deixa antever o objectivo fundamental da consolidação das importantes definições e acções concretas desenvolvidas no âmbito do anterior PMP.

Com efeito é bem visível **em todas as ilhas** o incremento ocorrido e em curso, visando o aumento da oferta turística global, tendo sido apontado no programa do IV Governo a falta de camas e de diversificação do produto como uma das principais condicionantes do desenvolvimento do turismo na Região, registou-se um rápido crescimento da capacidade de alojamento que totaliza presentemente cerca de 4 000 camas classificadas, 50% das quais integradas em hotéis de superior qualidade, sendo crescente a quota de participação das novas formas de alojamento turístico, nomeadamente das unidades de turismo em espaço rural.

Até finais de 1994 e inícios de 1995, de acordo com os projectos já aprovados, atingir-se-á cerca de 5 000 camas.

A expansão verificada ao nível do alojamento foi também acompanhada por um crescimento e diversificação assinaláveis de equipamentos de animação desportiva e de lazer adquirindo maior consistência a oferta de produtos temáticos, encontrando-se todavia alguns destes produtos ainda em formação não sendo por isso ainda visíveis os seus efeitos ao nível da comercialização turística.

De referir igualmente um **aumento muito significativo** do número de similares de hotelaria **tendo-se atingido em quase todas as ilhas uma oferta considerada suficiente** para a dimensão do mercado actual.

De facto, o que hoje já é inquestionável, é que valores fundamentais, que são o melhor garante de que o futuro para o turismo dos Açores nomeadamente a consagração da vocação privada da actividade turística e o correspondente protagonismo do sector empresarial, **são realidades adquiridas e irreversíveis que muitos pensavam ser inatingível em tão breve espaço de tempo.**

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Muito bem!

O Orador: A clara intensificação e diversificação do esforço promocional, aliado ao crescente dinamismo que conhece o sector, produziu ao lado da procura ritmos de crescimento verdadeiramente notáveis tendo em consideração as taxas médias de crescimento registadas. É com efeito fácil constatar o crescimento da procura turística expresso nos valores de hóspedes em alojamento classificado, os quais representam um crescimento de cerca de 54% de 89 a 92, representando uma taxa média anual de

11,5% contra 6,1%, registada entre 85 e 88, o que revela uma tendência de acompanhamento do crescimento positivo quer da oferta quer da procura.

De acordo com a estrutura e potencialidades actuais da oferta, creio bem de que melhores resultados não seria possível obter, mas estou absolutamente seguro de que em alguns casos mais não seria desejável sem comprometer porventura e irremediavelmente os valores essenciais que informam a opção de desenvolvimento estratégico e integrado da economia açoriana.

Aproveito a oportunidade para repetir o que disse aquando da apresentação do programa do V Governo e julgo oportuno uma vez mais afirmá-lo dado que continuamente se tecem críticas totalmente inconsistentes e desajustadas ao modelo de desenvolvimento turístico definido para os Açores, e que na sua grande maioria, por absurdo que pareça, constituem autênticos elogios à política seguida para o sector.

Dizia então:

"Não queremos pois turismo a qualquer preço, havendo pois que implementar as políticas que nos protejam dos malefícios resultantes de um turismo desequilibrado e devastador com efeitos altamente destrutivos em vários destinos de que os Açores não serão seguramente mais um exemplo".

"Que fique claro que se não recusamos a inspiração em exemplos de soluções alicerçadas na defesa dos valores essenciais atrás referidos, não queremos ser comparados com destinos identificados por meras referências quantitativas às camas turísticas e contingentes de procura cuja dimensão está frequentemente na razão inversa da sua qualidade intrínseca."

Em continuação pretende-se com a execução do presente plano permitir a conclusão dos projectos de investimento em curso, consolidação da restante oferta entretanto surgida, bem como através de uma presença promocional ainda mais insistente e actuante promover a criação de uma imagem turística da Região Açores, identificável do exterior por referência à sua qualidade intrínseca.

No âmbito da promoção turística geral não esqueceremos a importância verdadeiramente estratégica do mercado nacional que pelo elevado potencial que encerra foi e continuará a ser objecto de programas de intervenção de grande

impacto, os quais já originaram no curto prazo de forma notória acréscimos de contingentes turísticos reveladores dos melhores resultados de sempre.

Como já foi sucessivamente assumido, todos temos consciência perfeita de que não vivemos uma conjuntura económico-financeira internacional, nacional e regional, favorável de modo a permitir a continuação dos ritmos de crescimento económico ocorridos nos últimos anos.

Embora indesejáveis em alguns casos previsíveis mas não fáceis de controlar, trata-se de situações cíclicas a que os Açores não poderiam escapar integrados que estão nos espaços nacional e comunitário, razão pela qual deveremos procurar ultrapassar as dificuldades advenientes, **com trabalho, dedicação e níveis de criatividades superiores que no que respeita ao turismo, o sector saberá corresponder.**

Resultará então claro que a proposta apresentada se não permite a execução completa do programa ideal de acção concebido no âmbito da SRTA e desejável no momento presente do turismo açoriano não deixará de permitir a execução dos projectos e acções considerados essenciais nesta fase de desenvolvimento e que a concretizarem-se na sua globalidade, abrirão decerto uma nova perspectiva para o turismo açoriano.

Nesta conformidade foi dada absoluta prioridade ao apoio ao investimento privado, nomeadamente aos projectos já aprovados pelo SIFIT e legislação regional, tendo especial atenção ao facto dos primeiros terem uma limitação temporal estabelecida.

Para além disto procurará assegurar-se a execução de um programa promocional minimamente consistente que em estrita conjugação com o sector privado não deixará decerto de produzir os resultados pretendidos, quais sejam a manutenção do interesse relativamente aos Açores como destino jovem e de qualidade superior.

A par destas duas grandes vertentes turísticas, a SRTA não deixará mesmo assim de participar com as entidades competentes em razão da matéria de forma tão intensa quanto possível em sectores diversos e de importância vital para a qualificação do produto turístico "Açores" nas áreas de formação profissional, da animação desportiva e cultural e na realização de obras de valorização e beneficiação do património natural e cultural, susceptíveis de contribuir decisivamente para o enriquecimento de circuitos turísticos ou para a formação de novos produtos.

No contexto do apuramento qualificativo da oferta turística, serão desencadeados e desenvolvidos adequados processos de controle da qualidade dos produtos turísticos, com vista à elevação do nível dos serviços turísticos prestados na Região.

Finalmente,

Tendo em atenção que a actual conjuntura no mercado turístico internacional é de recessão, não será de admirar que o turismo açoriano, naturalmente será atingido pela crise no mercado de férias dos principais países emissores, entre os quais a Alemanha, líder dos mercados estrangeiros para a Região, acreditando-se todavia ser possível que os contingentes turísticos não venham a afectar os resultados que têm vindo a verificar-se nos últimos anos e que como já referi tem sido no sentido crescente e positivo.

Tenhamos pois presente que em 1992 os Açores foram a única Região do País que obteve aumentos quer de turistas quer das receitas geradas pelo sector, o que esperamos poder continuar a verificar-se no que respeita à nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Administrar o ambiente é garantir a manutenção qualitativa dos recursos naturais, e envolver o teor social nessa nobre necessária tarefa, na interdependência das causas e efeitos da degradação do ambiente e da correlação das soluções. A qualidade do ambiente e do desenvolvimento estão aqui mais do que em qualquer outro lado, intimamente ligados, já que as necessidades dos diversos sectores económicos pesam fortemente sobre os recursos naturais insulares, ao mesmo tempo que uma falta de adequada planificação poderá permitir uma desordenada implantação e inadequada utilização de solos.

As condições de trabalho e de vida são cada vez menos homogeneamente distribuídas. Vive-se de maneira substancialmente diferente nas áreas de maior concentração populacional, comercial e/ou industrial.

Apesar de condicionantes necessariamente desiguais, cada indivíduo tem o direito à oportunidade de satisfazer as suas necessidades vitais e elementares, ao nível de todos os sectores relacionados com a vida humana.

A sociedade, a economia e o meio ambiente podem, assim, atingir um equilíbrio ideal, tal equilíbrio infelizmente não surge por si, cabendo não só à administração,

como também, às autarquias e já agora Sr. Deputado, faço referir com especial atenção...

Deputado Dionísio Sousa (PS): Aí vem os crimes das autarquias!

O Orador:...às situações...

Não são crimes, mas são competências que têm e que sistematicamente vêm muitas delas a descorar.

Mas referia a situação dos resíduos sólidos em algumas ilhas, o saneamento, os esgotos...

(Apartes inaudíveis do Deputado Dionísio Sousa).

O Orador: ...e também a análise das qualidades da qualidade das águas de consumo que são competências das Câmaras Municipais.

Vozes das bancadas do Governo e PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Às Associações, Grupos e Órgãos de Comunicação Social, encarar os problemas com a responsabilidade que merecem.

Daí que adequar o desenvolvimento à preservação do ambiente, na adopção de alternativas a modelos clássicos que mantenham a sua qualidade surja cada vez mais no primeiro plano das obrigações cometidas à administração. **Hoje desenvolver significa gestão integrada do território, complementaridade dos diferentes sectores e cuidados permanentes da sua compatibilização para o ambiente, desenvolver envolve e responsabiliza Estado, Região, Autarquia, Empresa e Cidadão**, na medida em que horizontes de curto prazo vão dando lugar a sólidos projectos que investindo no futuro respeitam o passado e salvaguardam o presente.

Inventariando recursos e propondo alternativas de desenvolvimento; incorporando nas legislações sectoriais respeitantes ao ambiente e disposições reguladoras do desenvolvimento; regulamentando as actividades que põem em perigo o ambiente; prevenindo especulações fundiárias em zonas especialmente sensíveis; incentivando planos municipais e regionais de desenvolvimento; apoiando projectos de protecção

do ambiente, pretender-se-á criar uma postura próxima da natureza que preserve os espaços naturais de alto valor ecológico e impeça toda a actividade prejudicial ao ambiente.

Quaisquer que sejam, contudo, os esforços, reconhecamos que as necessidades de acelerar o desenvolvimento insular comportarão sempre um certo número de consequências para o ambiente. E a exploração excessiva ou recurso abusivo dos recursos naturais, alguns deles até à pouco considerados como inesgotáveis, casos de areia, e do saibre, como mais significativos, a especulação fundiária e a poluição são apenas alguns exemplos. **Não esqueçamos que estes efeitos indesejáveis serão sempre mais nefastos em Regiões Insulares como os Açores, já que a escassez territorial os torna naturalmente mais sensíveis.**

Felizmente e graças ao que temos vindo a fazer nos últimos anos, regista-se no entanto toda uma nova consciência ambiental que reconhecendo a justeza das nossas preocupações e a razoabilidade das nossas propostas, aceita o estabelecimento de limites compatíveis com a capacidade de utilização do nosso meio ambiente e de desenvolvimento da nossa economia. Porque um desenvolvimento acelerado faz recair uma forte pressão sobre os recursos naturais que, como já referi, não são infinitos, há que evitar prejuízos irreparáveis salvaguardando a compatibilização dos objectivos do desenvolvimento com a capacidade limitada de utilização prevista para o meio físico. A própria natureza é dinâmica do desenvolvimento e quantas vezes é motivo de conflitos no ordenamento territorial e até de alteração de modelos sócio-económicos, daí não dever permitir que a mera procura de uma expansão do desenvolvimento, quaisquer que sejam as razões, se possa sobrepor ou obstrair dos problemas do ambiente.

Para se chegar a um equilíbrio entre objectivos tão contraditórios a um mesmo conjunto limitado de recursos, **o desenvolvimento dever-se-á integrar num vasto programa interdisciplinar que tenha em conta todos os interesses a longo prazo da sociedade.** Há também que não perder de vista que o advento desse desenvolvimento está ligado à nossa capacidade de compreender e admitir que, tratando-se dos Açores, ele depende da existência de recursos intactos, renováveis, e da preservação do nosso ambiente natural, humano e cultural.

Para isso, prevê-se na vigência do presente Plano de Médio Prazo, alcançar entre outros, os seguintes objectivos considerados prioritários:

Inventariação dos recursos naturais;

- implementação de uma política interventiva nos domínios da defesa e conservação da natureza;

- promoção de acções de informação e sensibilização da problemática ambiental;

- elaboração de materiais de informação e divulgação e implementação de cursos de formação;

- coordenação e acompanhamento de acções de planeamento e ordenamento.

Vamos pois continuar na defesa e preservação do nosso património natural que a natureza generosamente nos legou, e que nos Açores constitui a nossa principal riqueza física, a única verdadeiramente nossa e não importada. Um bem a preservar para nós, para as gerações futuras e para quem nos visita, para que possamos ter aquilo que se pretende nestes dois sectores: qualidade de vida e turismo de qualidade. Disse.

(Aplausos das bancadas do Governo e PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Ouvi com atenção aquilo que disse e a minha primeira pergunta vai no sentido de gostar saber com a dotação que lhe é atribuída de 4, 6 milhões de contos, se vai conseguir alcançar esses objectivos uma vez que eles não foram alcançados, anteriormente, com uma dotação de 8,8 milhões contos no último PMP ?

Segunda questão e não sei se já pode responder-me que, é em relação ao Campo de Golfe do Faial denominado Infraestruturas Físico Turísticas. Primeiro, saber se já se sabe onde é? Se é no Chão Frio onde foram adquiridas aqueles prédios ou se já mudou de sítio? E se esta dotação de 177 mil contos vai chegar para alguma coisa, se compararmos com a verba de 1992 que era só de 185 mil contos, ou seja, para o

próximo PMP tem V. Ex.^a menos dinheiro do que tinha no ano passado para a mesma realização.

Era fundamentalmente estas duas perguntas que queria ver respondidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Muito rapidamente, porque o tempo assim me obriga, e apenas quero fazer algumas perguntas pontuais.

Em relação ao círculo eleitoral que me elegeu, a Ilha das Flores, gostaria de perguntar para quando está previsto o término da residencial da Siturflor?

Gostaria de perguntar, se acha que é prejudicial ou não às finanças da Região Autónoma dos Açores, o facto de há praticamente um ano as obras estarem paradas ou quase paradas e a residencial continuar sem os arranjos exteriores?

Se será possível esta residencial abrir, continuando uma casa de matança nas condições que lá existe e apenas a 100 metros de distância?

Gostaria também de saber, para quando é que reabre a Pousada das Lajes e se é que ela vai reabrir nos próximos 4 anos?

Gostaria e em relação ao ambiente perguntar a V. Ex.^a, se acha que nas condições em que nalgumas ilhas continuam-se a amontoar os lixos a céu aberto, se de facto está-se a preservar o ambiente?

O que é que acha V. Ex.^a do facto de numa Região como a nossa, ainda não haver um único estudo sobre, por exemplo, tratamento de lixo?

Sobre estas matérias e se o tempo me permitisse muitas outras questões poderia continuar a colocar, no entanto por agora será só.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ávila.

Deputado Rui Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Gostaria de lhe dizer que noto alguma vez da parte de V. Ex.^a nesta Casa, aquilo que parece um "trauma" todas as vezes que há assuntos que se ligam com os municípios.

Isto vem no seguimento da ideia que eu tenho e que já o disse aqui nesta Casa, nomeadamente, ao Sr. Secretário Regional das Finanças de que tem que haver sempre uma boa colaboração e não de costas viradas.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Acho muito bem!

O Orador: Eu sou autarca desde 76 e tenho visto qual foi a postura do Governo Regional, sempre liderado pela mesma tendência político partidária, antes de 89 e depois de 89 com os municípios.

E é pena que isso assim aconteça, porque em alguns casos, inclusivamente, houve autarcas que são os mesmos mas que se viram confrontados com reacções diferentes por parte do mesmo executivo.

Se é mentira, digam isso às populações porque é aquilo que elas sentem.

Mas, no entanto, Sr. Secretário Regional eu queria lhe colocar uma questão concreta, tirando este aparte que eu tinha que o dizer aqui.

V. Ex.^a sabe também como nós que está sendo muito difícil resolver a situação do Aterro Sanitário da Ilha do Pico.

Reconhece o estudo feito pela sua Secretaria que foi entregue novamente acerca de 15 dias nas câmaras municipais que, é completamente inconclusivo e é bastante restritivo em termos de poder ajudar os autarcas a decidir, visto que há restrições que nós nem as imaginaríamos e a pergunta que eu lhe quero deixar é esta:

Se por qualquer motivo e esperemos que as câmaras decidam em pouco tempo, caso sejafor entendido como a melhor solução, porque ninguém está interessado em criar problemas com as populações e se assim for entendido que no lugar de um aterro sanitário de ilha que para nós, pessoalmente, ainda é a melhor solução, tivermos que ir para 3 aterros sanitários...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): 4 já agora!

O Orador: ...o que seria já uma questão concelhia. Se a vossa Secretaria está na disposição de apoiar essa iniciativa?

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

De facto, fico espantado a olhar o Plano de 93 e o pelo seu anexo, nomeadamente, ao ver que enquanto no PMP existe uma verba de 3 mil contos em relação ao Turismo para a Graciosa, no entanto não encontro no Plano de 93. Não sei onde é que ela vai ser aplicada, por isso gostaria de ser explicado.

Por outro lado, em relação ao Ambiente eu vejo aqui de facto umas míseras verbas de 500 contos , 1500 contos por outro e a segunda pergunta é esta:

Em que estado se encontra a elaboração do projecto do aterro sanitário que a câmara empurra para a Secretaria do Turismo e Ambiente e esta empurra para a câmara?

Em que estado se encontram os projectos para os parques de campismo na Graciosa que a Secretaria se propôs dar à câmara para a mesma executar?

E mais ainda, em que estado se encontra o projecto para os balneários - tão falados - na zona do Carapacho e em que a Secretaria do Turismo se responsabilizou em entregar os projectos à câmara municipal?

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No Relatório Anual de Execução que está aqui no Programa 29 diz-se: "Realização de obras na Piscina de São Lourenço".

Gostaria de saber que obras é que lá foram feitas por parte da Secretaria Regional?

Em segundo lugar, queria dizer ao Sr. Secretário que os esgotos que estão a correr pela falésia, são esgotos só da casa da matança e não esgotos públicos.

Além do mais, V. Ex.^a e a sua Secretaria, ainda não entregaram o projecto de recolha de resíduos sólidos para se fazer o aterro sanitário em Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente:

Durante a discussão deste PMP e do Plano Anual nesta Casa, estarei e terei sempre presente a reunião efectuada no Pico aquando a visita do Governo, porque era

preparatória do Plano, porque foi feita em modos diferentes que eu até aceito e por isso discutiram-se os problemas.

Constatou-se que em relação à Ilha do Pico, havia grandes investimentos a nível Turismo e que teria consequências até para outras coisas que mais tarde serão aqui conversadas.

Eu gostaria de fazer uma pergunta que é pertinente e importante para o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Se as verbas que estão inscritas neste PMP, respondem cabalmente aos investimentos que estão a ser feitos na Ilha do Pico?

Por outras palavras, queria que publicamente aqui nesta Casa, o Governo se responsabilizasse na sua participação em relação àquilo que está a ser feito na Ilha do Pico e queria ouvir isso da boca do Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar aos esclarecimentos e responder às perguntas que lhe foram formuladas.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Rui Ávila que não tenho trauma nenhum e nem nada contra os municípios.

O que julgo que há, é confusão por parte de alguns dos Srs. Deputados e de alguns partidos da oposição relativamente às competências do Governo e das câmaras. E a prová-lo vou dar o exemplo do Sr. Deputado Paulo Valadão que o antecedeu e numa questão que me fez, justamente, algumas dessas perguntas são do âmbito das câmaras.

No entanto, eu aproveito aqui esta oportunidade para esclarecer que há competências perfeitamente definidas. O que o Governo tem vindo a fazer ao longo de vários anos, é colaborar e sensibilizar as autarquias para muitas das acções que são da competência das câmaras e que as mesmas não ligam nenhuma ou ligam muito pouco.

É essa a questão que eu aqui pretendo esclarecer e sucessivamente aqui nesta Casa, levantam-se questões que são da responsabilidade das câmaras e que as colocam ao

Governo, confundindo, tentando que passe para a opinião pública a ideia do que está mal feito e que compete à câmara é da responsabilidade do Governo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Acontece que o Governo não quer governamentalizar as câmaras.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo tem vindo a apoiá-las em várias acções que são da sua responsabilidade e não vamos aqui voltar a dizer que a culpa dos lixos é do Governo, que o problema dos esgotos é do Governo, que o problema da água é do Governo, porque não é!

Se o Governo tem aí algumas competências, no entanto as principais são das câmaras. E o que acontece é que as mesmas dão mais atenção a deitar asfalto e fazer crescer betão, porque isso dá mais votos. É só por isso!

(Risos da bancada do PS)

Deputado Rui Ávila (PS): Eu pasmei agora!!

Com esta do betão, eu pasmei agora!!

O Orador: Relativamente à questão dos aterros, quero dizer-lhe que se o estudo que já foi entregue não é conclusivo, agora compete às câmaras municipais tirarem a conclusão.

Mas eu percebo, o que é que as câmaras municipais pretendem. É que dada a situação que está conduzida no Pico, nenhuma das câmaras quer tomar decisão ou melhor querem é que o Governo aponte a decisão para depois dizerem que a Secretaria é que escolheu aquela zona. É isto que pretendem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Esta é que é a verdadeira situação e infelizmente tenho que aqui dizer que a forma como o processo foi conduzido pelas câmaras, - oxalá que esteja muito enganado - penso que ainda tem para muito mais tempo. Oxalá que esteja enganado! Relativamente ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, quero lhe dizer que o projecto do aterro sanitário dos resíduos sólidos da Graciosa já foi entregue e aqui está um exemplo de que nós temos vindo a colaborar com as autarquias, a sensibilizá-las e se não fossemos nós muito pouco teria sido feito nesta matéria.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Vocês assumem?!

O Orador: No que se refere aos projectos dos Balneários do Carapacho e da Praia, nós entregámos isso já a algum tempo e agora a câmara vai candidatá-los a um programa comunitário. Não espere é que o Governo vá preencher os modelos e que os entregue. Como vê, candidata-se de acordo com as suas prioridades.

Gostaria também de responder ao Sr. Deputado Manuel Serpa e dizer-lhe que entendo que as verbas destinadas para a Ilha do Pico e de acordo com os projectos, são verbas que permitirão no espaço já de 93 em que já alguns deles iniciados em 93 e 94 concretizar-se-ão, concerteza que serão concedidos os apoios de acordo com a sua execução.

Em relação ao Sr. Deputado Fernando Menezes, eu já tive oportunidade de dizer onde era a localização dos terrenos para o Campo de Golfe da Ilha do Faial e dizer-lhe que as verbas inseridas, são verbas que dão para se proceder à aquisição de terrenos e elaboração do respectivo projecto.

Finalmente, quanto aos objectivos alcançados no programa anterior, na vigência do PMP 89/92, tive oportunidade de em traços gerais e com alguns números apresentados de dizer que os objectivos foram alcançados.

É fundamental termos aqui em consideração dois aspectos. É que se é verdade que não fizemos tudo aquilo que estava previsto fazer, conseguiu-se efectivamente perspectivar o desenvolvimento do Turismo com uma outra dinâmica. A iniciativa privada pela primeira vez passa a ter investimentos superiores ao Governo numa clara demonstração de que assume a sua responsabilidade de verdadeiro incremento da actividade e os resultados em termos de procura e em termos de receita estão à vista e como disse ontem, se pecam é por defeito.

Por último, respondo ao Sr. Deputado José Humberto Chaves dizendo-lhe que o projecto do aterro de Santa Maria está atrasado e V.Ex.^a sabe muito bem, porque só bastante tarde é que a câmara municipal solicitou o apoio para a elaboração do respectivo projecto.

Aliás, aquando da visita do Governo, salvo erro, em 1991 ou 90 - se não me falha a memória -, manifestámos claramente o interesse de elaborar o projecto desde que a câmara mostrasse interesse, justamente, para que não fôssemos acusados de governamentalizar as autarquias.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão naturalmente para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Em relação às questões colocadas ao Sr. Secretário Regional sobre o Turismo, quero apenas dizer que nada disse.

Em relação ao Ambiente nós queremos considerar de ridículo que o responsável pelo Ambiente nesta Região Autónoma dos Açores passe a "bola" às câmaras municipais e no que diz respeito à Ilha das Flores e às câmaras municipais do PSD, quem faz essa afirmação é o Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves para pedir esclarecimentos.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, e as obras que foram feitas na piscina de São Lourenço?! V. Ex.^a não respondeu!

2.º - Em relação ao aterro sanitário, o mesmo não foi pedido mais cedo, simplesmente, porque V. Ex.^a mandou um técnico, Dra. Margarida, que disse que a lixeira que nós tínhamos lá e visto que era coberta com máquinas dava para 20 anos, daí que nós não avançámos.

Se houve culpa, foi por má orientação da sua Secretaria pelo facto de não informar a câmara de que deveria fazer a solicitação, bem como o projecto de aterro sanitário, na altura certa, como fez para as outras.

Isto é só para esclarecer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para prestar esclarecimentos.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente e ao Sr. Deputado José Humberto Chaves.

É apenas para dizer o seguinte que ao contrário do que aqui foi dito, a menos que alguém não esteja a falar a verdade e em relação à questão do aterro sanitário em Santa Maria, a Delegada do Ambiente da Terceira numa conferência em Maio de 1991, informou que em relação ao ponto de situação em Santa Maria era o seguinte:

Deslocou-se em Agosto de 1990 um técnico de São Miguel aquela ilha com vista à recuperação do terreno e elaboração de projecto a pedido da Câmara Municipal de Vila do Porto.

Obrigado.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Bom, fico sem perceber!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que o Sr. Deputado Carlos César acaba de dizer...muito bem! Deslocou-se a pedido da câmara e disse mais ou menos aquilo que o Sr. Deputado Chaves disse, mas no entanto não foi bem isso.

Disse foi, não há necessidade de escolher outro local. Este local aqui é bom, serve para os tais 20 anos, mas torna-se necessário elaborar o respectivo projecto, porque V. Ex.^a sabe muito bem que da forma como o aterro estava a ser feito não tinha as condições. Daí, justamente, a razão da câmara ter solicitado.

Sr. Deputado Paulo Valadão, peço desculpa de facto por não ter dado resposta na primeira intervenção que fiz...

Deputado Carlos César (PS): A piscina, a piscina!

O Orador: ...e foi por lapso visto que aqui tinha várias perguntas e quero dizer-lhe relativamente à Siturflor que de facto as obras não andaram ao ritmo que nós pretendíamos por razões conhecidas.

Pretendemos concluí-la no decurso do presente ano e dizer também que relativamente à Pousada das Lajes, - enfim, pousada será fausto demais chamar-lhe esse nome, mas sim mini residencial que lá existe - é um assunto que já por mais do que uma vez e com o Sr. Presidente da Câmara Municipal das Lajes das Flores tem-me colocado e que nós também já manifestámos, claramente, a nossa posição relativamente ao futuro daquela unidade, nomeadamente que estaríamos na disposição de fazer a entrega a título precário à Câmara Municipal.

Relativamente à questão da piscina, o que aqui se refere é com o avançar do projecto das obras da Piscina de São Lourenço. O que existe não é um projecto, Sr. Deputado, o que existe é um estudo prévio ao anteprojecto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ávila naturalmente para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Rui Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É muito natural Sr. Secretário Regional que esta questão do Aterro Sanitário do Pico continua inconclusiva.

Agora o que eu não gostaria de ver afirmado com essa veemência que o caracteriza quando se tratam de questões de Ambiente em relação ao Pico, é que há alguma má vontade. Era isso que eu gostaria que ficasse claro.

Por outro lado, eu fiquei aqui com uma ligeira impressão e gostaria que V. Ex.^a me esclarecesse, quanto a eleitoralismo por partes dos municípios e falou em betão, nós sabemos que é um problema que o Governo também tem ou que tem acima de tudo.

Mas quanto ao asfalto eu não percebi! Porque a Câmara de São Roque emprestou ao Governo Regional ou melhor aos seus serviços de Obras Públicas cerca de 500 bidões de asfalto, mais 300, mais 100, mais 300, mais 100 e com isto já vai em 1600.

Deputado Mário Machado (PS): E as outras câmaras?!

O Orador: Quem é que anda a fazer eleitoralismo com o asfalto? Somos nós ou é o Governo?!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Manuel Serpa (PS): E que o Estado ainda não pagou!

O Orador: Isso ainda é que é pior!

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Diz na página 147 - Programa 29, o seguinte:

"Realização de obras na Piscina de São Lourenço".

Isto não é verdade! Não fizeram nada!

É só isto que quero dizer.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Aguiar.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Um pequeno esclarecimento em relação a uma questão que foi colocada pelo o Sr. Deputado Carlos Mendonça eleito também pela minha ilha.

Perguntava o Sr. Deputado acerca dos balneários da Graciosa e mais propriamente em relação aos respectivos projectos.

Como é do vosso conhecimento, foi respondido pelo Sr. Secretário Regional de que efectivamente os projectos já foram entregues, como tal, penso que V. Ex.^a já teve oportunidade de os ver e inclusivamente as próprias maquetes, tendo em conta que já estão na Graciosa há algum tempo, bem como estiveram em exposição para quem as quis ver.

Por outro lado e segundo as informações de que disponho, é de que a candidatura desses projectos já foram apresentadas aos fundos comunitários e neste momento aguardam um parecer da referida instituição.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Como é sabido a zona do Vulcão dos Capelinhos é única nos Açores e é uma zona de grande importância turística.

Ora, também como é sabido passa por um grande estado de degradação.

Eu não encontrei aqui no Plano e queria perguntar a V. Ex.^a que medidas concretas vão finalmente ser tomadas - se é que vão - em relação à protecção do farol e de toda aquela zona envolvente, porque como sabe ameaça ruir, aliás, já caiu uma parte importante do farol e por isso gostava de saber o que é que o Governo pretende fazer nessa área?

Presidente: Prescinde da palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Fernando Menezes (PS): ...é que não caiu o farol, mas caiu a parte de cima do farol!

Presidente: O Sr. Deputado pediu a palavra com que finalidade?

cto está-se a criar uma situação grave, ou seja, o pôr em perigo aquele ecossistema.

Presidente:Deputado António Gomes (PS): É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O III Governo Regional legislou no sentido de criar zonas naturais em São Jorge. Criou a área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo, bem como a reserva natural do Topo.

Quanto à regulamentação e tendo em conta que o decreto já tem dez anos e previa que a mesma fosse feita no espaço de 2 meses , o que é certo é que hoje e em relação à reserva natural do Topo a regulamentação não está feita.

A pergunta que eu faço a esse nível, é para quando prevê de facto concretizar essa regulamentação?

Falando da área ecológica especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo, tem sido sistematicamente solicitado directa e indirectamente à sua Secretaria o devido apoio para uma intervenção, por forma a preservar-se aquele ecossistema, no entanto até hoje não tenho conhecimento de qualquer iniciativa de vulto a esse nível.

Gostava que o Sr. Secretário dissesse-me o que que é prevêm fazer ao nível da área ecológica especial da Caldeira de Santo Cristo com vista à preservação daquele ecossistema e para quando, porque de fa Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente a esta última questão colocada pelo Sr. Deputado, eu quero-lhe dizer que sobre a área ecológica da Lagoa de Santo Cristo, existe uma comissão que funciona para acompanhar a evolução, como disse, daquela zona.

Quem preside a essa comissão que é composta por várias pessoas, é justamente representante da Direcção Regional das Pescas, muito embora, haja - como disse - um técnico do Ambiente que acompanha esses trabalhos. Julgo que a sua informação em dizer que, insistentemente, nos tem sido colocadas questões para que fossem feitos lá trabalhos, no entanto - que julgo que sei quais são - julgo que não tem sido feitos à minha Secretaria.

Relativamente à regulamentação, quero dizer-lhe que quer do ilhéu quer de uma série de outros casos, de facto estão atrasados e já reconhecemos que há algum atraso na sua regulamentação e face à nova legislação publicada no início do ano, ou seja, um novo decreto lei e daí que já apresentámos uma proposta aqui à Assembleia que depois de aprovada vamos reformular, praticamente, toda a legislação que existe relativamente a zonas protegidas, áreas de protecção especial e que por isso serão inseridas no novo contexto da legislação existente.

Portanto, já que esperámos ou melhor já que não foi feita até essa altura, vamos agora aguardar a nova legislação para formularmos de acordo com as novas orientações.

No que diz respeito ao Vulcão dos Capelinhos, Sr. Deputado, eu não sei ao que é que se quer referir quando diz que a zona está em degradação.

Há efectivamente alguns problemas com o farol, mas como é um monumento nacional em que temos várias entidades envolvidas nomeadamente a diverso nível e que efectivamente pretenderemos também aqui e a nível da Região fazer a recuperação que estiver ao nosso alcance, bem como a que seja possível.

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos fazer aqui um intervalo de 15 minutos.

Portanto, estão suspensos os nossos trabalhos e retomá-lo-emos daqui a 15 minutos.

(Eram 11:34 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para darmos seguimento aos nossos trabalhos.

(Eram 12:00 horas)

Para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os documentos que estamos a analisar, respeitantes ao planeamento e à programação financeira dos Açores nos próximos quatro anos, são a demonstração de quatro realidades políticas:

1ª. a derrota política do PSD/Açores e do Governo Regional,...

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: ...da sua pré-anunciada aptidão, em tempo eleitoral, de interlocutor privilegiado com o Governo da República para a realização da solidariedade nacional política e financeira;

2ª. a derrota política do Governo Regional, auto-infligida, no que concerne à sua capacidade de contenção das despesas correntes e à priorização das despesas de investimento;

3ª. a derrota política do PSD/Açores e do Governo, ao partir para uma actividade governativa originalmente informada pela reprovação generalizada dos parceiros sociais que se expressaram, desde as organizações empresariais às sindicais;

4ª. a derrota política do Programa Eleitoral do PSD imposta sem piedade pelos Planos e Orçamentos que o partido do Governo irá aprovar, que, no essencial, não serão mais que a execução financeira em 1993 e 1994 da execução material pré-eleitoral de 1992.

Proponho-me analisar um sector onde, nem a execução material, nem a execução orçamental, se compararam com a execução discursiva e literária dos seus glosadores. Trata-se do sector do Ambiente: uma área em que se mantém todas as tendências de desvalorização já observadas em anos anteriores.

Antes, as dotações orçamentais inicialmente inscritas foram, em geral, ajustadas em nível inferior, e, igualmente inferiores acabaram por ser os montantes dispendidos. Não há, ponderada a nova estrutura do planeamento, qualquer sequência ao anúncio pré-eleitoral de priorização da questão ambiental, observando-se, claramente, uma diminuição espectacular das suas dotações orçamentais em mais de 50%.

Que dizer, assim sendo, do Plano a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 1993?

Vale mais a pena insistir retrospectivamente sobre o problema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabemos quão essencial na organização da defesa do ambiente é o dinamismo das comunidades locais, a consciência dos cidadãos e a força de um movimento associativo interventor e mobilizador, como verdadeiros sindicatos do ambiente e da vida.

Estamos ao lado dessas formas de fiscalização espontânea, mas compete-nos, como gestores políticos, procurar também formas de organização do poder político que acolham mais eficazmente a realização desses objectivos.

É assim que pensamos que a exiguidade do nosso espaço físico, a abertura em curso das relações de comércio e cooperação num mercado que se renova insuflado por ventos europeus, a permeabilidade consumista que já se gera com a eclosão daquele fenómeno, a emergência de novos e desconhecidos dramas e alterações ambientais na

Região, exigem uma resposta orgânica e funcional da administração regional, que tem de ultrapassar as aparências do exibicionismo político.

Reafirmamos, deste modo, a nossa opinião, que, mantendo-se a actual orgânica do Governo Regional, sem que o departamento da tutela do Ambiente possua uma posição superestrutural com dignidade institucional própria e poder efectivo, e sem que actue decisivamente nas áreas tradicionais do Ambiente, bem como no ordenamento do território, na gestão de vários tipos de recursos e na defesa do consumidor, continuará a não existir na Região uma política de Ambiente.

Evidentemente que a situação ambiental nos Açores não é comparável, nem susceptível de análise, nas mesmas vertentes de complexidade do problema noutras áreas do globo. O nosso isolamento geográfico e a nossa própria cultura económica, trazem-nos outra qualidade de preocupações, que, felizmente, dispensam o orçamento regional de prever verbas de aquisição de máscaras anti-gás para crianças como no México ou na Checoslováquia, de combate às paisagens lunares como na Ásia ou na África, de reparação dos assassinatos em massa perpetrados pelo nuclear como no leste europeu, ou do fabrico de poluentes e de instrumentos de consumo ecologicamente perturbadores nos países industrializados. Providencialmente, ainda, não participamos nem nos podemos corresponsabilizar no tratamento de fenómenos tão surpreendentes, quanto contemporâneos, como o entulho espacial que se acumula em órbita terrestre ou o caos do espectro electromagnético. Mas somos, progressivamente, vítimas da modificação global que se vai gerando a partir da acumulação desses factores negativos e já nos batem à porta as ameaças de vizinhança de cemitérios radioactivos, a que nos devemos opôr de todas as formas e em todas as instâncias.

Todavia, a caracterização geral a que nos podemos ater, face aos níveis de degradação ambiental visíveis na Região, prova que as palavras que se semeiam nos Programas do Governo aprovados e nas intenções firmadas nos documentos oficiais de opções e planeamento, estão separadas das acções e da conduta governamental por uma grande margem de incumprimento e negligência.

Esse diagnóstico da situação na Região já é ponto assente entre técnicos do sector e da própria Direcção Regional do Ambiente, respigando para o texto do PMP todo

esse documentário penalizante, que terá escapado, certamente, à censura prévia do Secretário Regional da tutela, mais afoito em lucubrações esotéricas sobre festividades, recreio e cultura no "chá das cinco", - onde, sem ofensa, pela confusão a que assisti, não se devia beber chá, de certeza - .

Utilizemos, pois, interpoladamente, mas sem traição ao respectivo contexto, palavras insuspeitas do Governo, num breve recenseamento da situação regional:

- No que toca à fauna e à flora dos Açores, é especialmente visível "**a degradação e regressão da vegetação e o risco de desaparecimento de espécies raras**".

- No que toca a ecossistemas e à aplicação de estudos que levaram à identificação de "**55 Sítios de Importância para a Conservação da Natureza**", o seu estado de abandono e a permeabilidade a impactos negativos continuam intocados, pela ausência cumulativa de um quadro regulador capaz e de meios de fiscalização à altura.

A mesma incipiência ocorre noutras situações, numa Região em que, não incluindo as reservas florestais e de recreio e objectos classificados, as áreas protegidas (reservas naturais e áreas de paisagens) constituem uma superfície superior a 10 800 hectares, o que corresponde a uma área de protecção especial de pouco mais de 4,6% do território da Região e de 7,2% da superfície agrária útil. Todas essas áreas protegidas foram objecto de intervenções legislativas anteriores a 1987, excepto no caso da Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira do Santo Cristo, em S. Jorge, aprovada há quatro anos, e, também, dolorosamente remetida para a indiferença das entidades por ela responsáveis.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Não apoiado!

O Orador: Toda essa legislação é, assim, cito o Governo, "**por insuficiências de controlo e fiscalização**", verdadeiras antiguidades inúteis do nosso arquivo jurídico.

- No que toca aos nossos recursos hídricos foram agravados todos os factores da sua vulnerabilização face "**às mais diferentes formas de intervenção humana e à poluição**", embora se registre o esforço cofinanciado das autarquias na gestão e tratamento desses recursos e nas soluções do seu destino final.

- No que toca aos resíduos sólidos, a sua "**deposição incontrolada**" gera problemas sanitários e de poluição do ar conhecidos e crescentes.

Reconhecemos que, neste caso, o Governo tem vindo a cooperar com as autarquias, já que a estas têm sido prestadas as informações técnicas solicitadas...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): E não só!

O Orador: ...designadamente quanto ao problema do depósito e tratamento de resíduos sólidos.

Faço votos, por isso, para que em matérias como a localização e construção de aterros sanitários e tratamento dos lixos, que competem às autarquias, sejam recuperados injustificáveis atrasos, num clima em que assumam maior importância factores como a tecnicidade e a cooperação, não só intermunicipal, como entre as administrações local e regional, também esta última não se furtando a maiores obrigações que advêm do interesse geral a preservar.

É que, este aspecto positivo de apoio às autarquias no caso dos resíduos sólidos, não encobre a translúcida hipocrisia de quem, neste caso, se recusa a ir além desse apoio técnico, para, em outro caso, tentar substituir o seu apoio pela sua propriedade e tutela.

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: É o que se passa quanto à captação e distribuição de água para consumo público, onde, sabendo já feito o grosso do investimento pelas autarquias, o Governo pretende impôr a formação de uma empresa pública à custa do património de outras instituições do poder, e, certamente, só para precaver o realojamento de administradores PSDs ameaçados pelo eventual desaparecimento de outras empresas públicas.

Voices da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito mal!

O Orador: - No que toca às águas do litoral, a situação é em muitas zonas preocupante, salientando-se, como o Governo reconhece, o aumento da "**descarga no litoral de numerosos esgotos sem tratamento prévio e a deposição indiscriminada de resíduos ao longo da orla costeira**",...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Utilizados pelas Câmaras Municipais!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Socialistas!

O Orador: Também grande responsabilidade sobre isso tem as Câmaras Municipais. ...cujo impacto nas espécies piscícolas do litoral não se conhece nem está a ser estudado.

- No que toca ao solo, é de novo, o próprio Governo a reconhecer "**a inadequação da capacidade do solo a certas práticas agrícolas**", e em simultâneo, "**o desenvolvimento urbanístico em solos com aptidão agrícola**", para além das conhecidas e atentatórias situações de indisciplina na extracção de pedras e areias

- No que toca ao combate à eutrofização das nossas lagoas, ainda pior.

Basta lembrar que o problema da eutrofização das lagoas...

Deputado Jorge Cabral (*PSD*): Vai chegar lá!

O Orador: ...é um problema conhecido da comunidade científica há muitos anos, embora a popularização do conceito e a visibilidade dos seus efeitos nos Açores só tenha assumido especial impacto a partir da segunda metade da década de 80.

A situação, de resto, não se resume aos casos conhecidos das Lagoas das Furnas ou das Sete Cidades, observando-se fenómenos intermédios, mesotróficos, em várias pequenas lagoas e lagoeiros da Região, e, em S. Miguel, por exemplo, nos casos das Lagoas do Congro e dos Nenúfares. Em alguns casos, o que esteve a despoletar a presente situação de emergência foi a negligência governamental e o incumprimento da lei, muito evidente, por exemplo, no caso das Sete Cidades, onde as alterações na bacia hidrográfica, desde as desflorestações até ao parque habitacional, se concretizaram à luz do dia e aos olhos do Governo e das autarquias.

No que toca à qualidade de vida do espaço físico regional, frequentemente eleito como argumento indiscutível da nossa oferta turística, nada de bom se augura, quando o ordenamento do território, os planos viários e de urbanização continuam sujeitos a pressões e lógicas económicas, que alimentam áreas de sobreocupação habitacional e dificuldades de gestão do território - Sobre este sector não hesito em identificar o papel também nem sempre positivo desenvolvido pela permissividade do licenciamento autárquico.

Por outro lado, embora se possa afirmar que o surgimento de várias actividades industriais na Região tem sido ténue e não se integra em grupos significativamente poluentes, a verdade é que este Governo é responsável, e continua a sê-lo, pela inexistência de instrumentos prometidos de controlo tecnológico desses fenómenos, e, esse controlo, quando tem existido, deve-se exclusivamente às restrições de tipo ambiental que informam alguns dos co-financiamentos comunitários europeus.

- No que toca ao sempre anunciado "**objectivo indispensável da corresponsabilização ambiental**", o Governo não foi além de uns "**spots**" televisivos integrados na "**educação ambiental**"

Por outro lado, nunca fez prevalecer na Região um conceito largamente expandido na generalidade dos países, de que a entidade poluente, paga, repara, protege e corrige os danos causados. Nunca entendeu o fenómeno da preservação ambiental na perspectiva ecológica e comparada, não tendo desenvolvido qualquer acção nos domínios da cooperação nacional e internacional, conservando-se fora dessas instituições de cooperação científica e mesmo fora dos "**forums**" nacionais de concerto das acções para o sector.

É também prova disso o escasso aproveitamento da Região de acções e programas comunitários como a ACE, a ACNAT, o ENVREG e as vertentes ambientais do PEDRAA e do PNIC, ficando-se a aguardar o que possa ser feito a partir do desenvolvimento do POSEIMA.

É também prova disso a falta de convergência das instituições oficiais do ambiente na Região com as entidades nacionais, designadamente com a não presença na Região do INAMB e com o não desenvolvimento de protocolos específicos de cooperação com o Governo da República.

É ainda prova disso a falta de uma participação institucional dos agentes económicos, das associações ecológicas e dos cidadãos na formulação da política para o sector, por falta de criação de um organismo para o efeito.

Sr. Presidente, Srs Deputados:

Em 12 de Dezembro de 1988, um ano depois da aprovação na Assembleia da República da Lei de Bases do Ambiente, o Secretário da tutela afirmava que "**a aplicação da lei de bases do Ambiente não será esquecida**". Ou se esqueceu, ou

mentiu intencional e premeditadamente: só em 1993, há 2 meses, a Secretaria deu um primeiro passo na aplicação daquela lei, copiando mal e adulteradamente, um diploma da República que se encontra em trânsito de análise nesta Assembleia Regional.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Não é verdade!

O Orador: Em 17 de Maio de 1989, o mesmo e actual Secretário da tutela embebedou-se de palavras e promessas que volta hoje a repetir...

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): *Muito bem!*

O Orador: ...**"a criação de redes de habitats"**, a **"participação em expedições científicas"**, **"o plano regional de abastecimento de água"**, o **"ordenamento do território"**, e muitas coisas mais que se esfumaram, tal como o orçamento e o contributo do projecto geotérmico para o abastecimento de electricidade na Região e a aposta noutras formas limpas de energia.

Em 23 de Novembro de 1989, o mesmo e actual Secretário da tutela, continuava a falar das mesmas coisas, anunciando para 1990 o ano de todas, em que de novo avultava a promoção, planificação, criação e gestão de múltiplas áreas, indo ao pormenor da criação de **"centros interpretativos, painéis informativos, ecomuseus e redes de percurso"**

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): Foram feitos!

O Orador: Pouco ou nada feito.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (Eugénio Leal): O Sr. na altura não se dedicava ao ambiente, agora é que se tornou verde!

O Orador: Em 30 de Novembro de 1990, a mesma história do mesmo e actual Secretário da tutela. Tudo passava para o ano seguinte, em pouco mais de 300 palavras que contei, já não escondia o complexo de culpa: **"o Ambiente é de todos, todos têm que contribuir para ele"**.

Em Dezembro de 1991, como corolário pitosga da vitória da política de Ambiente do Governo, o mesmo e actual Secretário proclamava os seus sucessos: tinha adquirido máquinas de limpeza para praias, construído o Jardim Botânico do Faial e efectuado trabalhos no Pinhal da Paz (previstos, de resto, há uma dezena de anos). Mas estava

com acrescido optimismo, prometendo, de novo, com sábia e catequética premeditação, que o "**ambiente é e será o que todos nós quisermos**".

Em 18 de Novembro de 1992, prometeu-se para os próximos quatro anos, o que se tinha prometido para os anteriores, agora, adicionado do historial providencial e confesso das restrições financeiras, que em tudo justificarão, em próximo discurso, a descrição da incompetência e da inacção do governo!

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a história do novo quadriénio do planeamento, é, assim, e de novo, a história do Pedro e do Lobo, com uma variante: ninguém acredita, nem sequer o Lobo.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Rosa Machado.

Deputada Rosa Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs Deputados, Sr.Presidente e Membros do Governo:

A educação e a cultura de um povo levam séculos a consolidar.

A Educação é o meio pelo qual cada povo conserva e transmite a sua herança cultural. Uma educação consciente pode e deve elevar todo o homem que nasce nú e que só se veste pela educação. Esta não é uma propriedade individual, mas pertence, pelo menos em essência, a toda a comunidade.

A estrutura de toda a educação é o resultado da consciência da comunidade. Uma sociedade que não tenha uma educação em que espelhe o seu sentir, que não conserve os fundamentos sólidos da sua maneira de ser, sentir e de estar de um povo e que não privilegie a dimensão humana, é uma sociedade decadente. Por isso educar os seus membros individuais é o fim último de qualquer comunidade.

A educação tem de ser um processo de construção consciente "constituído de modo correcto e sem falhas nas mãos, nos pés e no espírito ", disse Hesíodo, Século VI Antes de Cristo.

Esta afirmação, é intemporal, pois só de uma educação "sem falhas", pelo menos no seu aspecto conceptual, podem sair indivíduos que continuem a perpetuar os valores de uma sociedade que queremos justa, digna e de iguais oportunidades.

O indivíduo a educar não é um esquema vazio, porque só ele é, como diz o Plano a Médio Prazo, a justificação e o destinatário do desenvolvimento e é também ele que lhe dá conteúdo e o realiza.

Uma estrutura educativa é um plano a longo prazo, que leva anos a ser concretizado e tem altos e baixos, dependendo estes dos movimentos conjunturais que o acompanham.

Ora a conjuntura actual, onde se insere este Plano, quer interna quer externa, é de contenção de despesas e financiamento. Assim, verifica-se, com muita pena nossa, que levaremos mais tempo a conseguir atingir alguns dos objectivos que visam garantir e valorizar, ainda mais, a Educação em geral e o ensino em particular.

Contudo não podemos dizer que não se tenha caminhado e não se continue a caminhar no sentido de uma melhoria significativa nestas áreas.

Podemos dizer, que, apesar de todas as limitações, se constata o seguinte:

- o número de docentes com habilitação legal nas nossas escolas aumentou significativamente, logo contribuindo por isso para uma melhoria do ensino ministrado e simultaneamente para o combate ao insucesso escolar;
- aumentou-se o ensino secundário de 3 para 5 ilhas possibilitando a novos jovens em mais duas ilhas poderem enveredar pelo ensino superior e que esperamos para breve se estenda a todo o arquipélago;
- prevê-se ainda para breve, a abertura de novos cursos na Universidade dos Açores.

Os parques desportivos e polivalentes tem crescido em todas as ilhas, o que tem possibilitado em larga escala o progresso desportivo dos nossos jovens e a prova concreta disso é a nossa cada vez maior participação regional, e os resultados obtidos nas provas Nacionais e internacionais, que são aquelas que vão obrigando a uma melhoria de qualidade dos nossos atletas, levando-os a uma melhor Performance.

Mas claro está que ainda achamos isto tudo pouco e não estamos satisfeitos, porque o homem é um animal insatisfeito e se já tivéssemos alcançado os fins últimos na

Educação, não só não desejaríamos mais nada como não caminharíamos para novas metas, que estão sempre fora do nosso alcance.

É precisamente nesta dialéctica de movimento dinâmico de satisfação/insatisfação que se afirma a nossa dimensão humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quem teve a oportunidade, como eu tive, de no passado dia 19 em Ponta Delgada, ouvir o Professor Ferreira do Amaral, apercebeu-se de que apesar de ser a favor do Tratado de Maastrich, não o é quanto à maneira como ele está a ser implementado.

Os gigantes marcaram o ritmo da corrida e cronometraram o tempo do percurso, tendo em conta somente o seu próprio ritmo sem contemplarem com Handicaps aqueles que tinham um ritmo mais lento, pois como diz a fábula a tartaruga só conseguiu ganhar à lebre porque esta se deixou atrasar.

Para acompanhar o resto da Europa exigem-se mudanças de comportamento e de estruturas físicas e mentais, a um ritmo mais acelerado do que aquele que as nossas possibilidades permitem, por isso até conseguirmos acertar o passo com os países mais desenvolvidos temos de procurar, todos em conjunto, superar alguns problemas que nos vão surgindo nesta corrida para a União Europeia e não fiquemos como no conto tradicional português à espera que outros, sem sermos nós próprios, tirem a machadinha da porta da adega.

Permitam-me que conclua esta minha intervenção com a citação de um Homem que, apesar de ter morrido em 1950, sempre lutou por uma união europeia.

"a nossa vida é, em todo o instante e antes que nada, a consciência do que nos é possível.

Viver é sentir-se limitado e por isso mesmo ter de contar com o que nos limita, porque só chegamos a ser uma parte mínima do que podemos ser"

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A participação do PCP/Açores no debate do Orçamento para 93, do Plano para 93 e do PMP 93/96 torna necessário fazer algumas notas de enquadramento geral que ajudem a caracterizar a anormal situação regional que é o pano de fundo desta discussão.

Desde logo basta referir que estando nós em 26 de Maio, estamos a discutir o Orçamento para este ano.

Quizeram o Governo Regional e o PSD que assim fosse, pois foi essa a única forma que encontraram de, por um lado, prolongar o desconhecimento da dimensão da enorme crise financeira que geraram, e por outro lado, de actuarem sozinhos, sem dar contas a ninguém, nas acções de remedeio que procuraram desenvolver.

Nestes termos veio ontem aqui o Governo apresentar um Orçamento para 93 e um PMP 93/96 que não conseguindo esconder o essencial, são classificados como sendo documentos possíveis numa situação de crise.

Só que é preciso saber de que crise se está a falar, e essa é exactamente a segunda questão geral que urge levantar.

A penúria orçamental presente, a incapacidade de fazer frente às necessidades mínimas de investimento público, a transformação pelo Governo, da Região Autónoma em péssimo pagador, não se devem basicamente ao desaparecimento das contrapartidas pagas pelos EUA, mas devem-se antes e fundamentalmente à junção das três razões seguintes:

A primeira razão prende-se com o facto de a política económica do PSD não ter garantido, apesar de haver muitos milhões transferidos para a iniciativa privada, um crescimento económico que tivesse reflexos sólidos no crescimento da receita pública corrente.

A segunda razão diz respeito ao enorme desvario do Governo e do PSD em 91 e 92, autorizando muito mais despesa do que a coberta pela receita, sem se preocupar com as consequências futuras em termos de pagamento.

A terceira razão liga-se directamente ao facto do PSD Regional e os seus principais dirigentes terem perdido o pouco que já lhes restava de **capacidade de diálogo com**

o Governo da República e, por isso, terem-se apressado a deitar no caixote do lixo a ideia da renegociação do relacionamento financeiro com o Estado.

Fechado sobre si, depois de meses de congeminação secretista, o Governo apresenta propostas que são a auto-confissão da falência da sua política e da inadequação das práticas anteriores.

Tempos houve em que nos Açores se comentava a situação financeira da Região Autónoma da Madeira com a superioridade daqueles que se julgam imunes a situações semelhantes. Hoje depois de anos de recurso sistemático ao endividamento, depois de anos de mau ou insuficiente aproveitamento desses recursos, depois de anos de irrealismo na gestão dos dinheiros públicos, chegamos a uma situação financeira que compromete seriamente a credibilidade do Sistema Autónimo.

Cabe ainda salientar que este Orçamento e PMP são propostos por um governo que se tem mostrado incapaz de atingir os seus principais objectivos políticos, que cada vez mais se limita a fazer gestão corrente, e define objectivos no planeamento que são incompatíveis com as opções e dotações decididas.

O Orçamento para 93 e o PMP 93/96 são como que retratos fiéis da situação de pré-ruptura a que o PSD e os seus Governos levaram a Região.

De nada vale pôr a culpa no exterior, porque os verdadeiros culpados estão cá dentro. De nada vale fingir que já não há necessidade de investimento público, quando sabemos que sem esse investimento nunca chegaremos aos patamares de desenvolvimento e bem estar a que temos direito.

De nada vale evitar discutir a política financeira do futuro, porque sem uma completa reconsideração de algumas questões, mais não conseguiremos do que piorar a situação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD e o Governo procuraram encarar a situação financeira que criaram deitando mão a dois expedientes: o primeiro é o de fingirem que nada têm a ver com a génese da situação, ou seja, não há dinheiro porque não há e acabou-se.

O segundo expediente é o de procurarem criar a imagem de que mais ninguém tem alternativas ou orientações diferentes e de que não há mesmo qualquer hipótese de fazer melhor.

O primeiro destes expedientes tem tanto de grosseiro e inadequado como de perigoso. Ao proceder assim o Governo e o PSD querem fazer por esquecer todos os actos e omissões que foram tendo e que determinaram a situação presente, e querem de facto evitar a discussão do passado recente porque sabem que muito desse passado poderá influenciar negativamente o futuro.

O segundo expediente enquadra-se, por sua vez, numa estratégia de prolongamento do seu poder, criando a convicção (falsa) de que nada pode ser diferente.

Os expedientes, em política, não substituem, no entanto a realidade.

Este Orçamento e este PMP não são uma inevitabilidade.

Há alternativas sérias, muito embora dificultadas pela situação de profundo desequilíbrio que os Governos do PSD criaram.

De entre as orientações que levaram a uma política financeira alternativa cabe salientar:

1.º - A renegociação do relacionamento financeiro com o Estado procurando actualizar as contrapartidas pelos custos da insularidade e procurando envolver a solidariedade nacional em projectos concretos de desenvolvimento, o que não foi feito Sr. Secretário.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Tem aí o Plano!

O Orador: Até aqui não há quaisquer resultados.

2.º - A integração de todas as possibilidades de financiamento comunitário de projectos que sejam desenvolvidos pela Região no Planeamento Regional, racionalizando os recursos de forma integrada.

3.º - A criação de metodologias mais exigentes e rigorosas, com quadros legislativos revistos, para todas as acções de incentivo à iniciativa privada, garantindo em maior grau a rentabilidade dos meios públicos atribuídos à dinamização da economia. Desse maior rigor resultará um mais seguro crescimento que para além de repercussões positivas na sociedade também terá repercussão positiva nas próprias receitas orçamentais.

4.º - A adopção de opções realistas, não manipuladoras, nem eleitoralistas, que façam depender a despesa da receita e que procure manter o grau de crescimento das despesas correntes abaixo do crescimento económico efectivo.

5.º - A manutenção no quadro atrás defenido, de uma intervenção pública na economia que seja suficiente para gerar o equilíbrio entre as várias parcelas da Região, papel esse que a iniciativa privada não assume.

6.º - Subordinação do crescimento da dívida à evolução do crescimento da economia. As linhas de orientação atrás expostas não estão presentes nos documentos que temos em apreciação.

Pelo contrário o Governo Regional conjuga neste documento três factores, que todos juntos, formaram um vector negativo de grande peso: **diminuição drástica do investimento, aumento drástico do peso relativo da despesa pública e aumento acentuado da dívida.**

Quando nos dizem que as Oposições não apresentam alternativas,...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): É verdade!

O Orador: ...só nos resta notar que o Governo Regional desde 88 mais não tem feito do que trilhar um caminho de derrapagem, que este ano chegou ao limite da credibilidade.

Hoje vê-se que a política de endividamento não resultou; hoje vê-se que a política de gastos excessivos criou uma situação de total inoperatividade e de quebra de confiança na Região Autónoma; hoje vê-se que a contenção de despesas públicas correntes, naquelas áreas onde essa contenção é possível, não existe; hoje vê-se que o incrível adiamento deste debate se destinou à consumação prévia de orientações e opções.

Orientações alternativas às do PSD e do Governo existem, e se pelo menos a médio prazo não forem adoptadas, corre-se o grave risco de todo o sistema autonómico ficar comprometido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De acordo com a versão governamental as dificuldades na receita resultam quase exclusivamente do desaparecimento das contra-partidas pela Base das Lajes.

A realidade porém desmente tal versão e fica bem claro que há uma diminuição de receita que carece ser cabalmente explicada.

Quanto à despesa há uma acentuada contracção da despesa de investimento, agravada com o facto de uma parte da despesa orçada para 93 corresponder a gastos já realizados.

Essa quebra de investimentos, que leva ao abandono de alguns programas e a uma drástica desaceleração de outros, não deixará de trazer repercursões sociais negativas em toda a Região.

Como já lembrámos ontem, ilhas e concelhos há, onde os cortes no plano não deixarão de ter repercursões imediatas, porque levam à suspensão de contratos de trabalho, porque determinaram a suspensão de fornecimentos, etc.

Seria bom que todos os Senhores Secretários Regionais dissessem aqui quais os verdadeiras repercussões do Plano para 93 nas actividades das suas Secretarias. Seria também bom que dissessem, sem complexos, quais as verbas que realmente dispõem depois de satisfeitos todos os encargos pendentes. Seria igualmente útil que dessem notícia de quantos assalariados que trabalham em acções integradas em Planos anteriores irão, ou estão já, a deixar de ter trabalho.

Finalmente seria igualmente útil saber-se a quantidade de mão de obra que ficará a sobejar pela desaceleração da realização de obras que são necessárias e que estão adiadas.

Em contraste com esta perspectiva seria necessário que o Governo nos dissesse quantos postos de trabalho a ajuda à economia vai gerar nos próximos 4 anos.

Não se pense que a presente crise orçamental pública não tem ela própria incidências sociais negativas.

Essas incidências são fortes por duas vias imediatas:

O menos que o sector público faz e o menos que o sector privado faz dado que o sector público paga mal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao terminar esta abordagem geral não podemos deixar de vincar a seguinte ideia:

Estas propostas só são concebíveis porque partem de um Governo que, apesar de não conseguir governar, continua convencido que pode fazer tudo o que entende.

Estas propostas são o reflexo de uma política que, de forma crescente, vem confrontando interna e externamente a credibilidade do sistema autonómico.

Ao longo dos anos o PSD e o seu Governo recusaram sistematicamente, discutir seriamente a política financeira. No único momento em que o Governo tomou alguma iniciativa nessa área (em 1990) logo recuou quando percebeu que a versão inicial das suas propostas não seriam aceites pelo Governo da República.

A partir daí a derrapagem acelerou sem ter ainda parado.

Disse

Deputado Jorge Cabral (PSD): O marxismo perdeu-se!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Comunicação Social.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Conquistar os açorianos, é o desafio que nestes tempos se coloca aos meios de comunicação social regionais. O crescimento das audiências torna-se imperativo. É um objectivo necessariamente a prosseguir por cada empresa de comunicação social. É o caminho para a rentabilização do capital investido.

Na competitividade está a chave do sucesso. E isso significa sempre a disputa da qualidade dos meios, dos agentes, da produtividade, da imagem e dos circuitos de distribuição. Exige um controlo rigoroso e racional dos recursos e dos custos, exige inovação, eficiência e responsabilidade. É neste quadro que se justifica a nossa presença. É dentro dele que actuamos e sempre actuaremos.

Produzir informação em espaços de pequena dimensão e descontínuos tem um custo social, que justifica as ajudas públicas às empresas de comunicação social. Porém, tal não pode permitir formas ilegítimas de concorrência nem a alteração da lógica do investimento como fonte geradora do lucro. Nem tornar oportunas a passividade e a estagnação.

Por isso, as ajudas financeiras serão cada vez mais selectivas e criteriosas e prioritariamente destinadas ao investimento, designadamente em tecnologias de produção.

Para tanto dispomos de uma verba capaz de potenciar investimentos superiores a 100 mil contos. Apesar do esforço empreendido na viragem para os anos 90, temos de continuar a apostar na renovação tecnológica e no aproveitamento exaustivo da capacidade instalada, como factores determinantes da produtividade. A multifuncionalidade dos equipamentos é uma realidade a explorar e será critério preferencial na concessão da ajuda pública, pois nem sempre ao maior custo e ao maior número de unidades de produção corresponde o maior benefício. Para além da posse desses bens tecnológicos, importa também o seu perfeito domínio.

Como disse na apresentação do Programa do Governo, privilegiar-se-á a bonificação dos encargos decorrentes do investimento em tecnologias de produção. Ao mesmo tempo, propor-se-á a elegibilidade dos encargos das rendas do "leasing" para efeitos de comparticipação pública. Incentivaremos, mesmo, a opção por esta via de investimento, que implica menos esforço financeiro "à cabeça", por parte das empresas, e perspectiva uma maior actualização tecnológica dos equipamentos disponíveis.

Outra variável estratégica no quadro de modernização e crescimento dos meios de comunicação social açorianos é a constante valorização dos recursos humanos. Sem ela será inconsequente toda a actualização tecnológica. E comprometer-se-ia o desejável, e possível, crescimento da produtividade das empresas jornalísticas.

Assim sendo, não faria sentido deixar de eleger esta como uma das áreas prioritárias da nossa acção.

A valorização profissional dos agentes de comunicação social vai mesmo ser objecto de novas iniciativas e oportunidades, em cooperação com parceiros técnicos nacionais, designadamente o Centro de Formação de Jornalistas e o CENJOR.

Promoveremos a realização de programas de formação dirigidos às necessidades de desenvolvimento das empresas, de modo a permitir aos activos um eficaz acompanhamento dos progressos globalmente operados na produção informativa.

Por outro lado iremos propor a actualização da legislação que consagra os incentivos nesta área, com vista à adequação dos meios aos objectivos, e a tornar mais flexível a ajuda pública à formação, nomeadamente a da iniciativa das empresas.

A formação inicial de jornalistas será igualmente consagrada, já que nos termos do protocolo celebrado no mês passado com o CENJOR, é garantida a existência de duas vagas para açorianos candidatos a jornalistas, nos cursos nacionais bienais promovidos por aquela instituição.

Garantidos recursos tecnológicos actualizados e quadros activos qualificados e motivados, é possível enfrentar com sucesso os desafios da expansão dos meios de comunicação social nos Açores, numa dimensão necessariamente mais competitiva.

O esforço de investimento tem que ser compensado. O capital investido rentabilizado. Não se pode eliminar a perspectiva empresarial na análise dos meios de comunicação social açorianos, por mais clássica que seja essa análise. Embora também revestida de um carácter social, estamos efectivamente em presença de uma actividade empresarial, como tal sujeita a regras do funcionamento do mercado. Significa isso também que o Estado, a pretexto de compensar um serviço público, não pode continuamente alimentar situações artificiais e por si só insustentáveis, alterando os mecanismos da concorrência, através de uma presença e intervenção excessivas. Deve, antes, ser entidade reguladora, que acautela a observância das disposições legais e promove os equilíbrios, que numa sociedade com as características de dimensão e dispersão da nossa são aconselháveis e até mesmo necessários.

Daí a defesa do princípio da subsidiariedade que pressupõe, ao nível dos encargos correntes das empresas, a prestação das ajudas imprescindíveis, visando o desagravamento dos custos dos factores de produção e garantindo a utilização de serviços implícitos à produção informativa.

Torna-se prioritário estimular o crescimento da produtividade das empresas, apostar na qualidade da oferta e na diferenciação dos produtos informativos e capacitar as empresas para os processos de mudança e inovação. Sem exageros de optimismo, continuamos a defender e a acreditar que é possível o crescimento das audiências. Diga-se, a título de exemplo, que em 1988 a audiência diária regular da imprensa era de 16,6%, que em 1990 esse valor havia crescido para 23,2% e que em 1992 se situava já em 37,5%. São dados como estes que sustentam e fundamentam as perspectivas de crescimento que antevemos para este quadriénio.

Tal como no passado recente promoveremos campanhas de incentivos à expansão da imprensa e sobretudo disponibilizaremos meios às empresas que em boa hora venham a empreender iniciativas idênticas.

Já noutra domínio, e reafirmando o princípio da complementaridade, continuaremos a participar nos projectos de alargamento da oferta dos serviços públicos audiovisuais, designadamente, quanto a infra-estruturas de transporte e difusão de programas.

Da dotação prevista para o quadriénio, 35% destina-se à instalação de dois retransmissores de televisão em S.Miguel, devendo a restante verba ser afectada a projectos de micro-cobertura radiofónica em todas as Ilhas, com excepção do Corvo. Prevê-se, também, a cedência de equipamentos destinados à micro-cobertura televisiva das Flores, nomeadamente para os retransmissores a instalar na Fajazinha e no Bugio.

Cumpre-se também deste modo a intenção expressa no Programa do Governo de, através de acordos plurianuais com as empresas concessionários da prestação, transporte e difusão do serviço público audiovisual, promover o alargamento da oferta destes serviços às populações açorianas.

Neste contexto será empreendida a montagem de retransmissores de televisão em S.Maria, S.Miguel, Terceira, Graciosa, S.Jorge e Faial, enquanto que em matéria de radiodifusão sonora serão contempladas todas as ilhas, com excepção do Corvo.

São estas as nossas propostas para quatro anos. Estamos convictos que elas correspondem às expectativas legítimas e ponderadas dos agentes da comunicação social regional e de todos os açorianos. Afinal, são propostas que perspectivam crescimento, desenvolvimento, modernização. Que não enjeitam o trabalho, a criatividade, o empenhamento e a responsabilidade. A tarefa é difícil, admitimos, mas é seguramente aliciante e motivadora.

Na comunicação social, como noutras áreas, o sucesso não se obtém pela concentração das responsabilidades em quem detém o poder político, mas pela divisão das responsabilidades e dos instrumentos que concorrem para o bem comum.

Disse.

(Aplausos das bancadas do Governo e do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos suspender os nossos trabalhos para o almoço e retomá-los-emos quando forem três horas da tarde.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Muito obrigado e boa tarde.

(Eram 12:50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, muito boa tarde.

Agradecia que retomassem os vossos lugares para prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 15:05 horas)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando no dia 23 de Março deste ano, chamei a atenção desta Assembleia e do Governo para algumas das maiores carências da Ilha do Faial, respondeu-me em nome do Governo Regional o Senhor Secretário do Turismo e Ambiente afirmando o seguinte:

"Alguns dos projectos apresentados já estão em andamento. Outros serão de certo incluídos no Plano a Médio Prazo e outros que o Sr. Deputado não referiu, também estão previstos."

Nessa altura e com a igenuidade de quem está de boa fé, congratulei-me com essas palavras e certamente cresceram as expectativas daqueles que as ouviram ou delas tiveram conhecimento.

Todavia, os factos cedo se encarregaram de destruir estas expectativas.

Com efeito, na sequência do que tem sido transmitido pelos órgãos de Comunicação Social, o Governo Regional não tinha afinal conhecimento de tal crise global da economia e sobretudo desconhecia completamente que as contrapartidas financeiras das bases estrangeiras tinham acabado.

Do mesmo modo, foi com uma enorme surpresa para o Governo concluir que, por causa das eleições de Outubro de 92, tinha gasto muito mais do que devia e podia.

Por outro lado e certamente devido a poderosas "forças de bloqueio" desconhecia o Governo que a tão propalada "solidariedade nacional" com Cavaco Silva iria mais uma vez claudicar.

E agora Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui estamos!

Com um Plano e Orçamento para 93, apresentado a meio do ano, cujo conteúdo mais parece um "acordo de credores" para pagamento de dívidas do que um instrumento de planeamento económico e financeiro.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É por isso que não faz sentido analisar este Plano e Orçamento de 93 porque se trata apenas de uma mera formalidade desprovida de real valor.

Em relação à Ilha do Faial, praticamente tudo o que ali está, ou se destina a pagar facturas em atraso, ou não é para iniciar este ano servindo antes para apoiar os programas eleitorais autárquicos lá mais para o final do ano.

Veja-se a denominada "Grande Reparação na Escola Preparatória da Horta", a Escola da Praia do Norte e a Igreja da Matriz como exemplo de obras concluídas e por pagar e vejam-se as dotações para o Porto da Horta, para a Escola dos Flamengos, para as obras do arquivo e biblioteca Pública como exemplo da segunda situação.

Na verdade, é triste olhar para este Plano de 1993!

E que dizer do Plano a Médio Prazo?

Que dizer de um plano que repete de quatro em quatro anos objectivos que nunca foram concretizados?

Qual o real significado das dotações previstas para "Infraestruturas Físicas Turísticas, - campo de golfe - para o "Apoio à Zona Industrial" para a "Escola dos Flamengos" para o "Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores"?

Servirão estes programas mais uma vez e indefinidamente apenas para abrir rubricas e contentar alguns incautos?

E já agora,

- Quem se lembra da Escola Secundária da Horta?
- Quem se lembra do Museu de Horta que pura e simplesmente desapareceu do Plano?
- Quem se recorda das igrejas de São Francisco e do Carmo igualmente levadas por ventos adversos e qualquer dia, infelizmente, desaparecidas com o tempo?
- Quem se recorda por exemplo da revitalização das Termas do Varadouro, da protecção da orla marítima em vários pontos importantes da ilha e da protecção da zona do Vulcão dos Capelinhos e do Farol, apesar do que aqui foi dito há bocado pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Ambiente.

De uma dotação orçamental de 1836 mil contos em 92 passou-se para 747 mil contos em 1993.

De uma dotação no último Plano a Médio Prazo de 7 milhões de contos passou-se para uma dotação de 4,6 milhões de contos do actual Plano.

Abstenho-me assim de tecer comentários aos números relativos aos sectores produtivos, onde as perspectivas são desoladoras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela minha parte estou certo de que partilho com os meus conterrâneos uma grande incerteza quanto ao nosso futuro colectivo.

Depois de peculiares tomadas de posse, da série de diplomas inconstitucionais, da triste questão da hora legal, do escândalo das facturas, do obscuro caso da Pró-Pico, da singular proposta de revisão do Estatuto que está em curso.

Só nos faltavam estes documentos neste nubeloso, final do mês de Maio.

Estes 7 meses do V Governo tem sido, de facto um desastre!

Este Povo merecia melhor!

Disse!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

Deputado Humberto Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Os documentos agora em apreciação nesta Assembleia, Plano e Orçamento para 1993 e Plano de Médio Prazo 93/96, com especial incidência para este, estão em consonância com o Programa de Governo, sobretudo à luz dos princípios e dos grandes objectivos.

O debate em questão constitui um dos momentos privilegiados e mais relevantes da vida política regional pois estão em análise as principais linhas e vectores do desenvolvimento sócio-económico da nossa Região.

A proposta do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 1993 foi elaborada no estricto cumprimento das técnicas orçamentais e de finanças públicas e dentro do quadro legal estabelecido no Estatuto Político-Administrativo.

As despesas correntes representam, é certo, um peso significativo no Orçamento. Devemos, porém, ter presente que vivemos numa Região dispersa por nove ilhas, onde é imperiosa e imprescindível a multiplicação dos serviços.

Ao longo do período autonómico fomos construindo e equipando um conjunto diverso de infraestruturas sociais e económicas, como sejam escolas, portos, hospitais, centros de saúde, aeroporto, etc. e cujo funcionamento é vital para assegurar os padrões mínimos de qualidade de vida, mas que acarretam custos acrescidos. Merecem, neste domínio, realce especial os sectores da saúde e da educação.

Acresce ainda o impacto que o novo sistema retributivo da função pública, embora justo, pesa no orçamento regional.

Pensamos que, ainda, há passos a dar no sentido da racionalização e do melhor aproveitamento de recursos, quer através da reestruturação e modernização da Administração Regional quer envolvendo outras entidades e agentes económicos naquele progresso, potenciando-lhes uma participação mais activa e eficaz em razão da matéria e do interesse.

Do lado da receita as previsões assentaram em critérios prudentes e realistas e tiveram na devida conta a conjuntura económica que vivemos, quer regional, nacional e internacional.

Não aceitamos as críticas demogógicas que nos dirige a oposição no sentido de se obter maior "fatia" da solidariedade nacional, sobretudo se tivermos em conta que a Região perdeu as verbas resultantes de acordos internacionais.

Sejamos realistas e objectivos, conseguimos a fatia possível face ao contexto político e sócio-económicos em que vive o nosso País.

Contrariamente ao que diz a oposição, o PSD assume consciente e objectivamente a realidade e entende que a solidariedade nacional deve ser encarada com conteúdo político amplo e profundo e não apenas como uma mera medição de fluxos financeiros.

Ainda há uns anos atrás, quando o Governo Regional solicitava meios financeiros do Governo da República para a execução do Plano de investimentos a oposição, sobretudo o PS, comentava que tal facto mais parecia uma "atitude de pedincha à Santa Casa da Misericórdia"!

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A questão dos recursos financeiros da Região é uma das tarefas políticas de fundo que vai continuar a merecer do PSD um profundo diálogo e maturação política quer ao nível partidário quer ao nível dos órgãos de soberania.

Estamos, pois, perante um Orçamento equilibrado em que o recurso ao crédito é prudente e não hipoteca o futuro.

Num contexto em que os Açores se vêm privados das receitas provenientes dos acordos internacionais e num quadro económico marcado pela incerteza e insegurança, propõe-se uma forte disciplina orçamental e uma gestão cautelosa e ponderada ao nível das despesas correntes e de investimentos, por forma a atenuarem-se restrições orçamentais presentes.

Não compreendemos que açorianos, repito açorianos, reconhecendo a nossa situação de fragilidade e de desfavorecimentos possam exigir e reivindicar mais investimentos sem encontrarem a forma ou os meios de obtenção dos recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela natureza e importância passemos a uma breve análise do Plano de Médio Prazo, documento crucial para a vida económica e social e que, em certa medida, complementa e concretiza o Programa de Governo.

A actuação de partida deste Plano de Médio Prazo é, relativamente a anteriores bastante melhor, face ao grande salto qualitativo que a nossa Região deu sob a direcção política do PSD; mas, de grande complexidade face à conjuntura económica e social que hoje vivemos quer no contexto interno quer do nosso País ou mesmo do espaço europeu onde nos inserimos.

Exige-se, assim, realismo, eficácia, objectividade, empenho e responsabilidade de toda a sociedade. Tem, pois, papel relevante a concertação social e o diálogo activo e aberto com as principais forças e agentes dinâmicos da vida social, cultural e económica.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Gualter Furtado*): Muito bem!

O Orador: Se viver nestas ilhas é difícil, já o foi mais. Com criatividade e engenho podemos e vamos todos enfrentar e vencer os desafios que se colocam aos Açorianos. Perante recursos escassos, importa estabelecer prioridades, respeitar precedências e atender a complementaridades e a interdependências potenciadores ou geradores de efeitos multiplicadores.

Há que rentabilizar ao máximo os investimentos e privilegiar áreas ou sectores reprodutivos que libertarão meios ou resultados para o crescimento próprio e para o lançamento de outras iniciativas ou actividades.

A nova metodologia aplicada na elaboração e apresentação do Plano é mais consentânea com as utilizadas quer no plano nacional quer mesmo no plano comunitário, e possibilita uma análise mais clara e realista das principais linhas mestras dos objectivos de desenvolvimento.

Este Plano de Médio Prazo traça uma estratégia de desenvolvimento económico e social, assente em bases criteriosas e aponta três grandes rumos:

- o fortalecimento da economia;
- a valorização dos recursos humanos;
- a melhoria das condições de vida.

O aprofundamento e aperfeiçoamento da Autonomia só podem avançar quando em paralelo a actividade económica cresce e se fortalece.

Um dos grandes eixos do desenvolvimento do próximo Plano de Médio Prazo assenta, pois, na dinamização da actividade económica, orienta sobretudo para a modernização e expansão da estrutura produtiva, com realce especial para os factores dinâmicos de competitividade, como sejam a inovação, a tecnologia, o marketing e a gestão.

Nesse domínio tem papel relevante o investimento privado que tem vindo a melhorar a sua participação ao nível do agregado formação bruta de capital fixo.

Pretendemos encorajar e reforçar esse papel pois entendemos que a iniciativa privada é o motor do desenvolvimento, cabendo aos poderes públicos um papel central na preparação dos recursos humanos, na modernização das infraestruturas e na criação de um ambiente favorável às empresas.

Tem especial impacto na dinamização do tecido empresarial os sistemas de incentivo, que tão bons resultados têm trazido aos Açores nomeadamente nas áreas do Turismo, do Comércio e Indústria, das Pescas e da Agricultura, potenciando e dinamizando a economia real e modernizando o aparelho empresarial.

Mais de 60% do total da despesa do Plano destina-se directa ou indirectamente ao fomento, dinamização e fortalecimento da actividade económica, demonstrando, assim, a aposta inequívoca na iniciativa empresarial como principal fonte geradora de riqueza e de emprego.

Queremos um crescimento económico de base sólida, mas, também, equilibrado e solidário visando sempre, em última instância, o bem estar e a qualidade de vida das populações.

Como Social Democratas o nosso projecto centra-se na pessoa humana como primeiro elemento do desenvolvimento, razão porque a educação e formação profissional merecem também a nossa atenção.

Este Plano de Médio Prazo representa mais um passo decisivo no processo de desenvolvimento que a nova geração da Autonomia democrática está construindo, respondendo a todas as parcelas integrantes da nossa Região Autónoma.

Contrariamente à oposição, que apenas faz um "choradinho" que até parece agravar a crise, nós não vamos deixar cair os braços, mas sim trabalhar, como sempre, com audácia, realismo e entusiasmo nas tarefas do desenvolvimento.

O PDR/Açores agora já em fase final de decisão será, certamente, mais um importante e poderoso instrumento potenciador do progresso dos Açores.

Vamos vencer.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Martins.

Deputado Artur Martins (PSD): Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

O debate e discussão do Plano a Médio Prazo 1993/1996 e o Plano e Orçamento para este ano, em curso nesta Assembleia, tem que ter uma perspectiva e um tom realista, face ao cenário de constrangimento financeiro que se vive na Região e é infelizmente por todos nós sentido e conhecido.

A ausência das transferências das contrapartidas financeiras, resultantes dos acordos internacionais em que a Região intervinha, tem-se revelado bastante penalizadora para a própria actividade empresarial e vem implicitamente conduzir a um assinalável abrandamento das adjudicações de empreendimentos e conseqüente desaceleração do ritmo da economia.

Este é também o resultado da recessão económica que paira, designadamente na América e na Europa, e está a chegar aqui aos Açores, embora, felizmente, ainda de uma forma ténue.

O esforço de investimento que até agora foi levado a cabo nos Açores deu os seus frutos, sem o qual a crise teria sido bastante pior do que é agora.

Sr. Presidente, Sr. Presidente e Membros do Governo, Srs. Deputados:

Estamos perante um Plano a Médio Prazo e um Plano e Orçamento Anual de rigor, baseados nos recursos financeiros disponíveis, levando a que sejam feitas algumas

travagens na execução de alguns projectos obrigando a que muitas das acções têm de aguardar melhor oportunidade.

Neste momento, seria sonhar alto se pretendessemos que os documentos em discussão fossem outros e contemplassem uma série de propostas consideradas essenciais e vitais para o nosso desenvolvimento social e económico. Todavia, a nossa actual capacidade financeira a isto não permite. Eu próprio seria o primeiro a defender a inclusão no Plano a Médio Prazo de acções, há muito reclamadas, para o Concelho da Ribeira Grande. Mas o bom senso, face às limitações dos nossos recursos financeiros, não aconselha outra atitude.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Tenho consciência, é verdade, que este Plano não é o melhor para os Açores nem para a Ribeira Grande. Mais uma vez aquele concelho fica penalizado, embora seja um dos principais pólos geradores de riqueza para a Região. Na Ribeira Grande há projectos que vão ser adiados mas com firmeza vamos aguardar a nossa oportunidade, ciente de que essa ocasião não estará muito longe.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): 4 anos!

O Orador: Felizmente o investimento privado continua no concelho num ritmo imparável, sendo certo que isso, também, só é possível com o apoio do Governo Regional, através dos respectivos programas de fomento que existem para o efeito. É uma terra onde há muita vontade de trabalhar e singrar e para a qual se canalizam novos empregos.

Temos o exemplo da INSULAC e da COFACO que vêm dar novo élan à actividade empresarial no concelho, um dos mais dinâmicos e empreendedores da Região. Há, por isso, que olhar de uma outra forma para a Ribeira Grande, pois o seu potencial económico e as perspectivas de desenvolvimento são animadoras .

Percebo que para o Governo Regional ou para qualquer outro órgão executivo, programar planos, a curto, médio e longo prazo é uma tarefa nem sempre fácil e quase sempre espinhosa, dado que ela implica com opções e como optar é decidir, quando se decide há sempre os que estão contra, os que queriam mais alguma coisa, e os que estão a favor como nós.

O Governo Regional sabendo disso, decidiu e optou, no quadro e perante os condicionantes atrás descritos, com a certeza de que o resultado final deste debate, não é nem nunca será, a procura de uma solução consensual, é tão só a certeza que se solidifica cada vez mais a unidade açoriana e consolida o processo autonómico sobre a batuta do Partido Social Democrata.

Como aspectos mais relevantes deste Plano, penso que devem ser referidos os propósitos que existem em manter abertas as frentes de trabalhos já iniciados, evitando grandes crises de desemprego e ultrapassar o impacto negativo de não recebermos as verbas provenientes dos Estados Unidos como pagamento do aluguer da Base das Lajes.

Na defesa deste plano, o Governo Regional e a maioria do PSD assume uma postura de verdade e apresenta-se para enfrentar em pleno mais este desafio. No Plano há propostas de inovação, diálogo, mobilização e esperança.

Por mim, tenho confiança e espero que a situação seja alterada ainda no decurso da vigência deste PMP, com os fluxos financeiros da Comunidade a darem outro fôlego e que o Plano de Desenvolvimento Regional possa ser a tábua de salvação para a Região e o meu concelho.

"Em casa onde não há pão todos ralham"..., mas perante as dificuldades presentes devemos confiar nos critérios estabelecidos para este Plano.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Longe vão os tempos em que os animais falavam, esses tempos da inocência e de fábula.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Foi pois com espanto que ouvi nesta Assembleia repetir a fábula de que esta Plano é insuficiente, é incompleto é mau mas...

Sr. Presidente:

Este Governo e este Plano caracterizam-se por defender três políticas básicas:

A Política da Avestruz.

A Política do Caranguejo.

A Política do Crocodilo.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: A política de avestruz, que esconde a cabeça na areia e finge que não existe dívida aos empreiteiros, que não se conhecem ilegalidades.

A política do caranguejo, que depois de defender a modernização económica e a reforma da administração no Plano para 1988-92 vem agora como o caranguejo andar para trás.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não!

O Orador: Finalmente a política do crocodilo que põe tudo e todos a rastejar à volta de Bruxelas.

Basta!, basta, Srs. Deputados!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos ontem nesta Casa as orientações duma **política económica alternativa**.

Ao Plano impossível que não enfrenta os problemas da economia real contrapomos opções que dão prioridade ao desenvolvimento.

Que dão prioridade aos cidadãos, aos empresários e trabalhadores Açorianos, um acordo social para o desenvolvimento.

Uma política, repito, que considera o sucesso dos trabalhadores e produtos Açorianos no mercado Português e Europeu como o seu melhor teste.

Um acordo social para o desenvolvimento que considera que os fundos comunitários podem criar condições ao desenvolvimento mas que este depende em primeiro lugar da qualidade dos investimentos e do seu potencial de promover uma economia eficiente e autosustentada.

As opções a realizar na afectação dos recursos disponíveis são necessariamente de ordem interna.

Não é porque Bruxelas prefere megaprojectos que estes são os mais indicados para promover o desenvolvimento.

Não é porque é mais fácil à Comissão Europeia como a qualquer agência internacional acompanhar projectos superiores a 1 ou 2 milhões que estes são de interesse regional.

Aliás neste Plano são esquecidos ou dotados com fundos insuficientes projectos de interesse estratégico regional que se enquadram na categoria de grandes projectos.

Queria aqui lembrar, entre outros, a rede regional de abate e o novo matadouro de São Miguel. Este investimento permitiria apoiar o desenvolvimento da indústria de transformação de carnes, gerar mais-valias regionais e criar as condições materiais para promover no mercado continental a imagem dos produtos regionais.

Queria aqui lembrar as dotações para a Universidade dos Açores e o seu faseamento neste Plano. Nas visitas a Universidade congéneres no continente deparamos com instalações condignas e salas de aulas em número adequado ao crescimento da população escolar.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Isso é na Espanha!

O Orador: Aqui adia-se a construção dum campus universitário condigno e retira-se à Universidade e ao seu reitor direitos que lhe são dados pela autonomia universitária.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política económica alternativa e o Acordo Social para o Desenvolvimento aqui proposto tem como orientações principais - repito:

- um programa de estabilização de curto prazo;
- uma política industrial e de investimento que aposte em projectos estratégicos que garantam a competitividade da economia Açoriana;
- uma política orçamental que assegure através de mecanismos automáticos um orçamento disciplinado;
- uma política que privilegie a economia real, a melhoria da situação financeira das empresas, a defesa das quotas de mercado e a redução do risco de entradas em novos mercados e de adopção de novas tecnologias;
- uma política que apoie as empresas exportadoras.

Uma política que não adie as decisões necessárias à manutenção do esforço de ajustamento estrutural da economia açoriana.

Uma política que fomente os valores necessários ao sucesso económico. Que promova o mérito, a eficiência, a excelência. Que liberte a economia de regulamentos e práticas improdutivas que diminuem a eficiência da economia.

Uma política que não se demita de promover a Autonomia e os Açores!

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Agradecia ao Sr. Subsecretário que me desculpasse tendo em conta que não vi o Sr. Deputado Rui Melo pedir a palavra.

Tem a palavra para pedir esclarecimentos, Sr. Deputado.

Deputado Rui Melo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

É o 5.º debate que assisto nesta Casa. Uns sobre o PMP, outros sobre os Planos Anuais e Orçamento e como tal não me recordo que um Deputado da bancada da oposição tivesse usado a palavra pela segunda vez.

(Risos e apartes inaudíveis da bancada do PS)

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): À excepção do PCP!

O Orador: Assistimos aqui...

Deputado Fernando Fonte (PS): Está com falta de memória!

O Orador: Nós sabemos, Srs. Deputados que o Sr. Deputado Fernando Lopes tem instruções do Sr. Deputado Martins Goulart para justificar a sua ascendência à direcção do grupo parlamentar.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Com isso, estamos conscientes de que os Srs. Deputados que apoiam o Sr. Deputado Martins Goulart estão muito cansados, tendo em conta que estiveram numa "roda viva" a discutir as suas posições nas comissões.

Por isso quem terá de usar da palavra serão os Srs. Deputados da facção...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado! Tenha calma!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado Fernando Lopes nada de novo nos traz sobre o Plano a Médio Prazo, aliás, vem com figuras retóricas que em nada nos diz respeito, faz acusações descabidas, daí que pensamos que o Sr. Deputado é um indivíduo Anti-Comunidade Europeia e, como tal já o tínhamos percebido. É uma pessoa que não gosta de Bruxelas e por isso leva-me a fazer esta pergunta:

Será que nunca conseguiu uma bolsa para ir para Bruxelas?!

O que nós aqui queremos deixar registado é apenas que a bancada do Partido Socialista está neste debate com dois ou três Deputados!

(Risos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Durante o período de vigência deste Plano a Médio Prazo a Europa irá atravessar um importante período da sua História.

Após a concretização do Mercado Interno a Europa confronta-se agora com os desafios da União Económica e Monetária e da União Política num quadro de profunda alteração dos cenários geo-políticos mundiais designadamente com o colapso dos regimes comunistas do centro e do leste europeu.

Por isso, e dado o aumento significativo de graus de incerteza quanto ao futuro, assume particular destaque o sim da Dinamarca à ratificação do Tratado da União Europeia, a prossecução dos compromissos de Edimburgo e a necessidade de uma maior cooperação e convergência da acção política externa dos Estados Membros da Comunidade.

Numa época marcada pela transitoriedade, a trajectória europeia para os próximos anos estrutura-se segundo dois eixos determinantes:

1.º - O aprofundamento interno: a diminuição do chamado "deficit democrático", a implementação do Acordo do Espaço Económico Europeu e o alargamento a outros países europeus.

2.º - O reforço dos mecanismos de coesão económica e social directamente ligado aos objectivos da convergência real e nominal das economias europeias.

Quanto aos aspectos que se prendem com o aprofundamento interno da arquitectura comunitária salienta-se o reforço da sua democraticidade.

Assumem neste contexto particular relevância:

- O reforço da participação regional através da institucionalização do **Comité das Regiões**.
- Uma maior capacidade de intervenção do **Parlamento Europeu**.
- Uma maior intervenção do **cidadão europeu** na vida política comunitária.

O mecanismo decisório comunitário continua porém a assentar na capacidade de iniciativa da Comissão e de decisão do Conselho que definem a especificidade da arquitectura institucional comunitária.

Pasme-se por isso, com algumas críticas aos burocratas de Bruxelas, porque estes dependem dos Estados Membros, dependem das administrações e são controlados pelo Parlamento Europeu. Daí que quando se afirma aqui de alto e bom som que afinal nós somos meros agentes subservientes em Bruxelas e entretanto esquecem-se porque desconhecem o funcionamento das instituições comunitárias e que esses mesmos funcionários têm que obedecer a orientações específicas.

Vozes e Aplausos das bancadas do Governo e PSD: Muito bem! Muito Bem!

O Orador: Aliás, cumprirá daqui para o futuro e cada vez mais para os parlamentos nacionais e assembleias regionais, uma acção acrescida de acompanhamento do processo comunitário e ao longo dos últimos 4 anos nunca me furtei a todos os esclarecimentos relativamente a esta área, à Comissão dos Assuntos Internacionais e ainda recentemente à Comissão de política Geral e Assuntos Internacionais.

E por essa razão um dos principais eixos da acção a desenvolver nesta área durante a vigência deste Plano a Médio Prazo, será aperfeiçoar a cooperação com esta Assembleia designadamente com a sua Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais, tendo em vista desenvolver formas actualizadas de troca de informações acerca das questões comunitárias com especial relevância para os assuntos da Região.

Um segundo eixo de acção deste Gabinete centrar-se-á nos aspectos de informação e da formação em cooperação com o Gabinete em Lisboa da Comissão das Comunidades e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

prevê-se para os próximos quatro anos a realização de programas de informação, em colaboração com a Comissão Europeia, para difusão em todos órgãos de comunicação social na sequência de trabalhos, aliás que já foram desenvolvidos neste domínio de programas sobre a temática comunitária.

Estão também previstas acções visando o esclarecimento dos agentes económicos sociais e culturais acerca do Mercado Único, ainda recentemente do Tratado de União Europeia e de políticas comunitárias.

Pretende-se, neste quadro, realizar junto das Comunidades Emigrantes uma acção de informação em estreita colaboração com a Comissão Europeia e com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Manter-se-á o apoio a acções de formação no domínio europeu tendo em vista habilitar os agentes económicos e sociais, os profissionais da Comunicação Social e os funcionários da Administração Regional para o desempenho integral das suas funções.

Um terceiro eixo da acção deste Gabinete centrar-se-á na melhoria da articulação interdepartamental através da Comissão Regional para os Assuntos Europeus na sua vertente operacional de informação e de formação.

Um outro grande eixo que referi no início desta intervenção é em relação aos aspectos que se prendem com a coesão e convergência económica e social na Comunidade.

De facto, será aprofundada a estratégia de integração europeia tendo em vista o cabal aproveitamento dos mecanismos de coesão económica e social nos quais se integram o desenvolvimento de programas específicos para a Região Autónoma dos Açores no contexto do próximo Quadro Comunitário de Apoio e dos programas de iniciativa comunitária e também no Programa POSEIMA.

As transferências comunitárias para a Região Autónoma dos Açores têm sido determinantes na manutenção de elevados índices de investimento tanto público como privado.

E chamo a atenção mais uma vez para uma outra situação que é de pasmar e que aqui está a cair num autêntico exagero.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Muito bem!

O Orador: A despesa pública - e os Srs. economistas sabem isso perfeitamente - seja ela por despesas correntes, seja ela por despesa de investimento, toda ela tem um impacto global no crescimento económico, bem como um impacto global na sociedade e que não é proporcional à divisão aritmética das despesas de plano e despesas correntes.

No fundo é como se estivéssemos aqui a discutir isto, ou seja, o Estado quando compra seja através de despesas correntes seja através de despesas de investimento e como a Região Autónoma dos Açores é no contexto das Regiões Insulares a que consagra maior percentagem para o investimento neste momento e em quase todos os Planos e Orçamentos de Regiões Insulares, constata-se é que cada vez mais a percentagem das despesas correntes é maior.

O facto é que aqui na Região tem, se feito um esforço único de desenvolvimento nas despesas de investimento e se há alguma redução, mesmo assim, ainda, estamos acima de muitas regiões europeias insulares iguais à nossa ou de dimensão idêntica.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Assim no próximo Quadro Comunitário de Apoio que será resultado das negociações que terão objecto pela apresentação em Bruxelas por parte das autoridades Portuguesas do Plano de Desenvolvimento Regional.

Este novo **Quadro Comunitário de Apoio** integrará programas plurifundos para a Região Autónoma dos Açores e encontra-se marcado pela necessidade de reforçar no contexto nacional os mecanismos de convergência económica intra-regionais tendo em vista atenuar os diferenciais de desenvolvimento dentro do quadro regional português e entre este e o quadro europeu.

Este Plano a Médio Prazo insere-se na perspectiva enunciada de permitir uma aproximação real aos níveis de vida europeus e permitir um crescimento económico mais elevado do que verificados na média comunitária.

Assume, neste contexto, especial relevância a duplicação real do volume dos fundos estruturais - tendo por base o último Quadro Comunitário de Apoio - o que permitirá desenvolver uma estratégia integrada de investimentos públicos e privados.

Este no Quadro Comunitário de Apoio irá reformular os programas actualmente em vigor de iniciativa comunitária tais como:

- **ENVIREG**

- **CIENCIA**

- **PEDIP**

- **PEDAP**

- **PNICIAP**

Onde se insere como sabem os mecanismos de incentivo ao investimento.

O novo Quadro Comunitário de Apoio terá também em conta a existência de novos fundos - Fundo de Coesão e o IFOP - e os tipos de intervenção comunitária - Programas operacionais plurifundos, subvenções globais, grandes projectos e intervenções BEI - na sequência da revisão dos regulamentos que regem os fundos estruturais.

Esta revisão espera-se que se encontre aprovada ainda a tempo de entrar em vigor a partir do dia 1 de Janeiro de 1994.

Este Quadro Comunitário de Apoio acresce-se os programas de iniciativa comunitária para as Regiões Ultra-periféricas da Comunidade.

Espera-se neste quadro **o reforço de iniciativa REGIS** que é um programa suplementar de apoio às iniciativas estruturais.

O desenvolvimento dos programas de Cooperação inter-regional onde a Região tem vindo a participar e que tem grande importância.

Saliente-se o Programa **EPICURE** que ainda está numa situação embrionária e é um programa de cooperação entre as regiões ditas ultra-periféricas da comunidade e que visa essencialmente o aprofundamento do relacionamento entre as administrações de todas as regiões ultra-periféricas.

O Programa **EURISLES** que é um programa de desenvolvimento de uma rede de informação entre as diferentes ilhas europeias. Neste programa os Açores participam através de Serviço Regional de Estatística dos Açores e está a ser desenvolvida com o apoio do EUROSTAT o que nos permite neste momento situar a nossa Região no contexto de algumas regiões europeias dado que a base de dados está a ser extremamente desenvolvida.

Também participamos e isso porque a vertente ultra-periferia complementa-se também com a nossa interligação ao espaço europeu e à fachada Atlântica Europeia com as Regiões Arco Atlântico em projectos como o **ARCANTEL**, **MARINATLÂNTICA** e agora recentemente estamos a estudar a nossa participação no âmbito do **ATLANTIS** - Programa de Cooperação entre Regiões da fachada Atlântica com Regiões Insulares.

Também participamos em programas de **TRANFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS** e iremos participar e estamos a participar no Programa das Agências Regionais de Energia, ou seja, a chamada rede **ISLENET**.

A política de cooperação inter-regional da Região tem vindo assim a orientar-se, com co-financiamento comunitário para a cooperação com outras regiões em domínios estratégicos como:

- agricultura;
- pescas;
- transportes;
- energia;
- novas tecnologias;
- ambiente;
- ordenamento do território;
- administração pública;

Durante este quadriénio o Governo continuará a aprofundar em diálogo com as instâncias nacionais e comunitárias, a aplicação de medidas específicas através do POSEIMA.

Aliás, a reformulação deste programa em curso que é um exemplo de parceria entre o Estado, a comissão e a Região irá ter em conta as novas solicitações designadamente

no domínio das Pequenas e Médias Empresas Industriais dos Açores e em estreita ligação com as medidas também aprovadas para esse tipo de indústria no Quadro Comunitário de Apoio.

Continuaremos também a participar em associações regionais europeias tais como a Assembleia das Regiões da Europa, a Conferência das Regiões Periféricas Marítimas, o Centro Europeu de Desenvolvimento Regional, o Conselho das Comunas da Europa e também na Comissão de Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa.

Estas organizações de direito privado, funcionam como "lobbies" regionais junto das autoridades comunitárias e já permitiram a constituição do Comité Consultivo das Autoridades Locais e Regionais criado pela Comissão Europeia tendo em vista auscultar a posição das Regiões acerca das políticas comunitárias que tiveram uma enorme importância também para o nascimento de um embrião de uma política comunitária para as ilhas europeias.

O Governo também acompanha nesta área e no quadro das competências estatutárias e constitucionais, os Acordos Internacionais que dizem respeito à Região salvaguardando os interesses da Região.

As negociações do Acordo Luso Americano sobre facilidades militares nos Açores decorrem com normalidade numa base de interesse mútuo entre os Estados Unidos e Portugal estruturando-se no que diz respeito aos Açores:

- na defesa dos interesses dos trabalhadores;
- na melhoria do relacionamento económico da Base enquanto potencial consumidora de produtos regionais;
- estabelecimento de programas de cooperação nas áreas da agricultura, pesca, comércio, indústria, serviços, turismo, etc;
- defesa dos interesses dos emigrantes e das suas Comunidades residentes nos EUA;

A inserção de Portugal na Europa Comunitária constitui o novo enquadramento geopolítico deste Acordo Bilateral sendo necessário em áreas de política externa, designadamente, na área comercial/aduaneira ter em conta este novo enquadramento.

A revisão do Acordo Luso Francês - em vigor até 1997 - encontra-se na fase final da sua elaboração. Foi dado especial destaque à problemática laboral que decorre da desafectação da Estação de Telemedidas das Flores.

O representante da Região na Comissão de Renegociação tem apresentado e apoiado um conjunto de propostas no sentido da salvaguarda do interesse dos trabalhadores.

Tem vindo a ser feito um acompanhamento permanente do diálogo existente entre os responsáveis pela Estação Francesa e os trabalhadores na sequência do cumprimento de legislação laboral portuguesa, e o representante da Região na Comissão Luso-Francesa já comunicou em sede própria a sua disponibilidade para apoiar qualquer alteração do projecto de acordo estabelecido em Paris em Janeiro passado e oportunamente dado a conhecer aos trabalhadores e à Comissão de Assuntos Internacionais desta Assembleia que reflita o entendimento, na área laboral, entre as partes directamente interessadas.

No tocante à continuidade do Acordo e porque a República Francesa manifestou interesse em continuar a utilizar facilidades na Região Autónoma dos Açores designadamente na Ilha de Santa Maria, a Região Autónoma dos Açores receberá anualmente 120 000 contos a preços de 1983 actualizados pelo índice de construção imóveis em Portugal.

A Comissão criada para a recepção das infra-estruturas continua a desenvolver os seus trabalhos, prevendo-se que durante o início do mês de Julho seja definida a afectação dos imóveis.

A Presidência do Governo também na área externa continuará a dar especial destaque à política de apoio e acompanhamento às Comunidades Açorianas em países de emigração como parte da estratégia regional de abertura ao exterior e de afirmação da Região no contexto nacional e internacional.

Em matéria de política de emigração e de apoio às Comunidades Açorianas são objectivos para o período de vigência deste Plano:

- Evidenciar o contributo dos Açorianos na construção e desenvolvimento das sociedades hoje prósperas.

- Promover e apoiar acções que visem o reforço do associativismo e da consciência da Comunidade que, unitária e conseqüentemente, intervém na vida cívica, económica e política das sociedades de acolhimento.

- Assegurar ao candidato a emigrante uma esclarecida e adequada preparação que facilite a sua integração no país de destino e promover a notação periódica do regresso com avaliação das suas conseqüências no tecido social.

- Estimular e acompanhar, em colaboração com outras entidades, as vertentes comercial, industrial e turística subjacentes às relações das Comunidades Açorianas/Comunidade Residentes apoiando-as num banco de dados.

Assim em síntese, a política de cooperação externa do Governo Regional durante a vigência deste plano incidirá sobre:

- A melhoria dos mecanismos de cooperação com esta Assembleia no domínio dos Assuntos Europeus e dos Assuntos Internacionais na defesa dos interesses da Região.

- O desenvolvimento de esquemas de informação/formação e de coordenação interdepartamental acerca dos assuntos europeus.

- A participação efectiva em "fóruns" regionais europeus e no Comité das regiões a criar na sequência da entrada em vigor do Tratado de Maastricht.

- A participação nas estruturas nacionais de coordenação dos assuntos europeus e nas estruturas nacionais encarregues da negociação de Acordos e Tratados que envolvam a Região Autónoma dos Açores.

- O apoio aos agentes económicos e sociais na sua acção junto das entidades comunitárias em Bruxelas designadamente continuando a apoiar a sua participação na UPEC Comunidade Económica das Regiões Ultra-Periféricas que foi denominada por Casa das Ilhas e em acções de promoção da imagem da Região no exterior e na cooperação empresarial.

- Apoio às Comunidades de Emigrantes espalhadas pelo Mundo como factor de especial inserção dos Açores no espaço geo-político e geo-económico e na afirmação da identidade regional.

- A prossecução da política de medidas específicas tendo em vista uma correcta integração da região no Mercado Único e na União Económica e Monetária que tenha em conta as especificidades regionais.

Nesta perspectiva a integração no grande espaço europeu significa levar para a Comunidade a dimensão atlântica que caracteriza os Açores, as suas especificidades e o desenvolvimento dos seus potenciais endógenos e não uma política de subserviência como muitas vezes aqui ouvimos dizer.

Aliás, face a Bruxelas a entidade regional afirma-se e os Açores são conhecidos pelos "fóruns" internacionais, pela uma defesa intransigente da identidade, da sua cultura, da sua forma de afirmação e de estar no mundo, da sua capacidade atlântica de responder aos problemas e aos desafios e não por qualquer questão de subserviência.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Muito bem!

O Orador: A importância dos Fundos Estruturais e como tal não são uma esmola de Bruxelas em que nós andamos a mendigar.

Vozes da bancada do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Nós estamos a contribuir com a nossa política de integração europeia por um real aproveitamento dos fundos comunitários na Região e não aquilo que muitas vezes se apregoa com linguagens de avestruz, caranguejo e crocodilo.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): E camelo!

O Orador: Aliás, Srs. Deputados, o símbolo da bandeira da minha Região é de um animal nobre, o Açor.

O Açor voa!

O Açor dá cabo da avestruz!

O Açor não come caranguejo!

O Açor está-se nas tintas para os crocodilos!

(Risos e aplausos das bancadas do Governo e do PSD)

O Orador: E as imagens que aqui com grande ênfase foram dadas há pouco em que muitas vezes tudo é avestruzes, o caranguejo anda para trás, o crocodilo que anda a rastejar às migalhas de Bruxelas.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Isso é uma boca da oposição!

O Orador: Olhe que o crocodilo tem a boca grande e nós trouxemos para a Região fundos e meios, mas não foi a rastejar!

Sr. Deputado, ainda neste momento aproveito para esclarecer uma questão que penso que tem alguma importância.

Quando V. Ex.^a fala tanto em economia sustentada. A nossa economia é uma economia aberta, voltada para a Europa, volta para o Mundo. O crescimento das nossas trocas comerciais com o exterior aumentaram e V. Ex.^a sabe.

Neste momento, as trocas com a Comunidade representam 70% do comércio externo e como tal estamos a enveredar para a abertura a novos horizontes e V. Ex.^a faz-me lembrar um Robison Crusué com o seu papagaio a falar sozinho!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do Governo e PSD)

Presidente: Tem a palavra o Deputado Fernando Lopes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Subsecretário da Cooperação Externa:

O Sr. Subsecretário disse aqui que de facto é garantido o acompanhamento do processo comunitário.

Eu pergunto ao Sr. Subsecretário, porque é que o PSD na Revisão da Constituição rejeitou uma proposta do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República que defendia a audição do Parlamento Regional nas matérias de interesse regional?

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Subsecretário, eu pergunto porque é que...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Martins Goulart (PS): Eu é que propus!

O Orador: ...ou melhor de que forma é que esse acompanhamento é feito?

Nós não falamos aqui de acompanhamento, falamos sim de preservar os direitos desta Assembleia.

Eu recordo que na Revisão da Constituição nomeadamente na alínea f) acrescentado ao artigo 166.º diz-se, nomeadamente, "acompanhar e apreciar nos termos da lei a participação de Portugal no processo de construção da União Europeia" e também no que respeita ao artigo 200.º é aditado uma nova alínea com a seguinte redacção:

"Apresentar em tempo útil à Assembleia da República para efeitos do disposto na alínea f) do artigo 166.º, informação referente ao processo de construção da União Europeia".

Eu faço uma outra pergunta. Quando é que a esta Assembleia vai ser apresentado o PDR...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para a semana!

O Orador: ...que V. Ex.^a está acompanhar até Bruxelas?

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves): Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muitas vezes e com algumas figuras de retórica, pretende-se dizer nesta Câmara que o Governo de uma forma ou de outra ou ainda o partido que o apoia, não tem tido consideração para com esta Assembleia relativamente a matérias de assuntos internacionais.

Esta afirmação é falaciosa!

De facto, há o acompanhamento da Assembleia da República relativamente aos assuntos europeus e enquadra-se numa perspectiva global do quadro e da arquitectura actual comunitária.

Os Parlamentos Regionais têm e efectivamente devem acompanhar, estar informados, participar e questionar os responsáveis que em Bruxelas defendem os interesses desta Região.

Esta foi e é o sentido das minhas palavras.

O Partido Social Democrata na Assembleia da República defendeu e defende esta perspectiva e como tal a proposta que o Partido Socialista apresentou não tinha bases jurídicas suficientes em termos gerais para ter vencimento.

Por outra questão que eu gostaria de levantar, é que nós e a Assembleia também terá o acompanhamento geral do Plano de Desenvolvimento Regional. Trata-se de uma perspectiva importante de participação desta Assembleia nesses trabalhos. São trabalhos de natureza técnica e que estão em fase negocial. Quanto às informações acerca desses trabalhos até têm sido objecto de reuniões não só relativamente a esta Assembleia, mas também relativamente a parceiros sociais e outras entidades que devem dar o seu contributo nesta estratégia.

Para mais e aliás no seu famoso acordo social, - de que falou tantas vezes aqui nesta Assembleia - mencionou a importância da estratégia da iniciativa privada como estratégia para o crescimento da nossa Região. Com isso eu não posso estar mais de acordo, porque de facto o Plano de Desenvolvimento Regional é essencialmente vocacionado como sabe e como muito bem sabe para esta área importante do nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes para pedir esclarecimentos.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário Regional:

V. Ex.^a afirmou que competirá a esta Assembleia um maior acompanhamento e participação das questões de integração comunitária. A minha pergunta é muito simples.

Significará isso que o PSD acolheu em sede de Revisão do Estatuto da Região Autónoma as propostas do PS que vão nesse sentido e dizem exactamente isso?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes naturalmente para prestar esclarecimentos.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Subsecretário: A pergunta que eu lhe fiz, sobre porque é que o PSD rejeitou a proposta apresentada na Assembleia da República e disse-me que não tinha bases jurídicas. Se estamos a falar de uma Revisão Constitucional, eu pergunto onde é que está a base jurídica, Sr. Subsecretário?

Por outro lado, V. Ex.^a falou de acompanhamento e agora digo.

Quem anda acompanhar é o Sr. Subsecretário, porque que eu saiba e visto que outro dia estive a ler a Orgânica do Governo, de facto V. Ex.^a não tem poderes nenhuns atribuídos como Subsecretário da Cooperação Externa, aliás quem os tem é o Sr. Presidente do Governo e quem anda a acompanhar é V. Ex.^a. Eu respeito e respeito a sua acção, mas de facto V. Ex.^a neste momento não tem poderes nenhuns delegados e acompanhar não é andar com as coisas debaixo do braço, de frente para trás ou de trás para a frente. Acompanhar é participar nas decisões. Aliás, neste caso é tomar decisões.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra para dar um esclarecimento o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para introduzir aqui um dado novo nesta questão da discussão das questões europeias.

Lembraria ao Sr. Deputado Fernando Lopes que não é necessário a Revisão da Constituição no que diz respeito àquilo que interessa ao Governo para as questões europeias. Isto é só para que o Partido Socialista saiba.

A preocupação do PSD sobre este assunto não é de agora, pelo contrário, é de há muito tempo. Por isso, recordaria a propósito que fomos o único partido que nesta Câmara e em tempos longínquos, - e faremos isso sempre que necessário -

promovemos uma sessão de perguntas ao Governo precisamente sobre essas questões europeias.

Portanto e em qualquer altura o Partido Socialista tem mecanismos que lhe permitem saber com mais profundidade aquilo que se passa na Comunidade.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Cooperação Externa.

Subsecretário Regional da Cooperação Externa (Lalanda Gonçalves): Sr. Presidente, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Muito rapidamente a questão que eu gostaria de esclarecer é de que estou pasmado com a - desculpe a palavra - ignorância do Sr. Deputado relativamente à minha situação no Governo.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Pasmem! Pasmem!

O Orador: Aliás e com algumas afirmações da vossa bancada é fácil!

Uma das questões que o Sr. Deputado levantou foi relativamente às minhas competências próprias. São competências de natureza delegada e como tal foram delegadas pelo Sr. Presidente em despacho.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Está publicado!

O Orador: Está publicado se quiser ler!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não tem! Não tem!

Não está a ser cumprido o Estatuto!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Vou começar esta intervenção como possivelmente a irei terminar.

E nesse contexto direi que o Plano para o que resta de 1993, o Plano de Médio Prazo 93/96, bem como o Orçamento para o que falta do corrente ano, são o espelho deste Governo!

Ao longo de 12 anos, o pior que já assisti e participei nesta Assembleia.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Gualter Furtado*): E eu também!

O Orador: O menos verdadeiro!

Aquele que nos merece o menor crédito!

Um rol de intenções não atingíveis!

Pois, em síntese o papel aceita de facto aquilo que se lá quer pôr!

Por tudo isto, por tudo aquilo que já foi dito e que ainda será dito, é lógico que a nível pessoal ou quer a nível da integração do meu grupo parlamentar, jamais poderia dar o aval a tais documentos.

Não vou ocupar-me de aspectos fundamentais da sua estrutura, meramente, por falta de tempo.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (*Joaquim Machado*): Já!

O Orador: Vou sim, ocupar este tempo - sim por falta de tempo, já - que me é distribuído descendo a alguns pormenores que eu considero importantes no contexto que vem planeado para 93 e 93/96 quanto ao círculo que aqui represento.

Mas a nível ou a breve trecho, vou fazer uma citação da página 93 do Plano e que diz assim:

"O Governo assume que se chegou ao estado de finanças regionais que nos permite que este Plano se destine a pagar a empreiteiros e fornecedores, **a manutenção de frentes abertas, evitando-se promover novos projectos sem que haja uma justificação particular, forte e evidente para o fazer**".

Portanto, para pagar a credores - oxalá isto seja conseguido - e para eventualmente dar continuidade a alguma frente aberta, mas de carácter prioritário.

Eu pergunto para além disso, o que podem esperar os graciosenses deste Plano para 93 em termos do que se pode fazer com o que vem orçamentado para aquela ilha.

Eu direi que no contexto do Plano estão orçamentados para 93, 427 010 contos.

No contexto de Plano de Médio Prazo, 1 068 058 contos.

Representando o investimento de 93, 40% do total do investimento para o PMP.

Sabendo-se que os 40% para 93 são mais do que insuficientes para o pagamento aos credores não só residentes, mas aos credores que tem obras executadas na ilha.

Verificando-se que nos restantes 3 anos de vigência do Plano fica a ilha dotada com 641 000 contos.

Pergunta-se:

Se acaso fossem pagas totalmente as dívidas e concluídas as ditas frentes abertas em 93, 427 000 contos, o que restaria?

Se ficarmos com 213 mil contos/ano para o triénio seguinte, o que se vai fazer de 94 a 96?

Pergunto depois, o que se pode esperar de concreto, de plausível, dos números citados e das acções que se pretendem executar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo, porque estafado, gasto e sem capacidade para inovar, propos em determinado momento uma nova metodologia para a elaboração deste documentos...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Olhe que isto não é a Direcção do Grupo Parlamentar do PS!

O Orador: Contestei-a e continuo a contestá-la!

...porquanto se traduziu de facto numa mera auscultação de autarcas e dos deputados de ilha ou melhor autarcas de ilha/câmara municipal,...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Assembleia Municipal!

O Orador: ...esquecendo-se juntas de freguesia e representantes dos serviços.

Mas participei nessa dita auscultação como outros também participaram. Deixei sugestões como outros também deixaram. Tive a cautela de folhear página a página os documentos que mais concretamente me dizem respeito em termos de ilha e não encontro as sugestões acolhidas no contexto do que por mim foi exposto e por outros também nessa dita reunião.

Mas mais grave!

De facto, tal como disse, este Governo ao elaborar este Plano nem respeitou os pressupostos legais da sua elaboração tal como ontem foi aqui demonstrado e rejeitado por um voto de protesto que nós apresentámos. Porque confundir legislação específica com legislação de carácter genérico é diferente, Sr. Deputado, Presidente do Grupo Parlamentar Manuel Arruda.

Há um decreto que prevê especificamente que as autarquias locais têm de ser consultadas e no que se refere ao decreto para a Associação de Municípios não tem abrangência nesse sentido. O que de resto vem explícito e consagrado no relatório que por unanimidade foi aprovado na comissão que enquadrou sob ponto de vista jurídico estes documentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O tempo voa!

Os exemplos são um sem número para se poder citar.

Vou apenas socorrer-me de dois ou três quanto à Ilha Graciosa neste contexto.

Equipamentos escolares - Acaso o Sr. Secretário da Educação e Cultura está lembrado das exigências e carências que na dita reunião lhe foram expostas? Está pois!

Acaso também sabe qual é o montante que estes documentos contêm para esta matéria: "zero"!!!

Agricultura - O Orçamento Global de Plano de Médio Prazo é de 207 787 contos. O Plano para 1993 prevê 120 249 contos.

Destes destinam-se a infraestruturas no ano de 1993, 97 480 contos, por certo para pagar a demolição de uma estrutura que existia e completar uma outra, ou seja uma má gestão!

Mas pergunto, se a grande fatia vai para as infraestruturas, onde estão os apoios para caminhos de penetração, por exemplo, só para não me alongar mais.

Ainda outro assunto tratado na dita reunião e que o Sr. Secretário com certeza que não vai negar que lá foi dito e a resposta que me deu. Ou então será que se pode entender que os caminhos de penetração estão inseridos num contexto do Plano que diz "**Infraestruturas - Instalação de Serviços, Caminhos, Correção Torrencial e Defesa - 8 000 contos**" Será isto?! Para que dá 8 000 contos no contexto disto tudo, sabendo as carências que a ilha tem e que são assumidas por todos a fim de se poder tornar rentáveis as explorações agrícolas em termos de lá chegar água e luz. É mais uma pergunta que deixo ao Sr. Secretário da Agricultura e Pescas.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não me interrompa, Sr. Deputado, porque eu não o interrompi em momento nenhum!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh, Sr. Deputado, o Sr. mata-me!

O Orador: Melhor conclusão não poderia tirar-se do Plano de Médio Prazo, neste importante sector, do que aquela que vem consagrada na página 12 do Parecer da Federação Agrícola dos Açores que diz e que passo a citar: "**Em suma, pode considerar o Plano agora apresentado pela Secretaria Regional de Agricultura e Pescas como um bom documento de referência de intenções mas vago e omissos em algumas áreas-chaves do sector.** - continuo a citar - **Dele sobressai que o investimento vai ser muito reduzido, quase nulo em determinadas Ilhas, como é o caso da Graciosa que foi pura e simplesmente esquecida**". - Federação Agrícola dos Agricultores no seu Parecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde quando é falado nesta Assembleia, directamente ao Governo, em particular na já referida reunião que realizou na Graciosa na fase de preparação, no quebra-mar que é urgente na Praia daquela ilha. Eu lembro-me que numa audiência com o Sr. Presidente do Governo, são decorridos talvez 5 ou 6 anos que isso foi exposto. Não houve ainda qualquer disponibilidade ou intenção de pelo menos se pensar em termos de projectos da referida obra.

É isto respeitar os legítimos desejos e anseios...

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Não há dinheiro para umas coisas, mas há para as outras! Nós sabemos como é, Sr. Deputado!

É isto o respeito pelos legítimos anseios de um povo?!

Pelo que é necessário uma comunidade? Pelo que tem sido aqui propalado, não só por mim mas também pelos deputados que se deportam, não é certamente.

Eu antevejo já visto que o Sr. Presidente do Governo Regional já prepara o seu discurso de encerramento e tal como nos outros anos vai-nos dizer que a oposição só vem lamuriar-se, que a oposição não apresenta alternativas, que a oposição...

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Isso é verdade!

O Orador: É mentira e as alternativas foram agora mesmo aqui apresentadas.

Saibamos respeitar uns aos outros!

Que V. Exas. tenham os seus conceitos, mas respeitem os nossos conceitos também!

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora que não se venha para aqui insinuar que só vimos lamuriar, não é correcto, porque as alternativas são apresentadas apesar das concepções políticas serem diferentes, devemos respeitar-nos uns aos outros e por isso V. Exas. não podem ficar isentos de críticas porque governam, podem governar para o bem ou para o mal, mas têm que ser sujeitos ao veredicto que aqui a lei e o povo lhes impõe.

Vozes da bancada do Governo: Houve!

O Orador: Sim, porque nós também somos representantes desse povo.

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas dizia mais um exemplo quanto à minha ilha, porque de facto não tenho tempo de falar noutras.

E 20 000 contos que aparecem inscritos para um porto - já não sei quem é o responsável pelos portos, mas enfim, não o vejo - ou melhor ao porto da Praia da Graciosa, a que se destinam? Já o ano passado lá estavam, é para conclusão da obras? É para as lotas? Porque é que são tão omissos? Porque é que não são explícitos? Porque não chamam as coisas pelo seu nome? De facto é lamentável!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos vão ter os Planos e o Orçamento para 93 que o Governo e a maioria entende dar-lhes. Não serão de facto nem o Plano nem o Orçamento que nós lhe daríamos.

Temos esperanças que algum dia as coisas mudem, porque a esperança é a última coisa que deve morrer nos homens.

Mas o que este Governo fez foi esgotar o aviário em Outubro de 92 e não consegue agora descobrir nenhuma galinha de ovos de ouro para colmatar tanta e tanta falha destes documentos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Gualter Furtado): O Sr. vai começar a pôr ovos!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, é para dar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Estava eu aqui a inventariar e a ler no Diário das Sessões da última Legislatura, a fim de identificar umas declarações de um deputado que estava pago para defender um general e encontro a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça sobre o Plano de Médio Prazo referente ao dia 16 de Março de 1989. E o que é dizia nessa altura o Sr. Deputado Carlos Mendonça:

"Olhamos para o Plano de Médio Prazo de 89/92, olhamos para o Plano de Médio Prazo anterior, tentamos ver os Planos Anuais dos anos que foram decorridos e vemos que, de facto, intenções são as mesmas, concretização dessas intenções por vezes nem se realizam, e o que constatamos, afinal, é que as alterações poucas se verificam".

Mais à frente afirmava:

"De resto, podemos dizer que está já cansado de apostas. O problema deste cansado e estafado Governo é o "modus faciendi" , como vai desenvolver os elementos apostados".

Passaram 4 anos e o discurso do Partido Socialista é o mesmo!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): É o mesmo!

O Orador: A estagnação é visível nos documentos que aqui tenho à minha frente, no entanto acontece é que o autor também é o mesmo, a comédia desenrola-se e a claque continua a vibrar da mesma maneira.

É a identificação clara de um partido que não consegue assumir-se. É da dimensão clara de que é um partido que continua a pensar entre os fósseis e nas democracias electrónicas...

(Risos do Deputado Jorge Cabral)

O Orador: ...e esquecendo-se do dia a dia e das aspirações do povo desta terra.

Penso que fica claro com a leitura que faço da intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça em 1989 e que o Partido Socialista, bem como os seus principais agentes continuam estagnados a repetirem-se...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...constantemente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para prestar um esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Melo:

Eu devo-lhe dizer que me sinto honrado pelo facto de V. Ex.^a encontrar coerência naquilo que eu disse antes e naquilo que disse hoje.

Coerência! E mais se o que eu disse antes e o que eu disse hoje é coerente, - porque não pode negar - é porque de facto as coisas se mantêm na mesma!

Deputado Fernando Fonte (PS): Muito bem!

O Orador: É a realidade, Sr. Deputado!

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações)

O Orador: Eu gostava de ouvir o Sr. Secretário Natalino Viveiros...

Deputado Rui Melo (PSD): Não, não! O Sr. vá-se embora! É melhor não, deixe-se disso!

O Orador: Diga

Deputado Rui Melo (PSD): O melhor, é o Sr. Dr. ir-se embora!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: O povo é muitas vezes ludibriado...

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ludibriado!

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não é estúpido! Ludibriado!

Percebeu Sr. Secretário?!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: E muitas vezes...

Bem, mas vamos ao que interessa.

Por conseguinte, eu fui coerente. As questões que eu disse há 4 anos, infelizmente, mantêm-se. Há 4 anos já aqui se pedia um quebra mar para a Graciosa, não foi feito. Há 4 anos já havia obras de infraestruturas no porto que agora é que estão em construção e não estão concluídas.

Secretário Regional do Turismo e Ambiente (*Eugénio Leal*): Fizeram-se outras!

O Orador: Há 4 anos já se falava em lotas na Graciosa, não estão concluídas. Há 4 anos existia verbas para escolas, 15 mil de uma vez, 5 mil de outra, no entanto não se fez a escola e desapareceram as verbas. Onde é que está a incoerência?! Está aqui, porque digo aquilo que disse e o Sr. Deputado como sempre e uma vez mais quer fazer chacota política,...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

O Orador: ...mas comigo não faz!

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações (*Natalino Viveiros*): Fez-se as Termas do Carapacho!

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, agora é para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu usei da palavra e citei frases na íntegra do Sr. Deputado Carlos Mendonça e com isso quero dizer que não há aqui nenhuma chacota política.

É a identificação da vossa estagnação e pelo facto do Sr. Deputado estar constantemente nesta Casa a repetir datas e sempre sem ter novas ideias, bem como repetir as mesmas frases, inclusivamente, algumas delas no seu todo. Como vê não é chacota política, mas sim a identificação clara de que V. Exas. não são capazes. Essa é que é a verdade!

Deputado Fernando Fonte (PS): O Governo é que não é capaz!

O Orador: Não é capaz, Sr. Deputado!

Eu é que não quis fazer chacota política. Sempre que venho denunciar ou alertar V. Exas das vossas acções, no fundo e muitas vezes, actuo nesta Casa com o sentido de relembrar a vossa actuação. Acontece é que V. Exas. dão-me a possibilidade de vir aqui dizer aquilo que se esquecem de um dia para o outro.

Foi essa a razão, daí que não há chacota política, o que há é a denúncia da vossa incapacidade.

Deputado Fernando Fonte (PS): É a incapacidade do Governo em resolver os problemas!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se não compreendessemos o momento actual;

Se não nos sentíssemos motivados para ajudar a caminhada de modernização harmónica da Região, mesmo neste tempo de crise financeira que é mundial;

Se estivéssemos aqui para contabilizar vitoriosos resultados eleitorais;

Se pensássemos que este Governo na área da Educação, não tem vontade nem sensibilidade política para deixar no Plano uns "tostões" para instalações escolares ou avançar na criação em S. Jorge do 10.º e 11.º anos de escolaridade obrigatória;

Se ainda nos situássemos na idade dos mais jovens, procuraríamos "ressuscitar" a nossa Pousada;

Se sonhassemos que a verba destinada ao turismo(sem incluir golfe) para aquela ilha apenas permitia isso mesmo o sonho;

Se vivéssemos no mundo do fácil, da ilusão, da crítica barata ousaríamos dizer aos jorgenses estão "muito mal tratados" neste Plano;

Mas como acreditamos que com aquilo que temos é possível ainda continuar a ter esperança e caminhar sendo-se mais ilha e mais região, e menos ilha e outras ilhas;

Porque sabemos dizer sim, nos momentos difíceis, aguardamos com optimismo que o futuro próximo será melhor, e com a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional, será certeza o corrigir de alguns programas ou assimetrias que este Plano possa ter no caminhar solidário da Região.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, **com esperança calculada iremos votar na altura própria este Plano e Orçamento.**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No cumprimento das suas competências próprias, cabe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, analisar discutir e aprovar o Plano e Orçamento do Governo Regional dos Açores.

O Plano é pois um documento base sobre o qual se projecta e potencia o desenvolvimento global da Região.

Ao analisarmos este documento não podemos dissociar essa análise, de toda a conjuntura económica que abrange não apenas o todo nacional, mas e também o espaço europeu e mundial .

Nessa perspectiva, entendemos que este Plano é pois um documento positivo e capaz de mobilizar os Açorianos para a modernização.

E queremos aceitar, que os Documentos agora em apreciação nesta Casa, são apresentados como sendo um conjunto de Programas com dotações adequadas aos tempos actuais, mas capazes de fazerem gerar um novo surto de desenvolvimento, sem hipotecar o futuro, deixando possibilidades às gerações que nos seguirão, de continuarem a **construir nesta Região, um espaço de autonomia forte e dinâmica, sem embargos e sem preconceitos**, apenas respeitadora da Constituição da República e do Estatuto Político Administrativo dos Açores.

Por isso vamos analisar estes documentos tendo como base os pressupostos já anunciados, ou seja, uma política de crescimento sócio-económico acautelado e realista pondo em execução aquilo que os documentos enunciam.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao debruçar-me sobre um importante sector económico regional como são as pescas, não podemos deixar de referir, que compreendendo a Zona Económica Exclusiva nacional, a área aproximada de 1 milhão e 700 mil quilómetros quadrados, o que equivale a cerca de 18 vezes a dimensão do território nacional, difícil e complexa se tornam as tarefas do exercício quer de direitos soberanos, quer de direitos de simples jurisdição e fiscalização que cabem ao Estado Português.

Logo a nossa sub-área, com 938 mil quilómetros quadrados equivale a mais de 50% do total da ZEE Portuguesa, é diferente em riqueza piscícola, mas enferma da existência (como as restantes,) de uma das mais intensas correntes de tráfego marítimo internacional, com os riscos inerentes que oferecem muito dos navios que a cruzam em termos de poluição marítima grave, que alguns podem provocar.

Por isso convém não esquecer a complexidade que o binómio Mar/Pesca protagoniza no contexto dos interesses e do relacionamento internacional a ponto de alguém já ter referido que "o mar é o campo de batalha do próximo século: batalha política, batalha tecnológica, batalha jurídica e, até, batalha militar".

O mar traço de união entre os povos, importante factor ecológico de vida, assume-se hoje como um dos principais temas a serem discutidos a nível internacional, desenvolvendo-se essa temática principalmente em duas vertentes:

- a defesa das actividades marítimas e das reservas dos recursos vivos;
- o acesso às riquezas naturais do fundo dos mares e do respectivo subsolo:

Por todo um conjunto de factores é óbvio que o homem na ânsia de satisfação das suas necessidades levará o mundo a enfrentar em breve importantes decisões relativas ao uso dos Oceanos, porque não nos esqueçamos de que os recursos marinhos tem limites, e nos Açores, temos de atender a que não dispomos de grandes plataformas marítimas, pelo que, teremos de estar sensíveis a duas questões:

- pugnar por uma fiscalização eficaz da nossa Zona Económica Exclusiva, no âmbito da pesca e da protecção ambiental;
- motivar os nossos pescadores para as modernas técnicas e novos desafios derivados da próxima Política Comunitária de Pescas.

Noutro ângulo da problemática, há dados que nos levam a concluir que a grande aposta nos próximos anos a nível regional se deva potenciar numa presença assídua e persistente junto dos centros de decisão Comunitários e não só afim de defendermos dentro das nossas possibilidades, tudo aquilo que tem a ver com a nossa ZEE, enquadrada dentro dos condicionalismos de ordem legal e oriundos das instâncias europeias.

É que além de continuarmos uma política que é correcta de construção de infraestruturas: portos de pesca, novos edifícios para a lota, modernas embarcações,

outros vectores há igualmente que se revelam de enorme importância, como sejam os sectores da investigação da formação profissional, e passagem de um sistema de pesca local para uma pesca costeira, tornando mais atractiva a actividade do pescador.

Mas como prioridade das prioridades, entendemos que uma defesa acérrima e amplamente justificada, da nossa especificidade própria, face aos grandes interesses mundiais assume-se como nó vital de toda a problemática das pescas açorianas.

Convém referir também, que a partir de 1994, entrará em vigor uma nova política Comunitária de Pescas, que além dos benefícios que resultam da aplicação na Região de alguns projectos comunitários, trará também implicações que testarão a nossa capacidade de adaptação aos novos desafios colocados ao sector.

Contamos com o IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação da Pesca) para o melhoramento e adaptação das estruturas do sector de pesca, cujo financiamento se entende assegurado através do FEOGA-ORIENTAÇÃO

O IFOP, terá pois como meta, assegurar um sistema e condições piscatórias adequadas ao nosso meio e à maneira de estar e projectar o sector adaptando-o com novas estruturas às actuais e futuras exigências.

Porque 1994, está à porta, é fundamental congregarmos esforços para se concretizar uma verdadeira política de pescas na Região, só realizável, se conseguirmos fazer interligar todas as vertentes que directamente intervêm no sector, ou seja, mobilizar no mesmo sentido as potencialidades da investigação da administração e dos agentes económicos.

Como vertente económica e embora ocupando apenas 3,6% em termos de emprego (dados 1990) no tocante à exportação o seu valor assume significado positivo e tem vindo a aumentar, passando de 2.800.000 contos em 1989 para 2.900.000 em 1990.

Se hoje a pesca comporta cerca de 4700 pescadores matriculados número importante em relação à componente emprego, elevado talvez na perspectiva modernização do sector, tendo em vista o binómio homens/barco, aparece-nos ainda como insuficiente a percentagem dos que tem frequentado os cursos de formação profissional, embora se reconheça que a participação nos cursos, tem tido um crescimento exponencial se

atendermos que em 1989 contamos com 31 pescadores, e que em 1992 era esse número de 263, o que revela um interesse cada vez mais notório.

No que se refere às capturas, salvo a espécie atum, que tem oscilado ao longo dos anos - agravado com algumas dificuldades actuais - noutras espécies comprovamos um aumento significativo em termos de volume de capturas e dos respectivos valores, passado de 7.244 toneladas em 1988, para 7.550 em 1992, sendo os valores respectivamente de 317.000 e 610.000 milhares de escudos.

Porém, se estes dados são sinais de evolução não podemos esquecer que em 1996, entrará em vigor a revisão do Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Europeia sendo este sector instrumento sensível nas negociações que serão reflexo das tendências que nos trará a nova Política Comunitária de Pescas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da nova Política Comunitária de Pescas saliente-se a introdução de medidas de controle de actividade pesqueira progressivamente mais rigorosas, com incentivos ao desmantelamento da frota em actividade, à criação de uma política social de apoio às Comunidades fortemente dependentes do sector que pretende minorar as consequências negativas da quebra de actividade por isso, um dos objectivos do actual PMP, deve ser, a continuação de uma defesa firme dos interesses.

Voltando, aos Documentos do PMP, e considerando que as pescas ocupam um lugar estratégico na modernização regional, entendendo-se sempre que a evolução do sector a nível regional, irá ser fortemente influenciado por factores externos pelo que, não se poderão fazer programações demasiado objectivas, tendo em conta que o sector a nível Região irá ser fortemente influenciado por outros factores.

No que toca ao Orçamento, aos 4.534.000 contos, inscritos para o sector, devem-se acrescentar os valores referentes à construção do porto de pescas da Praia da Vitória e início do processo de construção do porto das Pescas de S. Miguel, que se encontram inscritos no programa dos Transportes Marítimos.

São evidentemente duas obras de grande significado para o sector, que em conjunto com outras acções a realizar em todas as ilhas dos Açores, projectam o sector e promovem social e profissionalmente os pescadores.

A introdução na Região de um navio equipado para realizar investigação e pesquisa na área das pescas, representa a resposta a uma exigência que há muito se vinha notando nos Açores e permitirá que o Departamento de Oceanografia e Pescas passe a dispor de um meio eficaz de trabalho.

Assim investigadores, pescadores e industriais, passam a poder contar com dados mais actualizados e eficientes o que a todos possibilitará programar as suas acções com mais segurança e viabilidade.

O Governo Regional responde assim com o navio "Arquipélago" objectivamente a uma lacuna , que o sector sentia e que influenciará positivamente os tempos em que o Plano agora em discussão, será implementado.

Nestes tempos de adaptação às regras comunitárias, além da investigação e da formação profissional, **urge acautelar os actuais mercados e partir para a conquista de outros novos.**

São apostas a ganhar, para que o sector vença com pleno êxito a batalha da modernização.

Por último, temos de continuar a pugnar para que os nossos pescadores entendam que é necessário, em muitas das nossas zonas piscatórias passar do barco tipo "boca aberta", para diferente embarcação com outra segurança e maior capacidade para se poder ir mais além, nesta caminhada de desenvolvimento.

Na área da captura do atum é urgente ir-se de encontro aquilo que a experiência nos tem ensinado nos últimos tempos, ou seja, há que começar a época mais cedo e terminá-la mais tarde.

Conseguindo-se tal objectivo, estaremos construindo uns Açores mais dinâmicos e evoluídos, capazes de responder com modernidade aos desafios actuais e de futuro.

Mas mais do que isso, estaremos neste como noutros campos de modernização a valorizar a componente humana projectando o homem, dado que a sua valorização, significa mais, muito mais, do que uma ou outra grande infraestrutura que fique por realizar.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Gonçalo Botelho.

Deputado Gonçalo Botelho (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Plano de Médio Prazo 1993/96 e Orçamento 1993 que se encontram em discussão nesta Assembleia, são instrumentos cujos objectivos são maximizar as potencialidades regionais, com a finalidade de desenvolver a Região Autónoma dos Açores em todas as suas áreas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e do bem estar do nosso Povo.

Da forma como o PMP está enquadrado politicamente e, tendo em conta os objectivos que se pretendem atingir, penso que contém os incentivos minimamente necessários para mobilizar os açorianos, quer no aspecto social, quer no aspecto económico.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha intervenção, debruçar-me-ei fundamentalmente sobre a área da formação profissional.

A formação profissional é um dos vectores mais importantes no desenvolvimento da mão-de-obra e cria condições para a sua promoção, valorização e realização. A formação profissional tem vindo a ser adequada e dirigida, principalmente às necessidades do mercado de trabalho. E isto porque em qualquer sector de actividade económica, a rentabilidade e a produtividade depende em grande parte do grau de formação profissional daqueles que nele trabalham.

As verbas canalizadas para a Região no actual Quadro Comunitário de Apoio, destinadas à formação profissional foram geridas pelo Governo Regional de modo a garantir a execução de um conjunto de acções necessárias à indispensável melhoria profissional dos cidadãos.

Foram várias as entidades públicas e privadas que se candidataram aos fundos comunitários para a formação de trabalhadores. E, de acordo com dados fornecidos pela Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia,

cerca de 15.000 cidadãos entre empregados activos e candidatos ao 1.º emprego, beneficiaram de acções de formação profissional.

Com as verbas previstas neste PMP prevê-se um aumento significativo de cidadãos a serem abrangidos no próximo quadriénio.

De entre as várias Instituições que dinamizaram a formação profissional na Região, quero aqui realçar o Centro de Formação Profissional dos Açores, infra-estrutura oficial de formação profissional na Região, que já dispõe de uma orgânica bastante satisfatória em diversas áreas formativas capazes de dar resposta às diversas solicitações das partes interessadas, suprimindo carências de mão-de-obra especializada no mercado de trabalho.

Para além do Centro de Formação Profissional dos Açores outras infra-estruturas nesta área, de menor dimensão, existem na Região, que têm estado a formar trabalhadores activos empregados, desempregados e candidatos ao primeiro emprego, de uma forma regular.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As verbas que se encontram atribuídas à formação profissional, no PMP para o próximo quadriénio, muito embora não sejam as suficientes, são as que dentro de um quadro de moderação e prudência, satisfazem os objectivos a atingir e que são:

- A construção de infra-estruturas no Centro de Formação Profissional dos Açores, de modo a alargar as áreas de formação de cursos nele ministrados.

- Apoio a acções de formação fora dele.

A formação profissional, não só contribui para que se atinja um pleno desenvolvimento e valorização dos Recursos Humanos da Região, bem como foi, é e será factor importante, para fazer face ao crescimento do emprego que se pretende e consequentemente diminuir a taxa de desemprego.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Estamos a apreciar os documentos que permitiriam ao Governo Regional pôr em prática o Programa de Governo aprovado por esta Assembleia e as promessas apresentadas ao povo dos Açores em Outubro passado.

Em termos formais não nos vamos alongar sobre as deficiências, bem denunciadas pela Comissão de Organização, nem sobre as artimanhas técnicas que levam à concentração dos programas, retirando capacidade de fiscalização e controlo político a esta Assembleia.

Mas esta postura do Governo insere-se na sua deliberada intenção de esvaziar a acção e competências deste Parlamento como já ontem foi aqui minuciosamente demonstrado pelo Deputado Dionísio de Sousa.

Também me dispenso de mais uma vez condenar a falta de informação que acompanha estes documentos violando as normas legais estabelecidas caso único e revelador do descontrolo deste Governo é a ausência de elementos mínimos sobre as empresas públicas regionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em ordem a uma melhor avaliação do significado da presente Proposta de PMP 93/96, importa compará-la com as perspectivas que o Governo Regional nos apresentou no PMP 89/92.

Em termos estruturais o PMP anterior previa 43% da despesa para gastos correntes e 55% para investimentos. O actual PMP aponta 71% para despesas correntes e apenas 23% para despesas de investimento, aumentando as despesas de capital de 2% para 6%, crescimento este destinado, sobretudo, às amortizações da dívida pública administrativa.

Isto é, de um conjunto previsto de 373 mil contos para a despesa no próximo quadriénio somente 85 mil se destinam a investimentos do Plano e, mesmo assim, alguns destes gastos serão absorvidos com o funcionamento corrente da máquina dos serviços, como é o caso dos Departamentos da Secretaria da Agricultura e uma parte ainda por quantificar, mas demonstradamente volumosa para pagamento de dívidas

de curto prazo correspondentes a serviços e fornecimentos no quadro do Plano anterior, mais propriamente durante o ano económico de 1992.

Quer isto dizer que, mesmo sem contar com esta anómala situação que trataremos especificamente as despesas do Plano para 93/96 representam menos de um terço dos valores actualizados previstos no PMP 89/92.

Perante este quadro desolador que acarretará inevitavelmente uma absoluta incapacidade da Administração Regional conter o impacto da crise que já se sente na economia regional e suas consequências no tecido social, o Governo Regional recorre aos mais incríveis subterfúgios e ridículos argumentos para ainda tentar iludir os mais incautos.

Chega ao desplante de afirmar que o investimento para o próximo quadriénio apresenta algum crescimento atendendo a que aos 85 milhões de contos previstos no Orçamento Regional para investimento, há que acrescentar o das Autarquias dos Açores e das Empresas Públicas Regionais, pelo que o investimento global será próximo dos 150 milhões. Então e no passado, não houve também investimento autárquico e investimento das empresas públicas?

Em termos analíticos, como é óbvio, ou se faz a comparação entre todo o investimento público - Administrativo Regional/Administração Autárquica e Empresas Públicas - de ambos os períodos ou se compara sector a sector.

Como estamos a apreciar o Orçamento Regional é sobre este que deve recair o nosso juízo.

A propósito, importa desde já denunciar que ao contrário do que a legislação impõe e numa perspectiva de articulação inter-sectorial o Governo Regional sempre omitiu ao Parlamento quaisquer elementos informativos sobre as finanças municipais, nomeadamente, Planos de Actividade e Orçamentos.

Na verdade acentua-se o mistério sobre o que teve a Administração Regional a fazer durante estes seis meses em que alegou estar a preparar o PMP 93/96.

Mas o próprio Presidente do Governo Regional numa demagogia reprovável de pendor latino-africano confundiu despesas correntes com despesas de investimento a preços correntes e preços correntes com preços constantes para realçar as virtudes do Orçamento para o próximo quadriénio ser superior ao do quadriénio anterior.

Esta voluntária e simplória ligeireza pode colher de surpresa o jornalista de serviço ou o pobre povo desprevenido, mas não pode nem deve deixar de merecer o frontal reparo deste Parlamento.

Aliás, é por estas e por outras que o Dr. Mota Amaral se escusa a debater com este Parlamento, como tem acontecido há mais de dois anos a esta parte, e com os líderes das forças políticas regionais as grandes questões que preocupam o povo açoriano e condicionam já o futuro da Autonomia. É bem preferível para ele, aliás como está habituado no seu Governo e no seu Partido, a falar sozinho, sem réplica, e, de preferência, através de um jornalista de confiança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mas se o peso das despesas correntes para o quadriénio atingem a incomportável percentagem de 71%, nos dois últimos anos do período a sua evolução chega a 72% e 73% respectivamente para 95 e para 1996, enquanto que no ano de 1991 tais valores andavam ainda na casa dos 50%.

É o colapso das Finanças Públicas Regionais que confirmam um futuro de recessão e crise de proporções ainda incalculáveis.

Para uma melhor visualização das alterações estruturais a que a política do IV Governo Regional nos conduziu basta atentar na seguinte evolução:

As despesas correntes passam de 51 milhões de contos em 92 para 74 milhões em 96, enquanto as despesas de investimento previstas decrescem no mesmo período de 37 milhões de contos para 20 milhões de contos.

Concentremo-nos nos valores propostos para o investimento em 1993.

Na prática, não estamos apenas perante uma quebra real de 50% em relação aos valores programados para 1992. É que grande parte dos 21,5 milhões de contos inscritos para o corrente ano estão comprometidos com despesas realizadas em 1992 e não pagas, num montante que nem o próprio Governo Regional conhece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Façamos um pequeno exercício.

O Governo acaba de entregar nesta Assembleia o relatório Anual de Execução do Plano de 1992, que indica como montante executado do Plano uma verba de apenas 25 milhões de contos.

É obviamente um documento falso!

1.º Alguém acredita que em 1992 tenha havido uma quebra de investimento em relação a 1991?

2.º A 30 de Junho de 1992 já haviam sido executados 15 milhões de contos como despesas do Plano, isto é aproximadamente 60% daquele total.

3.º Dado que o semestre de maior execução do Plano é naturalmente o segundo semestre, atendendo que além das razões climatéricas, como elege o Governo, é no 1º semestre que são preparados o lançamento dos projectos, daí que, em média o grau de execução dos Planos a 30 de Junho é na casa dos 30%.

4.º Em 1991, para uma despesa do Plano de 27 milhões de contos no 1.º semestre havia sido executados 10,6 mil, isto é 39%.

5.º Se no 1.º Semestre de 1992 se executaram 14,4 milhões de contos contra 10,6 milhões em 1991, isto é, mais 36%, como é que no final do ano se investiu menos.

Sr. Presidente, Srs Deputados:

Assim mesmo que não tivesse havido eleições, a projecção dos valores atrás mencionadas apontavam para uma despesa do Plano em 1992 de 36,5 milhões de contos e não os 25 milhões de contos falsamente constantes do relatório fantasma, ontem entregue pelo Governo nesta Assembleia.

Mas, como em vez de qualquer abrandamento no final do ano de 1992 se assistiu a uma aceleração eleitoral dos compromissos governamentais é lógico concluir que inclusivamente tenham sido feitos muitas despesas sem cabimento no Plano e no Orçamento. Daí que o défice financeiro da gestão governamental de 1992 deve ser superior a 12 milhões de contos no capítulo das despesas do Plano.

Isto é, no mínimo quase 50% da já diminuta dotação prevista para investimento em 1993 destinar-se-á ao pagamento das dívidas atrasadas ou irregulares de 1992 no valor superior a 12,5 milhões de contos.

É a paralisação do investimento governamental.

De resto, a sociedade açoriana já está sentindo os efeitos da ruptura financeira do Governo Regional. O pânico e a falta de informação entre os vários Membros do Governo está originando confrangedoras e caricatas situações, que a comunicação social já vai trazendo a público.

São empreiteiros que recebem instruções para interromper trabalhos, alterar contratos ou rever projectos.

São Secretários a reafirmarem inconsequentemente que está tudo sobre controlo enquanto Directores Regionais comunicam que as obras terão de parar por tempo indeterminado, por falta de verbas.

Só que nalguns casos, quer queira quer não, este Governo terá de continuar alguns dos grandes projectos em curso, pois que as indemnizações a pagar pelas interrupções das obras envolvem valores que se equivalem e até muitas vezes superam os valores da continuação das mesmas obras de acordo com os respectivos projectos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Face a este cenário de colapso como reagem os responsáveis?

Tranquilizam as hostes, reafirmando que toda a dívida de 92 será paga e que 93 será um ano de transição.

Por isso importa reflectir sobre as previsões de investimento para a segunda metade do quadriénio.

Para 1995 e 96 prevê-se valores de 20 milhões de contos. Ora isto quer significar a preços actuais menos de 15 milhões de contos.

Logo este PMP é de todo insustentável.

Numa região em que a fragilidade, desactualização e imperfeição do aparelho estatístico se mantém praticamente ao nível dos tempos de arranque da Autonomia, afigura-se inconsistente tentar qualquer análise das grandes variáveis macro-económicas.

O exemplo mais simples pode ser avaliado pelas estatísticas do Turismo. Ainda hoje se confunde Turismo com hóspedes da **hotalaria**. Ainda hoje o maior ou menor número de reuniões da Assembleia Regional, o maior ou menor número de viagens do Governo Regional e dos seus séquitos, é analisado tecnicamente como um melhor ou pior ano turístico.

Se uma Comissão da Assembleia Regional dos Açores estiver durante uma semana em reuniões na Graciosa, estatisticamente, o Turismo poderá aumentar, para as estatísticas do Governo Regional, durante aquele mês em cerca de 30%.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: É este o significado das actuais estatísticas do Governo e do Turismo.

Logo para avaliarmos o verdadeiro impacto das despesas previstas no Plano de Médio Prazo na economia não é necessário compará-las com a estimativa do PIB Regional. Para tanto basta compará-las com os investimentos da EDA, Empresa Pública Regional.

Enquanto este Governo se propõe investir 20 milhões de contos em 1995 e outros tantos 20 milhões de contos 1996, a EDA, Empresa Pública, propõe-se insistir naqueles dois anos respectivamente 8,2 milhões e 9 milhões de contos.

Deputado Jorge Cabral (PSD): O PS já disse isto!

O Orador: Isto é, a expressão do investimento governamental é, com este Plano de Médio Prazo, apenas, praticamente o dobro do Plano da EDA.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Querem melhor "rácio" do que este para demonstrar a pequenez a que 16 anos de Governo Mota Amaral conduziram esta Região.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

O Orador: Será que para gerir o dobro da verba gerida pelos três administradores da EDA é necessário ter um batalhão de Governantes, Adjuntos, Directores, Chefes e demais Institutos, Fundos e Departamentos.

Será que para gerir o dobro da verba fiscalizada pelos três elementos do Conselho Fiscal da EDA é necessário ter uma Assembleia Legislativa Regional a funcionar permanentemente com 51 deputados a quem não são sequer fornecidos os elementos indispensáveis à avaliação desta empresa em situação financeira difícil chamada Região Autónoma dos Açores.

A utilização de quase 90% das nossas receitas fiscais, transferências do Estado e fundos comunitários com o funcionamento da máquina governamental regional, serviços públicos e amortizações da dívida é valor que começa a pôr em causa o nosso sistema autonómico. Mesmo para investir os 20 milhões de contos anuais que este Governo se propõe, torna-se necessário recorrer a empréstimos de 10 milhões de contos anuais - 50 %.

Esgotou-se o actual modelo financeiro da Autonomia.

A Região e as suas forças vivas não podem assistir passivamente ao desmoronar de um sonho de auto governo capaz de reunir os meios necessários à promoção do desenvolvimento de forma equilibrada e a ritmo capaz de vencer as desigualdades que nos separam do resto do país e da CEE.

Numa Região em que o investimento público continua a ser o grande motor da economia em que quase tudo e todos defendem directa ou indirectamente do Orçamento Regional a crise da Administração Regional repercutir-se-á de forma imprevisível mas inevitável no conjunto do tecido económico e social dos Açores.

O bom indicador do nível de emprego que a Região manteve ao longo destes anos, será a primeira vítima desta travagem do investimento público.

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

O Orador: É verdade, será verdade, Sr. Secretário, basta ler os jornais que estão a dar conta disso.

É verdade que alguns dos que perderão trabalho voltarão ao continente para as empresas mãe. Mas à maioria dos trabalhadores afectados resta-lhes o desemprego, já que a emigração lhes está vedada. E os jovens à procura do primeiro emprego, que alternativas irão encontrar perante uma Administração que até ao presente funcionou como principal empregador desta Região, mas que já esgotou há muito a sua capacidade financeira para continuar a funcionar como regulador do mercado do trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A política traduzida nestes documentos não sofrem apenas a contestação das forças políticas regionais.

Importa ter presente também como reagiram os diversos parceiros sociais. Na óptica dos **Sindicatos**, para além de um conjunto pertinente de críticas, estes documentos são e vou citar:

"Uma proposta de Gestão Corrente da região para o quadriénio". Quanto às questões de fundo perguntam como é possível que o Governo Regional tenha deixado cair a

ideia de uma negociação global do relacionamento financeiro com o Estado? Deixando bem claro que sem alterações de política profundas a este nível a Região pode pura e simplesmente deixar de ser autónoma.

E nós, adiantamos que por menos a Madeira perdeu importantes prerrogativas autonómicas.

Finalmente, avançam os Sindicatos. Resulta de forma clara para os trabalhadores que as estruturas estão naturalmente preocupadas com o reflexo no emprego e nos rendimentos dos trabalhadores e respectivo bem estar da aprovação deste Plano.

Mas a **Federação Agrícola dos Açores** não é menos crítica ao PMP 93/96 e à política que está subjacente. Para os representantes da principal actividade da Região "o Governo tem vindo a desvalorizar o investimento no sector agrícola em termos absolutos e em termos relativos" e adiantam "todos os factores se conjugam para o agravamento da situação económica no curto e médio prazo" referindo ainda que o PIB deverá estagnar e os indicadores do endividamento deverão sofrer agravamentos apreciáveis.

Mas a posição da Lavoura Açoriana é frontalmente crítica a estes documentos quando afirma:

"Não se vê neste Plano como debelar os estrangulamentos da capacidade de competir dotando a Lavoura de infraestruturas básicas" e concluem:

Não se investindo suficientemente nestas áreas como se resolverá o problema da competitividade dos nossos produtos, os seus preços e qualidade, exemplificando com os casos dos caminhos agrícolas, das águas e da electricidade.

O descrédito que a Federação Agrícola lança sobre o Governo e os seus Planos é tremendo e afirmam:

Quando houve milhões a rolos não se resolveram os problemas estruturais da Lavoura Açoriana. E agora o que nos espera?

De resto, o sector tem perfeita noção que parte da exígua verba para investimento se destina a manter os serviços agrícolas.

Mas, não menos importante é a reacção dos representantes do Comércio e Indústria dos Açores, já que perante a incapacidade do Governo Regional garantir o nível de investimento susceptível de manter até aumentar como seria desejável, a dinamização

da economia vem de novo reafirmar o seu propósito de, finalmente, vir a ser substituído em tal papel pela iniciativa privada.

Aliás, esta pouco séria estratégia vai tão longe que na sua demagogia que inclusivamente, depois de ter falhado sistematicamente a execução de algumas infraestruturas dotadas anualmente nos Planos Regionais, como são, entre outros, o caso Parque Industrial e demais investimentos básicos de apoio ao Porto da Praia da Vitória, vem agora atribuir tais responsabilidades definitivamente à iniciativa privada, quando esta através dos seus representantes, já demonstrou sérias dúvidas quanto à viabilidade de tal política uma vez que tais infraestruturas deveriam ter sido executadas pela Administração Regional.

Na prática a única certeza da mudança da política do Governo Regional é que as referidas infraestruturas não serão realizadas em 1993.

Mas analisemos então algumas das principais posições da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores em relação a estes documentos governamentais. Dizem eles:

As dotações são exíguas e insuficientes.

A proposta manifesta total conformismo com as carências financeiras da Região, estranhando os empresários açorianos a apatia do Governo Regional que não só compromete o desenvolvimento regional como antes leva ao seu retrocesso.

Consideram ainda que as insuficientes verbas afectas aos Planos estão sectorialmente e especialmente mal distribuídas.

Para os empresários dos Açores a Região assim perderá a possibilidade de acesso a muitos dos fluxos financeiros previstos no Quadro Comunitário de Apoio.

E perguntam ainda com evidente preocupação:

O que irá acontecer às empresas açorianas e à base produtiva regional nos próximos quatro anos?

Para os investidores privados este PMP é uma grave e irreparável - dizemos nós - retrocesso em relação à política de desenvolvimento sustentado, e perguntam pertinentemente: como se pode crescer a ritmo superior ao continente quando as verbas para investimento decrescem 50% em relação ao Plano anterior.

Mas o mais arrasador para este Governo e para os frustrados objectivos que ele pretende fazer passar nesta Assembleia é quando os próprios empresários consideram

que este Pano de Médio Prazo impede a desejável passagem de testemunho em relação à iniciativa privada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Governo fala insistentemente no diálogo e na concertação social. Mas na prática este Governo está completamente isolado na sua política.

Como se demonstrou este Plano não satisfaz nem trabalhadores nem o comércio nem a indústria nem certamente as autarquias ou os concelhos de ilha se tivessem tido a possibilidade de serem ouvidos, como está legalmente determinada.

Mas as reacções contrárias à política do Governo não se fica pelas representações mais institucionais, é a Universidade dos Açores, são associações de pais, são concelhos directivos de escolas, são cidadãos que se unem por intermédio de abaixos assinados. No fundo aqueles que naturalmente embalados pelas promessas vãs do Governo Regional agora constataam que a rude realidade é a preocupante incapacidade do Governo satisfazer estas necessidades inadiáveis da vida social e económica da Região.

Mas vejamos algumas quebras sectoriais já em 1993.

Quando as construções escolares de 92 para 93 perdem 58% em termos reais da sua dotação depois de pagarem dívidas, o que é que resta do milhão e cem mil contos previstos.

Por exemplo, que hipóteses têm as populações da Ribeira Grande e Angra do Heroísmo de verem as suas prementes novas escolas secundárias que nem constam do Plano de Médio Prazo.

A Agricultura vê a sua dotação baixar de 2 milhões de contos em 1993, cerca de 40% em termos reais.

As Estradas menos 48%, quebra superior a 2 milhões de contos, a maior parte comprometida com obras inauguradas à pressa em Outubro de 92.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

O Orador: A Habitação também decresce cerca de 44%, estando quase todos os esquemas de apoio paralisados.

De resto a população receia ainda naturalmente pelos efeitos do tal "incêndiozinho", nos respectivos processos.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Aliás, como é óbvio, a quebra global do investimento repercute-se nos vários sectores:

Mas há casos curiosos como o de sector da energia em que ainda ontem aqui foi referido pelo Sr. Secretário da Juventude que o Governo mantinha a sua política de apoio à exploração da EDA.

A quebra real da dotação prevista para 1993 em relação ao apoio da EDA, é de 81%, isto é, passa de 1,25 milhões de contos para uns míseros 260 mil de contos.

(Aparte inaudível da bancada do Governo)

O Orador: 260 mil contos, o que está lá!

Secretário Regional da Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): Engana-se!

O Orador: O Sr. estava de costas voltadas para a razão.

Eu estou a falar...

Presidente: Agradecia que não estabelecessem diálogo.

O Orador: Quando mandar calar o Membro do Governo, eu falo!

Estou a falar em 93 e sei que é muita areia para a sua camioneta.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Estou falando em 93 e estou falando de uma verba de 1 250 000 contos que baixa para 270 000 contos.

O Governo retira assim 1 milhão e cem mil contos à EDA.

Por outras palavras, o Governo atira a EDA para um acréscimo de endividamento exactamente naquele montante. Idêntica política é seguida quanto ao apoio à SATA.

Dos 650 mil contos que se mostraram insuficientes em 1992, o Governo reduz em 93

para 500 mil contos. Entretanto recomendou à empresa a contracção de empréstimos para consolidação do seu passivo de curto prazo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O impacto deste Plano nas diversas ilhas é naturalmente insatisfatório desde os projectos que afectam Santa Maria como os atrasos no Centro de Saúde, o reforço do molhe-cais, a sempre esquecida casa da matança, a rede viária e tantos outros sectores sistematicamente adiados, isto é uma homenagem aos Srs. Deputados de Santa Maria - como em todas as outras ilhas dos Açores.

Mas por razões óbvias que resultam do conhecimento directo da situação não posso deixar de dar alguns exemplos no que toca à Ilha Terceira.

Na verdade, em termos reais a quebra do investimento previsto para a Ilha Terceira é superior à média regional, quando exactamente se esperava o contrário dado o rol de projectos em atraso e os compromissos lá assumidos pelo Partido do Governo, efectivamente em termos reais, as verbas para a ilha baixa de 92 para 93 em 55%, descendo dos 6,4 milhões de contos para apenas 2,9 milhões. É o cúmulo do deslante, é a maior afronta à população da ilha e a estrondosa derrota política dos que na Terceira defendem a política deste Governo.

O desinteresse do Governo de Mota Amaral pela Ilha Terceira está bem patente na dotação atribuída às estradas da ilha. Um total Regional de 2,5 milhões de contos foram reservados para a Terceira 215 mil contos, isto é, a ridícula e inaceitável percentagem de 8,6, com a agravante de boa parte deste se destinarem a pagamentos também em atraso, ficando apenas a irrisória quantia de 110 mil contos para a via rápida Angra-Praia, que talvez nem consiga atingir o exemplar ritmo de 1 KM por ano. Por outro lado a pavimentação do Troço Lages-Agualva que tinha uma dotação de 60 mil contos não utilizados em 92, desaparece do Plano para 93, fazendo cair todas as esperanças de completar o anel rodoviário da ilha, nomeadamente o troço Doze Ribeiras-Serreta.

Mas não menos humilhante é a programação prevista para o sector escolar.

As novas instalações para o Pólo Universitário da Terra-Chã que estavam dotadas em 50 mil contos, o ano passado, deixam de ser contempladas em 1993 e no quadriénio apresentam a ridícula verba de 20 mil contos, cerca de 2% da verba para construções

no ensino superior quando, por exemplo, o conjunto da Universidade está dotado com mais de 1,2 milhões de contos.

Com esta inqualificável postura do Governo Regional poder-se-á concluir que a ela está subjacente o velado objectivo de encerrar o Campus Universitário de Angra do Heroísmo.

Pois nem o frágil artifício político-partidário de introduzir à última da hora para o quadriénio uma eventual verba semelhante ao que estava previsto no PMP anterior, que nem foi utilizado e pode alterar o facto indesmentível de que nos próximos quatro anos não haverá novas instalações para a Universidade em Angra do Heroísmo.

O Papel e o peso do Governo Regional em relação a esta matéria, está equivalente a algum modesto provedor duma Santa Casa da Misericórdia que só por si já ofereceu mais do que isso.

Mas em matéria de educação este Plano vai mais longe na marginalização dos interesses da Ilha Terceira quando para o quadriénio ignora totalmente a premente construção da chamada Nova Escola Secundária de Angra do Heroísmo, que chegou a estar contemplada em 92 com uma verba de 30 mil contos.

Na área da saúde o projecto do Centro de Saúde da Praia da Vitória, que esteve contemplado no Plano de Médio Prazo anterior, também desaparece do Plano para 93 e para os próximos quatro anos apresenta a simbólica verba de 50 mil contos, pelo que nunca passará da fase de projecto.

Por outro lado, o famigerado processo da Pousada da Juventude do Negrito cuja dotação de 92 no valor de 50 mil contos também foi desviada e parece agora em 93 com irrisórios 15 mil contos.

Também o sector da Agricultura que tinha 824 mil contos para a Terceira em 92, apresenta para 93, 319 mil contos quebra também superior à média regional, o que inviabilizará a concretização de indispensáveis projectos à Lavoura.

E as infraestruturas do Porto da Praia da Vitória? O facto de ter desaparecido dos Planos com o engenhoso argumento que deverão ser concretizadas pela iniciativa privada não será um pretexto para a sua não realização?

E o famigerado projecto de matadouro industrial da ilha?

E o vergonhoso caso da recuperação do Bairro da Serra de Santiago que constava do Plano do Governo Regional e que vai morrer com este Governo Regional.

Mas não bastasse o crónico esquecimento destes projectos e vem agora o Governo Regional pretender suspender as obras do próprio Porto de Pescas da Praia da Vitória com o inexplicável pretexto de reduzir o respectivo projecto.

Esta afronta ao povo da ilha tomou formas de humilhação por coincidir com a presença do Dr. Mota Amaral na festa que promoveu com os seus correligionários na Praia da Vitória.

Mas se os Planos do Governo Regional para o presente mandato não contemplam a concretização dos projectos que já estavam em curso ou assumidos no passado para a Ilha Terceira muito menos prevêem o arranque de qualquer empreendimentos novos entretanto prometidos.

Presidente: O Sr. Deputado atingiu o 38.º minuto.

Portanto, faltam 7 minutos para o seu total.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Entre outros não podemos ignorar o do aproveitamento da Baía de Angra e a concretização do Centro Cultural, bem como a criação de uma infraestrutura vocacionada para a formação profissional.

Importa ainda ter presente que os interesses da economia e do povo desta ilha estão também associados a muitos aspectos da política governamental não traduzidos no Plano. É o caso, por exemplo, da política do Turismo, que continua a marginalizar os interesses e necessidades da ilha, penalizando a Região.

É o caso dos atrasos e dificuldade na concretização dos incentivos ao investimento relativo aos empresários locais. É o boicote à utilização do Aeroporto das Lajes por escalas técnicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A par desta situação de total paralisia, este Governo tinha e tem como única alternativa segundo o seu esquema, o endividamento.

Face a essa matéria temos uma posição tomada e assumida historicamente nesta Assembleia como muito outros Deputados desta Casa.

Importa, tão só lembrar que efectivamente as nossas previsões efectuadas no início do PMP anterior, infelizmente, nesta Região concretizam-se. E portanto, partindo da dívida do sector público administrativo de 42,6 milhões de contos mais os cerca de 30 milhões de contos no sector empresarial, atingimos, efectivamente, a casa dos 70 milhões de contos. E o que é que este Governo nos reserva para os próximos 4 anos? Uma dívida Pública Administrativa estimável na ordem dos 28 milhões de contos e uma dívida do sector empresarial, neste momento, é de difícil previsão, mas pergunto: Para que a EDA possa satisfazer um investimento de 32 milhões de contos, qual é a componente dos empréstimos?

Portanto, no conjunto o novo quadriénio apontará para verbas superiores ao quadriénio anterior, o que quer dizer que chegou ao limite da capacidade efectiva de endividamento do Governo Regional.

Mais, este Governo já se endivida para pagar os encargos da dívida, não nos esqueçamos que a equivalência à total, os 10 milhões de contos que o Governo contrai de empréstimo anualmente é para pagar os 9,2 milhões de contos da dívida do Governo, porque as verbas também jogam conforme interessa pôr em evidência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mota Amaral e o seu Governo governam esta Região à 16 anos. Fê-lo de forma isolada. Nunca esteve aberto à propostas e sugestões da oposição nem tão pouco das críticas do seu próprio partido.

Empastou a Autonomia contra a parede. Não pode vir agora exigir à oposição que milagrosamente diga como se põe a Autonomia sã, porque o mal já está feito, as mazelas estão à vista. Este Plano e este Orçamento já nem funcionam como aspirinas face à gravidade da doença.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo para pedir um esclarecimento.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Fiquei perplexo!

A sua intervenção frouxa, mostra o quanto desanimado está V. Ex^a. que animava estes debates e que dava um contributo valioso para o aprofundamento desses documentos que estão em discussão. Hoje aparece-nos nesta Casa completamente diferente. Até não parece V. Ex^a.

E vejo isso com pena, para nós.

No entanto, eu gostaria de fazer um pedido de esclarecimento.

Faço parte daquele grupo de pessoas que tem grandes dúvidas sobre as despesas correntes - não percebemos bem o que são despesas correntes - e porque a sua actuação tem sido sempre clara, transparente, tem sido sempre um homem com muitos "telhados de vidro", mas as "pedras" não têm chegado ainda.

Gostaria de perguntar se, por exemplo, um Deputado resolve durante 58 meses, ter uma avença num organismo público. Avença essa, que não se sabe qual é quantidade, porque ainda não contabilizámos.

Deputado Martins Goulart (PS): Não foi à Pide ainda!

O Orador: Não foi à Pide. A Casa já foi.

Eu volto atrás que é para a gente se esclarecer.

Vamos ser mais concretos:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, suponhamos que arranja uma avença, aliás como eu já disse aqui, arranja uns "biscates", para actuar durante 58 meses e receber as contrapartidas próprias desse serviço.

Presidente: Sr. Deputado, dispõe de mais um minuto e agradecia que colocasse o seu pedido de esclarecimento.

O Orador: Isso é contabilizado nas despesas correntes...? É contabilizado nas despesas do orçamento regional...? Nas despesas correntes do orçamento de estado...?

Há aqui uma grande dúvida da nossa parte, no sentido de saber se, por exemplo, o Sr. Deputado ao receber avenças durante 58 meses, em que sítio é que contabiliza isso?

Essa é que é a minha grande dúvida acerca das despesas correntes. Por isso, pedia ao Sr. Deputado que nos esclarecesse, se essa sua transparência, se essa sua forma de estar na política, muitas vezes acusando os Membros do Governo e os Deputados da

maioria, se isso se conjuga com esse facto de estar a receber avenças, por um lado, para defender nesta Casa alguém, ou se é uma forma incorrecta de estar na política.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para fazer um protesto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma vez, o Sr. Deputado Rui Melo - e desta vez dirijo-me a ele, embora tenhamos que ignorar tanto disparate com que ele ao longo do tempo nos vem brindando - vem fazer uma campanha que é alimentada por ele e por um grupo restrito, dentro do PSD, que tem praticamente uma pequena "Pide" montada nos Açores, para perseguir cidadãos honestos, que julga poder intimidar pessoas honestas e que têm a sua vida transparente, dedicada ao serviço público na Região, campanha essa que eu protesto, porque fui insinudadamente atingido no contexto da pergunta que não se percebe em que contexto é que foi feita num debate do Plano e orçamento, mas enfim, nós estamos habituados a todas as anomalias de funcionamento deste Parlamento, por parte de um Sr. Deputado que, estranhamente, não estando aqui sentado na bancada da frente, parece ser o único deputado que fala nesta Sala.

Eu parto do princípio que tendo eu apresentado um esclarecimento à direcção dos grupos parlamentares aqui representados, sobre uma campanha difamatória sobre o meu nome, que ninguém do lado do PSD, a não ser que afrontasse, por exemplo, a sua direcção parlamentar, ousasse colocar aqui questões fora do contexto.

É evidente que o Sr. Deputado que, usualmente, utiliza todas as formas de intervenção, mesmo quando não está no uso da palavra para agredir toda a gente aqui dentro, vai ter um dia, naturalmente, a sanção política que merece!

Mas isso virá dentro do partido, dentro dos Açores, porque certamente que o estilo de funcionamento de agente político que os Açores merecem para defesa dos seus interesses, não passa pelo estilo de comportamento de quem está mais preocupado em perseguir pessoas, está mais preocupado em ver ficheiros, está mais preocupado em tentar difamar os cidadãos, porque não tem outros argumentos para os pôr em causa.

Eu quero defender a minha honra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque tenho a minha vida **limpa**. E não admito que qualquer "espertinho da política", porque dispõe de algum tempo para falar - "espertinho da política" - possa deixar no ar qualquer

insinuação de desonestidade perante quem **sempre** prestou serviço à Região e quando o faz, fá-lo usando o seu tempo livre, gratuita e voluntariamente!

Tem as suas contas em dia e não deve nada a esta Região nem a nenhuma instituição regional!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS/PP) Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A intervenção do Sr. Deputado que falou revela o nível tão baixo a que chegou a maioria e, nomeadamente, o Sr. Deputado que tem assumido a postura de provocador, porque na verdade, perante tudo o que foi dito aqui, só alguém sem o mínimo de formação, é que poderia vir com algum tipo de insinuação como aquela que aqui foi apresentada.

Sinceramente, não condeno o Sr. Deputado!

Condeno o mandante! Condeno quem o colocou numa lista!

Condeno quem o suporta nesta Casa!

Condeno quem é responsável pelo nível e pelo descrédito que pessoas do tipo daquele Senhor, introduzem numa Assembleia desta dimensão, ou seja, da Assembleia Regional dos Açores.

Eu não me quero alongar, porque isto seria dar demasiados créditos.

Pessoalmente, respondo e sempre responderei, pela verticalidade da minha vida em tudo e perante todos e, portanto, nem perante graças e brincadeiras como V. Exa. aqui levantou, eu respondo.

Mas se V. Exa., de facto, tem dúvidas sobre como é que funciona o processo de avanços, V. Exa. pergunte ao seu Governo, pergunte a alguns dos seus colegas de bancada!

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende usar da palavra para?

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, vou usar a figura de esclarecimentos, porque tenho mais para falar. Não quero usar o protesto.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Toda a gente se apercebeu das intervenções do "coordenador" das facções de guerrilha no interior do Partido Socialista - o Sr. Deputado Martins Goulart ...

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha!

O Orador: ...e do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que estão melindrados por dois requerimentos, apresentado pelo Partido Social Democrata, na Assembleia da República...

(Apartes inaudíveis do Deputado Martins Goulart)

O Orador: Estou a pedir esclarecimentos. Se forem falsos, teremos a resposta.

Não se excite Sr. Deputado! Eu ouviu-o calado.

Dignifica-se esta Assembleia é com esta postura, ou seja, quando um fala o outro aguarda, espera pela oportunidade para poder falar.

Não foi há muito tempo que V. Exas. nesta Casa e por vários instrumentos, desde comissões de inquérito a propostas de resolução, tomaram as mesmas atitudes em relação a dirigentes do Partido Social Democrata.

A nossa posição e a nossa forma de actuar, vem em sequência das vossas atitudes.

Deputado Martins Goulart (PS): E por ignorância!

O Orador: Nunca o fizemos!

Nós podíamos chegar aqui e apresentar uma proposta de resolução ou um voto de protesto por essas duas situações. Mas V. Exas. fazem-no sem saber os resultados.

(Apartes inaudíveis entre alguns Deputados das bancadas do PSD e PS)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que não estabelecessem o diálogo.

O Sr. Deputado faça o favor de continuar a prestar o seu esclarecimento.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há um grande nervosismo. Isto de quem deve... é sempre uma "chatice". Fica-se numa situação incómoda, desesperada. É a vossa situação.

Se isso se passasse aqui, eu estaria numa situação triste. Esta é que é verdade!

Deputado Martins Goulart (PS): Tenha vergonha!!

O Orador: O que se passou nesta Casa há pouco...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Sr. Deputado Rui Melo:

Agradecia que terminasse o seu esclarecimento e que não estabelecesse diálogo. O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

Agradecia aos outros Srs. Deputados que ouvissem e depois podem usar as figuras regimentais que entenderem para pedir a palavra.

O Orador: Eu termino - já que V. Exas. estão muito excitados - reafirmando que a nossa postura veio na sequência das vossas atitudes. Porque nós não temos medo. Nós estamos ao serviço desta Região há 16 anos!

Deputado Martins Goulart (PS): Não estão!

O Orador: E crescem dedos nas mãos em relação aos problemas que têm sido levantados acerca do nosso exercício da governação dos Açores.

Por isso estamos descansados e não temos medo!

Mas V. Exas. têm medo e de tal maneira que alguns vão falar e gastam o tempo a não responderem!

Deputado Fernando Fonte (PS): Medo de quê, homem?!

O Orador: Por isso eu reafirmo que V. Exas. com as vossas intervenções e que se quiseram conduzir directamente para mim as vossas críticas...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Basta relembrar a intervenção do Sr. Deputado Carlos César, da última sexta-feira, para que V. Exas. fiquem esclarecidos acerca da postura do que devem ser os agentes políticos.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.

Deputado Manuel Arruda (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Martins Goulart, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Eu percebo que foram cometidos excessos de ambas as partes.

Gostaria que a dignidade que os Srs. Deputados, bem como todos os da nossa bancada, têm vindo a ter nesta Casa, se mantenha.

Quanto ao facto de falarem aqui na bancada dos elementos de primeira, segunda ou terceira fila, eu peço que tente interferir na sua bancada. Deixe o critério das outras bancadas para quem as lidera.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se pelo facto de algumas das pessoas que aí estão não se falarem, nós não temos nada a ver com isso. É um problema vosso. Não tenho nada que me meter nisso.

Em relação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, a dignidade de todos os Deputados desta Casa é a mesma.

Não é pelo facto duma comissão política entender que uma pessoa deve ser candidata ou não, que perde dignidade.

A dignidade do Sr. Deputado Rui Melo é exactamente igual à sua!

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

Vozes do PSD: Maior, maior!

O Orador: E não se esqueça, Sr. Deputado, que todos nós estamos aqui igualmente com os votos do povo desta terra.

Era esta a questão que eu gostaria de ver esclarecida.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para defesa da honra.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu agradeço a intervenção do Sr. Deputado Manuel Arruda, em representação do Grupo Parlamentar do PSD, e julgo que deve ser assim que se deve procurar ter um comportamento digno dentro desta Sala.

Mas, se respondemos com veemência a uma intervenção que não tinha dignidade, embora tivesse legitimidade, temos que reagir com firmeza, porquanto esta Assembleia não sai dignificada só porque alguém tem direito à legitimidade de falar.

Não se pode permitir que esse alguém, ou alguém, utilizem métodos baixos, utilizem a calúnia, a mentira, a insinuação torpe sobre a dignidade de outros elementos desta Casa que estão presentes!

Se alguém tem dúvidas sobre qualquer pormenor da minha vida, não escondo nada. Eu esclareço todos. Eu antecipei-me à vossa "brincadeira" - vossa Sr. Deputado Rui Melo - tendo um texto que tem tudo aqui dito, o que é suficiente para não suscitar de si, quaisquer dúvidas!

Não devo nada a ninguém! E estou a tentar a defender a minha honra, porque até não é preciso defender perante o Sr. Deputado!

V. Ex^a., certamente, tratar-me-á sempre como uma pessoa sem honra, mas enfim, eu perdô-o. Mas toda a gente que me conhece, fora e dentro do País, sabe que eu sou uma pessoa honrada. Sabe na América também.

Nunca deixei mal a minha família nem o meu País nem a minha Região!

Se quer que eu lhe mostre uma carta, por exemplo, do Governador do Estado da Califórnia, depois duma conferência que eu fiz, em nome dos Açores, servirá claramente para demonstrar que **em todas as circunstâncias**, eu defendi o bom nome e a dignidade da minha terra!

E sempre a servi e nunca me servi dela!

Eu podia estar em qualquer sítio do Mundo, a ganhar muito dinheiro. Podia estar na Assembleia da República a ganhar **muito mais dinheiro**, como estão alguns Deputados do PSD, que não tendo nada que fazer e ganhando **muito mais** do que o Deputado Regional, passam o tempo a tentar vasculhar coisas incertas, coisas que ignoram, porque não tiveram o cuidado antes de fundamentar fosse o que fosse, e através da pergunta aparentemente ingénua, tentam insinuar pela pergunta, falsidades e situações menos claras.

Se esses Srs. Deputados com quem eu convivo e convivi na Assembleia da República, me fizeram elogios quando eu lá estava, aparentemente em descrédito político e diziam que ele "é o melhor do Mundo", eu era o melhor do Mundo.

(Risos da bancada do Governo e do PSD)

Almoçaram todos comigo. Autenticamente, Sr. Deputado!

Mas a partir do momento em que eu regressei à actividade regional, virou-se tudo do avesso!

Srs. Deputados:

Eu sei como é que se faz a pequena jogada política do PSD. Mas quando a pequena jogada política do PSD, é uma jogada que visa a honra e a dignidade dos cidadãos, ela tem que ser firmemente denunciada!

E eu estou aqui para representar o Grupo Parlamentar do PS e não há dúvida nenhuma que, assim seja, Sr. Deputado e pergunte ao Sr. Deputado Belo Maciel, porque é que não subscreveu aquele requerimento?!

Porque teve o bom senso! Porque sabia que era mentira!

(Risos da bancada do Governo e do PSD)

E porque me disse na Assembleia da República, depois de ter falado uma vez, mandado contra mim, de que nunca mais o faria e me pedia desculpas!

Presidente: Está este incidente encerrado e talvez seja bom retomarmos o nosso debate sobre os documentos que estávamos a apreciar.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Segurança Social para uma intervenção.

Secretário Regional da Saúde e Segurança Social (*António Menezes*): Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Cabe-me agora a vez de apresentar a V. Exas. os Planos de investimento a Médio Prazo 93/96 e Anual de 1993 para os sectores do Governo à minha responsabilidade: Saúde, Segurança Social e Protecção Civil.

Como há 6 meses, aquando da discussão e aprovação do Programa do Governo, tive a oportunidade de referir a forma metódica e com algum desenvolvimento, as tendências, as medidas e a estratégia que consubstancia o Programa do Governo para estas áreas, limitar-me-ei agora a expôr os programas e principais projectos que constituem o investimento nos sectores à minha responsabilidade.

Não irei, por isso, expôr novamente a doutrina e os princípios do Governo para os sectores da Saúde, Segurança Social e Protecção Civil que fundamentam as opções apresentadas por este documento agora em apreciação.

O Plano de investimentos da Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social para o decurso do período de 1993 a 1996 importa num valor total de 12.540.000 contos, sendo 3.020.000 para cada um dos anos de 1993 e 1994 e de 3.250.000 contos para cada um dos últimos dois anos.

Deste valor 77,5% são destinados ao sector da Saúde e o restante, sensivelmente dividido de forma igual para os outros dois sectores, 12,1% para a Protecção Civil e 10,4% para a Segurança Social.

Da verba global para o sector da Saúde, 7.445.000 contos, ou seja, 76,6% do total é destinado à construção de novas unidades de saúde, que são a conclusão das obras e respectivo apetrechamento do Hospital do Divino Espírito Santo e dos Centros de Saúde de Vila do Porto e de S. Roque e ao contrário do que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse aqui, tentando demonstrar que conhecia muito bem a realidade da Região, o Centro de Saúde de Vila do Porto não está atrasada, a obra está é adiantada, até demais, para o nosso cronograma financeiro, bem como a construção de novos Postos de Saúde na Ribeira Quente e em Água de Pau.

É de salientar ainda no sector da Saúde a continuação das obras de beneficiação e ampliação do Hospital de Angra do Heroísmo, obras essas que são indispensáveis para permitir que o Hospital de Angra do Heroísmo que foi construído há cerca de 30 anos, responda com eficiência às solicitações dos próximos anos.

Para termos a rede das unidades de saúde da Região completamente modernizada faltará construir os Centros de Saúde da Praia da Vitória e da Povoação.

Durante a vigência deste Plano nos seus dois últimos anos iniciaremos os respectivos processos que permitirá que estes centros de saúde sejam uma realidade no decurso da próxima legislatura.

Igualmente nos dois últimos anos deste Plano de Médio Prazo será iniciada em cooperação com o instituto de São João de Deus a modernização e ampliação da Casa de Saúde de S. Miguel.

Finalmente, a verba não desagregada na saúde que representa 13,8% do total e destina-se ao apetrechamento das unidades de saúde, material de transporte, emergência médica, informatização e formação profissional.

No que diz respeito à Segurança Social serão desenvolvidas acções nas 4 áreas seguintes:

- no Apoio à Infância e Juventude;
- no Apoio aos Idosos;
- no Apoio à Família e Comunidade;
- Apoio aos deficientes, não escolarizáveis.

No que diz respeito à Infância e Juventude, iremos expandir a rede de creches com a construção de mais creches, manteremos os actuais jardins de infância e as estrutura de apoio ao internato de crianças e jovens privados do meio familiar normal, incentivaremos a criação de casas para jovens onde se pretende reconstruir o ambiente familiar, e de centros de animação sócio-educativa onde promoveremos o convívio entre as crianças, os familiares e idosos, com o acompanhamento de educadoras sociais.

No que diz respeito aos idosos, vamos continuar a apoiar o desenvolvimento dos serviços de apoio domiciliário, de centros de convívio, privilegiando-se a

participação das Instituições Particulares de Solidariedade Social das Casas do Povo e de outras estruturas locais da comunidade.

Iremos acabar a construção em curso de alguns lares de idosos e avançaremos com estruturas de apoio para idosos muito dependentes, as chamadas enfermarias de rectaguarda.

No âmbito da família e da comunidade fomentaremos a implementação de novos projectos de intervenção comunitários e de desenvolvimento local, com apoio da sociedade civil e dos serviços públicos.

Apoiaremos também a criação de mais centros de dia onde possa existir o convívio inter-geracional.

Continuaremos a dar apoio necessário às instituições dedicadas aos deficientes não escolarizáveis e no decurso deste Plano contribuiremos significativamente para a construção das novas instalações do Centro de Apoio Ocupacional da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes dos Açores.

Finalmente e no âmbito do orçamento privativo da Segurança Social irão ser construídos ou remodeladas algumas instalações para os serviços e polivalente com a dupla função de terminais dos serviços de saúde e segurança social e na sua actividade de apoio à comunidade.

Por fim no sector da Protecção Civil desenvolveremos a nossa actuação também em 4 áreas:

- **Nas infraestruturas** básicas que visam fundamentalmente completar a nossa rede de quartéis de bombeiros. Pretendemos construir os quartéis das Lajes do Pico e de Santa Cruz das Flores, as instalações, para os Bombeiros do Corvo e para as secções do Topo e dos Ginetes.

- **Nos equipamentos**, na aquisição e reparação de viaturas e sua melhoria da nossa rede de telecomunicações.

- **Nos estudos e prevenção** através da celebração com a Universidade dos Açores e outras entidades de acordos que permitam a realização dos necessários estudos científicos de suporte e na montagem duma rede de vigilância sismo-vulcânica.

- **Na Formação Profissional** através de acções de formação em emergência médica, socorrismos e na informação e sensibilização das populações, através da comunicação social em acções junto das escolas e da população em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

é este em termos necessariamente sucintos o Plano do departamento do governo que está a meu cargo.

Apesar de S. Francisco de Sales ter dito que o "verdadeiro progresso move-se silenciosamente para a frente sem que ninguém o note", estou convencido que no fim da execução deste Plano, a situação dos Açores em termos de Saúde, Segurança Social e Protecção Civil estará muito melhor e terá havido um claro e notório progresso.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do Governo e do PSD)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o debate do PMP 93/96 e Orçamento e Plano de 1993 procurei estudar, comparar e analisar algumas situações da área sobre a qual tenho ao longo dos anos participado nos trabalhos: Educação, Desporto e Cultura.

E aqui encontrei logo o primeiro grande sinal de eficácia deste Governo através da sua Direcção Regional de Estudos e Planeamento com a edição de Dezembro, DREPA 18/92 situação económica onde da página 58 se passa para a 83, ou seja do gráfico Quadro 12.1 se salta para o Quadro 13.31 inexistindo pelo menos 30 quadros relativos à Educação.

No ano lectivo de 1990/91 frequentaram a Educação Pré-Escolar, rede pública, 2.124 crianças com 5 anos de idade, matriculando-se com 6 anos no 1.º ano escolaridade 4.109 alunos. No ano lectivo seguinte a Pré-Escola foi frequentada por 2916 crianças enquanto no 1.º ano, pela 1.ª vez com 6 anos se matricularam 3927. No corrente ano lectivo encontram-se na rede pública da Educação Pré-Escolar com 5 anos 3.026

crianças, num total de 4.449 crianças, e, com 6 anos no 1.º ano do 1.º Ciclo do Ensino Básico 3.976. Mais de mil crianças com 5 anos não são abrangidas por esta rede. Como primeira conclusão poderemos afirmar que na Região Autónoma dos Açores ainda estamos muito longe de todas as crianças com 5 anos de idade usufruírem da Educação Pré-Escolar e, por uma de três razões: falta de educador, inexistência de instalações ou o mínimo de crianças na localidade ser inferior a dez. Porém, segunda conclusão, a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a Universidade dos Açores resolveram mudar o curso leccionando no "campus" Universitário da Terra Chã de Educadores de Infância para Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Errado. Dever-se-ia ter, pelo menos durante um a dois anos, mantido os dois cursos em funcionamento. Em terceiro lugar conclui-se que é indispensável aumentar a rede escolar pública neste sector.

É de realçar ainda que, como quarta conclusão, o mínimo de crianças por educador começou a subir, e que é enorme a quantidade de educadoras de infância do Continente que vêm leccionar um/dois anos à Região e depois regressam à sua terra natal. Os Açores necessitam de, rapidamente, estabilizarem o seu corpo docente neste sector, sobretudo se pensarmos na rede das Instituições Particulares de Solidariedade Social, e no Ensino Particular e Cooperativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que respeita ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, Ex-Ensino Primário, assistimos a uma redução de 5.857 alunos entre 1981 e 1991, ou seja, 20,6%, mas, mais grave é a redução verificada entre 1988/89 e 1992/93 de 4.018 alunos, o que a fazermos uma média de 21 alunos por docente traduz-se numa extinção ou suspensão de 190 lugares de professores. Estes números não nos admiram pois as previsões feitas pelo Ministério da Educação para o período 1985/2005 dava uma diminuição de 45% de frequência no 1.º Ciclo. Os Açores irão sofrê-la, posto que, em quatro anos decresceu em 15,98% e isto sem termos em atenção o novo sistema de avaliação que, inevitavelmente, irá conduzir às passagens automáticas por falta de apoios pedagógicos, materiais, equipamentos, pessoal especializado, etc. Daqui teremos que concluir:

- 1.º que o número de alunos vai continuar a decrescer vindo a estabilizar à volta dos 16.000/17.000;
- 2.º que o número de docentes irá diminuir mas não na mesma percentagem de que veio a fazê-lo nos últimos anos por quanto a Reforma Educativa em curso exige apoios supletivos e complementares e de inserção da criança e jovem, a que o 1.º Ciclo terá de responder;
- 3.º que a nível de construções o investimento terá de ser diminuto e que, devem ser muito bem analisadas as localidades a contemplar com novas estruturas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário a situação na Região é bastante mais grave do que nos restantes sectores.

A nível de pessoal docente e sem termos em linha de conta os 31 docentes da Telescola, dos 2.077 docentes que leccionaram em 1990/1991, somente 916 correspondendo a 44,1% e repito 44,1% eram profissionalizados, 86 estavam a fazer a profissionalização, 196 possuíam habilitação própria sem profissionalização, e 879, ou seja, 42,3% e volto a repetir sem habilitação própria nem suficiente. Assim constatamos que apenas metade dos professores exercem a sua profissão na Região Autónoma dos Açores com as habilitações profissionais adequadas ao exercício pleno de uma actividade que, todos dizem imprescindível para o desenvolvimento de um País, logo da nossa Região, mas o Governo Regional dos Açores entende o contrário, se tivermos em atenção as medidas tomadas no último quadriénio ou as deste V Governo nos seus sete meses de vida.

Se nos reportarmos apenas ao 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário, bastará que unicamente se cite a brochura a que já fiz referência "Situação Económica/91" páginas n.ºs 94 e 95: "O número de professores do 3.º Ciclo/Ensino Secundário está, também, a diminuir. Em 1989/90 havia 1397 docentes e em 1990/91 houve 1216. - E continuo a citar: - **Em termos de qualificação piorou a situação.** Assim, em 1989/90, 40,7% dos professores não tinham habilitação própria e **essa relação subiu para 43,0%** em 1990/91; continuando a citar o mesmo documento, diz-se que nesse ano lectivo 44,9% dos docentes eram licenciados, 7,9% bacharéis, 4,8% tinham curso não superior mas conferindo habilitação própria e 42,4% não

tinha habilitação própria nem suficiente e diz-se: **Há ilhas em que mais de metade dos docentes está nestas condições"**

Se nos debruçarmos sobre as instalações e equipamentos o programa não é melhor. Eis uma simples comparação entre o Plano 1992 - Anexo e Plano 1993 - Anexo:

Santa Maria - 1992 - 80.000 contos - 93 - 63.000 contos na sua quase totalidade para pagamento de obras feitas no ano passado.

São Miguel -92 - construção de uma escola de tipologia SU/45T na Lagoa - 110.000 contos; construção de outra escola tipologia C+S/30T na Maia - 10.000 contos; construção de uma escola tipologia C+S/35T na Ribeira Grande - 10.000 contos; outra C+S/30T nos Ginetes - 10.000 contos; ainda outra C+S/35T na Povoação - 10.000 contos.

Vejamos o que temos programado para 1993 - escolas de Lagoa, Maia, Ginetes, Ribeira Grande e Povoação - zero; ampliação da Preparatória Canto da Maia - zero; apenas temos melhoramentos na Antero de Quental no valor irrisório, se pensarmos nas reais necessidades, de 15.000 contos, a (Preparatória das Capelas com 22.000 contos para pagar obras feitas) e o complexo das Laranjeiras com 3.500 contos. Onde param as escolas prometidas durante a campanha eleitoral de 1992? Onde param as verbas prometidas ao Conselho Directivo da Canto da Maia? E com que dinheiro se vai ampliar a Antero de Quental? E a Secundária da Ribeira Grande onde o Senhor Director Regional dos Equipamentos Colectivos esteve em visita, acompanhado do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura e prometeram e comprometeram-se com "mundos e fundos"? Não estiveram lá os "técnicos??" de ambos a efectuar os projectos? Lembram-se que diante de pais, professores e Deputados desta Assembleia, já por duas vezes, afirmaram e reafirmaram que esta escola iria ter as instalações de que carenciava? E o Parque Desportivo da Ribeira Grande? Onde anda Senhores Membros do Governo? Será que as "línguas de fogo" do "Santo Domingo de Páscoa", em sinal de "Pentecostes antecipado", caídas na SRHOPTC o transformou em "4ª feira de cinzas"? Ainda há dois meses o Senhor Secretário Regional da Educação colocava o Presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária da Ribeira Grande, o seguinte: ou o Parque ou a Ampliação da Escola

Secundária! Afinal, nem uma coisa nem outra! Tanta demagogia! Tanta afronta ao Povo da Ribeira Grande! E não resisto à tentação de afirmar: Tanta Mentira!

Mas continuemos a percorrer o arquipélago!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vejam os o que se passa com a Terceira.

Em 1992 dizia-se: - construção de uma escola tipologia ES/40T em Angra do Heroísmo (1ª fase) 30.000 contos - (Não constava a ampliação da Escola Secundária Padre Jerónimo Emiliano de Andrade, mas fez-se, completou-se e entrou em funcionamento).

Vejam os 93 - Ampliação da Escola Emiliano de Andrade - já nem o nome vem direito - 12.000 contos - para pagar a obra feita o ano passado, dizemos nós; e, nada consta da nova escola para Angra, havendo 100.000 contos para a Secundária da Praia, o que já não chega só para pagar as obras feitas, onde vão buscar o resto da verba? Parece que à última hora e para responder não sei a quem, ou para comprar o voto não sei de quem, ou para calar a boca não sei a quem, ou para que, não sei quem, fique onde está, ou para acalmar não sei quem, circula uma "adenda clandestina" que foi "roubar dinheiro à Secundária da Madalena do Pico" para "capear" os terceirenses. Mas, Senhores Governantes, não vos esqueçais que os "aficionados" sabem que a 1.ª tourada é no dia 1 de Maio e a última na semana do primeiro domingo de Outubro. Coisa que parece que o Secretário do Turismo desconhece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saltemos para o Pico, já que Graciosa e São Jorge nada têm. Pobre Pico! Pobre Escola Cardeal Costa Nunes! Só espero que o "Bom Homem" não dê mais uma volta na sepultura pois ao ritmo de 92 e 93 lá para meados do Século XXI talvez algum aluno da Madalena a frequente.

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Estaremos lá para ver!

O Orador: Pobres Picarotos! Pobre Ilha do Futuro! Uma vez mais o V Governo, o que mais prometeu em campanha, o que mais se comprometeu é quem será coveiro do Pico! E bem me dizia o celeberrimo Sr. Quaresma "Oxalá! Eu gostaria de ver a minha gente entrar pela porta dessa Escola!" Caro amigo lute, lute por viver muitos

anos pois "a coisa está negra", mais negra que "As Pedras Negras" do Dias de Melo. Já me esquecia, a Piedade tem 13.000 contos para pagar as obras do ano passado, pois os alunos já há muito que estão na escola.

O Faial, como sempre, vai continuar a sonhar com a nova ES/40T na Horta (1.ª fase) que em 92 tinha 15.000 contos. Este ano tem um risco a vermelho. Fala-se numa grande reparação na Escola Preparatória da Horta, dotando-a de 90.000 contos. Entretanto o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura foi à Comissão de Juventude falar numa ampliação da Secundária da Horta! Vamos lá nós entender este Governo! Em que é que ficamos: vai ou não avançar a nova Escola? Com que verba? Quando? E qual é a Escola que vai ser ampliada?

Bom, deixemos o Corvo que nada tem e finalmente passemos às Flores que vinha orçamentados 30.000 contos para a ampliação da Escola Primária de Santa Cruz em 1993, o que é uma grandíssima mentira, pois a escola não foi ampliada, foi sim reparada porque tinha sido mal construída, sem qualquer tipo de fiscalização digna desse nome; era uma escola com meia dúzia de anos e já gastou tanto na reparação como se fosse para fazê-la de novo; além disso, as obras foram feitas em 1992 e ninguém percebe porque não se acabam e para lá se transferem as crianças! Ao menos tenham dó das pobres crianças!!! Ah, já me esquecia, este ano também se vão fazer "melhoramentos na Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores" no valor de 27.500 contos, dado que as obras de ampliação que foram feitas no ano lectivo passado não estavam orçamentados, perdão, previstas no Anexo de 92 e há que pagá-las.

É este, em traços claros/negros o panorama.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podíamos falar da nossa Universidade! Do seu desespero! Da lamúria dos seus alunos e professores! Da angústia do seu Magnífico Reitor! Das verbas que se perderão do Programa Ciência da Comunidade se não fizermos o que temos de fazer! Das Propinas que são o dobro do resto do País! Das instalações das garagens do Relvão! Dos antigos pavilhões do Hospital da Terra Chã! Do pré-fabricado do Departamento de Oceanografia e Pescas! Mas,... basta de lamúrias! É preferível seguirmos o

exemplo do Exmo. Senhor Secretário Gualter Furtado: tenhamos aulas de guarda-chuva aberto!

Basta, porque, como disse o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura...

Secretário Regional das Finanças Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): É para lhe refrescar as ideias!

O Orador: ...na Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e, estou a citar de memória: "Os anos de 93 e 94 são para pagar as obras de 92, 95 é para respirarmos e em 96 procuraremos lançar novas obras".

Para quê falar do Plano e Orçamento para 93 se o que lá está não o é? Construções não correspondem a nenhuma afirmação feita pelo Governo, verbas são para pagar a obra feita em 92 e, as verbas das despesas correntes não chegam.

Para quê falar de Orçamento para 1993 se as verbas que lá estão, são irrisórias, insuficientes, incertas, imprevisíveis.

Três pequenos exemplos:

No Capítulo das **Receitas** diz-se: - FEOGA, FEDER e FSE - 10.400.000 contos; Diversas - do Exterior - CEE - 600.000 contos (digo eu naturalmente que devem ser verbas dos DOM); Acordo Luso-Americano sobre facilidades concedidas nos Açores - 1 conto (ouviram bem, mil escudos) mas nem esses virão; Empréstimos de todas as "raças" - digo eu - 10.000.000 contos. Na **Despesa** - e para citar apenas uma estrutura - Direcção Regional de Educação - 16.694.753 contos - faltam no mínimo dois milhões de contos para despesas correntes que possibilitem o funcionamento do Sistema Educativo.

Da minha parte chega!

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Aurélio da Fonseca*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Francisco de Sousa, eu gostaria de dizer o seguinte:

Nós, efectivamente, não temos falta de Educadores de Infância e a suspensão do curso resulta de termos excesso de Educadores de Infância e de ser a medida mais correcta para obstar a que todos os anos os educadores me passem pelo gabinete pedindo isto e aquilo, por forma a não ficarem no desemprego.

Lembro que, neste momento, estamos a fechar prés por falta de alunos e mesmo assim cobrimos mais de 90% das freguesias da nossa Região.

Em contrapartida no 1.º Ciclo do Ensino Básico, precisamos de professores e é por isso mesmo que a suspensão do Curso de Educadores de Infância faz-se abrindo em simultâneo uma nova área de formação no Pólo Universitário da Terra Chã. Logo no próximo ano lectivo em vez dos 25 professores que temos vindo a formar por ano, vamos formar 60 professores/ano.

Quanto a dados sobre professores e suas qualificações e tendo em conta os dados que o Sr. Deputado aqui apresentou, estão ultrapassados. Eu gostava de introduzir algumas alterações, na medida em que a nível das habilitações dos nossos docentes, a situação neste momento em relação a professores com ou sem habilitação é diferente daquela que enunciou. Nós temos neste momento 60,4% de professores...

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...com habilitação e 39,6% sem habilitação, ou seja, com habilitação suficiente ou ainda sem ela.

Por último e porque vou responder à parte das construções escolares na minha intervenção, eu não queria deixar de dizer que no que toca à Ribeira Grande, está-se fazendo um falso problema quanto à premência da ampliação das instalações. Nós não podemos comparar a situação da Ribeira Grande com outras situações que temos na Região, nomeadamente em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo.

Em relação à escola primária das Flores - como última informação e antes que o tempo se esgote - já está em funcionamento e daí que não percebi qual era a questão que aqui levantou.

Presidente: Sr. Secretário Regional, acabou o seu tempo e por isso agradecia que terminasse.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Gualter Furtado*): As primárias são das Câmaras!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

Já agora, comecemos do fim para o princípio e tendo em conta que V. Ex.^a disse que na Ribeira Grande está-se a fazer um falso problema, não fui eu que o fiz, mas sim V. Ex.^a e o Governo Regional, porque tornou falso todos os papéis que tenho na minha frente e que são:

- Relatório de Execução Anual de 92.
- Plano a Médio Prazo 92.
- Plano 93.

Pelo seguinte e...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ...no Plano de 92, V. Ex.^a - na altura é que era Secretário - lá inscreveu Escola Secundária da Ribeira Grande - 10 000 contos, como vê não fui eu, mas sim V. Ex.^a é pôs lá!

Quem é que está a fazer o falso problema?! Eu ou V. Ex.^a há um ano visto que era ano de eleições e que para enganar o povo da Ribeira Grande pôs num Plano uma coisa que dizia que era falsa!

Vozes da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Não fui eu que fiz, foi V. Ex.^a e já agora consigo directamente, porque V. Ex.^a é o responsável pela área e também o Governo na sua globalidade que é que fez

um falso Plano em 92 - repito, falso - ou então o de 93 é ainda mais falso! Por isso, vou-lhe dar outro exemplo em que se diz:

No Relatório Anual de Execução de 92:

Flores - Instalações para os ensinos pré-escolares e primário: 10 683 contos.

Escola Primária de Santa Cruz - Ampliação e remodelação incluindo a construção de duas novas salas, de instalações sanitárias e de um recreio coberto no pátio interior da escola. Obra concluída.

Se a obra está concluída como é que V. Ex.^a agora para 93, diz que precisa de 30 000 contos para a mesma escola e em 94 ainda põe mais 10 000 contos?!

Deve ser mentira, porque eu é que não sei ler! Mas, no entanto no ano passado V. Ex.^a nesta mesma escola, dizia assim:

Flores - Programa 1/ Construções Escolares - Melhoramento do Parque Escolar. Melhoramento das Instalações...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ... e Recuperação Financeira com as Autarquias - 2 000 contos.

Quem é que está com falsos problemas?! Quem é que está com falsos documentos?!

Quem é que está com falsas insinuações?!

Portanto,...

Terminou o meu tempo, Sr. Presidente?!

Presidente: Ainda não.

O Orador: Portanto, a questão é esta: Quem é que está aqui a tentar enganar quem?

Não estou a enganar ninguém, porque além disso os documentos que eu li são desta brochura que me foi distribuída e que tem cá em cima: Região Autónoma dos Açores/Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Será que também o Sr. Secretário Gualter Furtado entra nesta mentira? Se calhar também entra e se entra...

(Aparte inaudíveis do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública)

O Orador: ...que avise os seus serviços que quando fizer brochuras, as faça com os dados correctos e não com falsidades!

Posso dizer qual é o número da pasta e qual é o quadro que está.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo Regional, Sr. Secretário da Educação e Cultura:

Três ou quatro perguntas muito rápidas.

Eu gostaria de saber, Sr. Secretário Regional, o que é que aconteceu ao Museu da Horta que estava incluído em Planos anteriores e desapareceu?

Gostava também de saber, porque é que a Escola Secundária da Horta também incluída em Planos anteriores/ Edifício Novo-1.^a fase já com dotações de algum tempo, passou a chamar-se ampliação da Escola Secundária da Horta?

Gostava de saber igualmente, o que se passa com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores que tem uma dotação para este ano na ordem dos 10 000 contos e para que vai servir essa dotação?

Finalmente, a última pergunta e é em relação à Escola dos Flamengos também planeada e com dotações orçamentais de há muitos anos e que tem 5 500 contos. Daí que gostava de saber em que situação é que isto se encontra e para quê esta quantia que parece perfeitamente irrisória?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para pedir esclarecimentos.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Eu queria deixar aqui bem vincado nesta Assembleia o meu veemente repúdio por aquilo que é feito no Plano em relação à Escola da Madalena.

Acabo de 7 anos de luta nesta Casa, muitos sabem e muitos conhecem que quem olha para o Plano e para aquilo que se prometeu e contrasta ou chora ou grita! Tem de optar.

Há pessoas que não conhecem a realidade açoriana, infelizmente. Nem sabem em que moldes funciona o ensino na Madalena do Pico, por isso podem rir, porque não tem lá os seus filhos nem os problemas para resolver.

Deputado Rui Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Este, não é um problema de rir, este é um problema de pensar!

Eu já afirmei uma vez aqui nesta Casa que o Governo foi ao Pico há 10 anos com duas pedras na mão. Enterrou uma bem enterrada!

Deputado Rui Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E é preciso que de facto este problema de uma vez por todas seja resolvido, porque eu não o entendo.

Eu tenho na mão uma resposta a um requerimento de há um mês e tal que diz assim:

"Atendendo ao prazo contratual, prevê-se que a conclusão dos trabalhos ocorra em Julho de 94".

Olhem para o Plano e comparem!

Agora eu pergunto como é que um professor - toda a gente sabe como é que se recruta um professor para um externato - que conheça isto, trata da sua vida. Vai embora à procura de emprego.

Deputado Francisco Sousa (PS): Muito bem!

O Orador: Como é que se arranjam professores para ensinar alunos?!

E como é que o Sr. Secretário Gaspar da Silva disse ontem:

"O PSD garante e reafirma que a família é núcleo da sociedade".

Eu confirmo e também sei, **belo "trabalhinho" que estão arranjanado para as famílias picoenses, não?!** Sem escola para ver os seus filhos partirem e nunca mais voltarem!

Este problema era um problema crucial e é pena não estar aqui o Sr. Presidente do Governo, porque ele prometeu que era um problema crucial, fundamental para a Ilha do Pico. Um sonho de anos que merece ser concretizado.

Eu chamo a isto, pura e simplesmente uma barbaridade!

Vozes e aplausos da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

No Relatório Anual de Execução do Plano de 1992 e em que já foi referido pelo Sr. Deputado Francisco Sousa a Escola Primária de Santa Cruz das Flores.

No entanto, queria referir a Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores a qual na mesma página - página 25 - diz-se que a obra está concluída. De facto em Outubro passado ou pelo menos a partir da data em questão não houve qualquer obra lá.

A pergunta que faço, é se efectivamente os 27 500 contos que estão contemplados na desagregação do Plano para 93 é para pagar a obra feita, para se fazer mais algumas alterações ou pura e simplesmente corrigir o que está mal feito?

Um outro aspecto que queria referir, porque julgo ser fundamental e daí que peço ao Sr. Secretário que esclareça aqui tais situações!

Como é que nos Planos anteriores, por exemplo, em relação à Escola da Ribeira Grande/São Miguel em que vinham contempladas obras no Plano de Médio Prazo 89/92 ou melhor no respectivo Anexo, no entanto não se concretizaram e no momento pura e simplesmente desiste-se para agora dizer-se que a situação em Ponta Delgada e Angra são respectivamente muito piores.

Sr. Secretário, isto só tem uma conclusão em que de facto a situação é caótica nesta Região em relação aos equipamentos escolares, bem como aos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino.

Ainda um outro aspecto fundamental e que na Comissão já coloquei ao Sr. Secretário e que diz respeito à Universidade.

Todos nós conhecemos o problema de autonomia da universidade e respeitamos, bem como sabemos tudo o que daí advém.

No entanto, na Comissão V. Ex.^a admite que a Educação Física possa passar e ser leccionada na Terceira. Recentemente num órgão de comunicação social da Região falava-se da reivindicação da Educação Física para São Miguel. Eu apenas quero recordar que responsáveis do Governo prometeram à cidade da Horta o Curso de Educação Física no momento em que fecharam a Escola do Magistério Primário.

A minha pergunta já não diz respeito à Educação Física visto que essa fi-la na Comissão, mas sim, se o Governo Regional entende ou não que deve haver um campo universitário com alunos nessa cidade? Porque se entende que não, então que o diga claramente e que não ande com pseudo-universidade, com imagem de universidade ou como miniaturas de universidade apenas para caçar votos, porque de eleitoralismo estamos fartos!

Em relação a um outro aspecto que eu penso que também é importante que o Sr. Secretário refira, é no que diz respeito à fixação dos professores. O que é que vai ser feito durante este quadriénio no sentido de se fixarem os professores que ainda são necessários para a Região?

Presidente: Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

De facto V. Ex.^a ainda não fez a sua intervenção e por isso presumo que eventualmente respondesse ao que eu deixei na minha intervenção.

Mas de qualquer maneira não posso deixar em claro estes dois aspectos que são de facto espantosos.

No Anexo do Programa de Médio de Prazo 93/96 - Construções Escolares, código 8 - Graciosa zero;

código 9/Equipamentos Escolares- Graciosa zero;

Quer dizer que não há construções, não há equipamentos. Aliás, não há nada ou melhor não há um centavo!

Explique-se por favor.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Não há dinheiro!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar esclarecimentos aqui solicitados.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quando eu disse que estava a levantar um falso problema em relação à necessidade e à urgência que está a pôr, nomeadamente, em relação à Ribeira Grande que figurou

como outros estabelecimentos de ensino nos Planos anteriores e que não figura neste porque, efectivamente, não há hipótese material de se concretizar neste Plano algumas das ampliações e que pelo facto de só não estarem aqui neste Plano não continuam a deixar de ser necessárias. São necessárias, não tem é a premência ou a urgência que querem fazer crer.

E ouçam só isto!

Sabem quantos alunos é que existe no 11.º ano da Escola Secundária da Ribeira Grande, 90. Sabem quantos alunos é que existe no 10.º ano, 134. No unificado existem 260, 217, 169.

Comparem, Srs. Deputados, com os 1056 de uma Antero de Quental no Secundário, os 1218 de uma Domingos Rebelo, os 1247 de uma Jerónimo Emiliano ou no unificado com os oitocentos e tal alunos que existem em cada uma das escolas que mencionei ou com os quase 1500 que existem na Jerónimo Emiliano.

Em relação a prioridades, acho que estamos esclarecidos de uma vez por todas e daí que não vou perder aqui mais tempo com isso.

Por isso, é de facto um falso problema. Não há aqui demagogias, não há artifícios eleitoralistas!

A Escola Secundária da Horta está prevista no Plano em 96. Dentro das prioridades, não é uma prioridade para o princípio nem para o meio deste Plano, é algo que vem contemplado no último ano deste Plano.

No Departamento de Oceanografia e Pescas está contemplado com 70 000 contos.

O Museu da Horta não está efectivamente contemplado, porque a Cultura não dispõe de verbas suficientes para fazer face a todos os assuntos culturais e daí que não está prevista qualquer intervenção dentro desta área.

Quanto à Cardeal Costa Nunes, no Pico, é daquelas frentes que vai continuar, como vai continuar a Vitorino Nemésio, como vão continuar as obras na Universidade ao ritmo possível e com o dinheiro que está consignado ou com aquele que vier no Novo Quadro de Apoio Comunitário para o segundo biénio deste Plano.

Santa Cruz das Flores tem, efectivamente, a obra concluída e a verba que existe é para pagar aquilo que foi feito e que só agora será pago.

Presidente: O Sr. Secretário dispõe de mais um minuto.

Quanto à Educação Física, eu não afirmei na Comissão que o curso em questão vinha para a uma ilha ou para outra. Eu apenas disse que isso é problema que não compete ao Governo Regional e relatei à Comissão - e faço lembrar isso ao Sr. Deputado - quais eram as premissas que estavam em jogo e que iam ser posta à consideração do Senado. Isso é um problema do Senado e não é um problema que o Governo se possa meter, porque estaria a entrar na autonomia universitária.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, no que diz respeito às suas questões eu respondo depois na minha intervenção porque constam dela, bem como também disse o mesmo ao Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Valadão pediu a palavra, naturalmente, para pedir mais esclarecimentos.

No entanto, eu só lembrava aos Srs. Deputados de que o Sr. Secretário Regional ainda não fez a sua intervenção e respondeu ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

De maneira que é só para clarificar este assunto, porque há pouco pareceu-me que o Sr. Deputado Carlos Mendonça estaria convencido que o Sr. Secretário já teria feito a sua intervenção, o que não aconteceu.

De qualquer forma, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Valadão para pedir mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Esta matéria daria uma grande discussão e infelizmente o tempo não me permite e por isso mesmo quero fazer apenas uma pergunta.

É se o Sr. Secretário, tem ideia de qual é o funcionamento em termos de aulas da Escola da Ribeira Grande?

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Uma pergunta muito simples para ver se eu me entendo.

V. Ex.^a diz que hoje não há demagogia nenhuma.

A minha pergunta é no sentido de que houve super demagogia ontem. Houve ou não houve?

É só sim ou não.

Presidente: Tem a palavra para pedir mais esclarecimentos o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É muito rápido.

Eu compreendi perfeitamente a resposta que deu à pergunta sobre a Escola Secundária da Horta e por isso queria agora só completar.

Então, posso acrescentar essa previsão aqui no Plano para 96/Escola Secundária da Horta, porque não está aqui.

Posso acrescentar com segurança?!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para responder ou prestar os esclarecimentos tão solicitados.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Aurélio da Fonseca): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não há e nem houve demagogia.

Eu já disse mais do que uma vez a esta Câmara que as escolas ao estarem previstas no Plano, mesmo com verbas muito pequenas, sempre lá estiveram para que se mantivesse presente a necessidade de se fazer determinado tipo de ampliações.

O facto de neste ano algumas delas não constarem e repito algumas delas não constarem,...

Deputado Francisco Sousa (PS): Todas!

O Orador: ...deve-se a este ano e face à exiguidade das verbas e à metodologia que foi adoptada na elaboração do Plano se ter assumido em apresentá-lo da forma como está.

Não significa que escolas como as que aqui foram enunciadas, tenham deixado de ter premência ou tenham pura e simplesmente sido riscadas do mapa.

Na discussão a seguir à minha intervenção e na sequência dos trabalhos que aqui serão feitos e sobre as condições escolares, os Srs. Deputados, vão ter as respostas de que precisam.

Presidente: Srs. Deputados, nós vamos neste momento fazer uma interrupção nos nossos trabalhos para intervalo.

Vamos fazer um intervalo de 30 minutos e desde já pedia aos Srs. Presidentes dos grupos parlamentares, Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Paulo Valadão que daqui por 10 ou 15 minutos nos reuníssemos na Sala da Mesa.

(Eram 18:30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares, a fim de prosseguirmos os nossos trabalhos.

(Eram 19:30 horas)

Para uma intervenção vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Encontrámo-nos reunidos nesta Assembleia para se discutir e concertar a aprovação do Plano a Médio Prazo para 1993/1996 e ainda o Plano e Orçamento para este ano de 1993.

Estes documentos foram já objecto de aturados estudos nas diversas comissões.

Reconheço que estes não são os Planos ideais mas são os Planos possíveis. De resto o próprio Governo Regional também já reconheceu isso mesmo. Até a própria oposição através de algumas intervenções aqui já proferidas está de acordo com esta ideia.

Não restam dúvidas, penso que a ninguém de que as profundas alterações, dos mais variados aspectos, que se vivem em todo o mundo condicionaram a feitura destes Planos, é especialmente por essas razões, moderação e prudência eram valores que

deveriam ter sido tomados em conta na execução dos mesmos. Foi isso mesmo que o Governo Regional fez.

Nós acrescentamos ainda que para além de ser o Plano possível é também um Plano sensato para a época de crise que estamos atravessando.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Graciosa, contrariamente àquilo que diz a nossa oposição, muito se tem feito ao longo destes últimos 16 anos, provando-se assim que a Autonomia Política Administrativa é um valor que devemos preservar a todo custo.

Mas não se pense que está tudo feito e à semelhança do que se passa nas outras ilhas do arquipélago muitos são os problemas que se põem, ainda, aos Graciosenses. Era nossa, intenção que este Plano a Médio Prazo os contemplasse, com o intuito de os resolver. No entanto, devido à escassez de recursos financeiros, isso não foi possível.

Mas saberemos esperar a ocasião. Ela não irá faltar concerteza.

Quem sabe se essa oportunidade não acontecerá já numa das próximas Revisões do Plano?

Contudo há verbas não desagregadas que canalizadas para as diversas dependências das Secretarias do Governo a actuarem naquela ilha resolverão alguns dos nossos problemas, até porque eles não implicam grandes dispêndios.

Eis alguns desses problemas:

No sector das Pescas onde ainda se usam barcos de reduzida dimensão, é importante que se melhore a rampa de varagem e o parque de estacionamento de barcos do porto da Praia, que, devido à construção do Porto Comercial da ilha ficou com melhores condições tendo atraído para ali mais algumas embarcações acabando por o saturar.

Quanto à agricultura, gostaria de dizer que se encontra em execução o Centro de Formação Agrária, obra que julgámos importante porque aí serão concerteza desenvolvidas acções de formação que irão desvendar aos nossos agricultores, horticultores, etc. as novas técnicas que permitem produzir mais e com mais qualidade, e assim poderem competir nesse grande mercado que é a Europa Comunitária.

No que se refere a caminhos de penetração, tão importantes para o desenvolvimento do referido sector agrícola, é necessário concluir o Caminho dos Vimiais e será

também importante reabilitar e remodelar muitas das canadas já existentes que se encontram presentemente em más condições. Em minha opinião essa tarefa poderia ser confiada aos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Graciosa.

As Vinhas que há alguns anos atrás tinham grande impacto na economia da ilha continuam abandonadas e a reforma que se tenta implementar não tem até agora trazido os frutos que se pretendiam.

Notei com agrado inscritas neste Plano verbas que se destinam à florestação. São poucas é certo, mas poderão ser o motor de arranque de uma actividade que poderá aproveitar zonas incultas na Ilha, podendo também ter, futuramente, algum impacto económico.

Outro sector de grande importância na economia da nossa ilha é sem dúvida o dos lacticínios. No entanto esse sector debate-se, com é sabido, com os mais variados problemas sendo os de maior relevo o da classificação do leite e o da substituição da velha unidade de transformação propriedade da Unicol, por uma nova, à semelhança do que foi já feito em S. Jorge, e nas Flores. São muitas as razões para se pedir a substituição daquela Fábrica, as quais seria extenuante estar aqui a enunciar, mas não me coíbo de referir duas:

- 1.^a O elevado grau de degradação do seu equipamento e até da sua estrutura física.
- 2.^a A sua localização, numa área residencial, muito próxima do centro da vila que como todos sabem é classificada.

No Turismo, julgamos que temos, pelo menos, tantas potencialidades como as demais parcelas da Região, acrescidas agora com a reentrada em funcionamento das termas do Carapacho, mas é preciso que se dêem a conhecer aos diversos agentes de turismo, da Região e fora dela, essas potencialidades.

Também com agrado registo algumas verbas que se destinam à Juventude, em diversas vertentes, desde o apoio a Jovens Empresários, apoio à Habitação, apoio ao associativismo Juvenil, etc..

Entretanto gostaria também de referir que é necessário apoiar os lares da 3.^a idade e outras instituições que se dediquem ao apoio da referida faixa etária, afim de que as mesmas possam continuar a prestar bons serviços.

No tocante à habitação estão inscritas algumas verbas, como não poderia deixar de ser. Não serão aquelas que pretendíamos mas é preciso lembrar que neste capítulo muito já foi feito e julgamos que essas verbas, bem geridas, serão, para já suficientes para se dar continuidade ao trabalho de recuperação do nosso parque habitacional.

Naquilo que concerne a transportes marítimos pede-se que as companhias a operarem presentemente na Graciosa sejam apoiadas de forma a que se obriguem a tocar naquela ilha de uma forma regular evitando-se assim situações de ruptura do mercado que a acontecerem levaram a que os produtos atinjam por vezes preços especulativos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para finalizarmos, esta curta intervenção, gostaríamos de salientar que apesar de não ser o Plano ideal, como já aqui referi, iremos votá-lo favoravelmente porque acima de tudo este Plano a Médio Prazo, mesmo em época de crise, permite continuar o desenvolvimento harmónico destas nossas ilhas.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para pedir ou dar esclarecimentos?

Deputado Carlos Mendonça (PS): É para pedir e dar esclarecimentos, Sr. Presidente.

Presidente: Então, tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado João Cunha:

Ouvi atentamente a sua intervenção e muito rapidamente vou respigar três ou quatro aspectos que me parecem mais fundamentais.

Ater-me-ei, em título de introdução, ao facto de que aquele aspecto já vem aqui sendo dito há muitos anos, ou seja, de que ao longo de 16 anos muito se fez, é gáspea estafada. É preciso fazer o que não se fez nesses 16 anos e corrigir o que foi mal feito.

(Aparte inaudível da bancada do PSD)

O Orador: Ok! E há muito para fazer!

Por outro lado, V. Ex.^a disse que de facto desejava ver outras coisas inseridas no Plano, mas as que lá estavam inseridas o satisfaziam "grosso modo".

Eu pergunto, nomeadamente, que quando falou naquelas que não foram inseridas e que seriam poucas verbas ou pequenas verbas, V. Ex.^a não falou, talvez, porque se esqueceu intencionalmente - tem todo o direito. O que é que tem a dizer acerca do programa das escolas e que não é referido no Plano?

O que é que tem a dizer acerca do dito molhe de protecção da Praia que também não é referido no Plano e que V. Ex.^a também já o evocou aqui?

O que é que tem a dizer acerca dos caminhos de penetração, quando só vê ali 8 mil contos para um conjunto e não apenas para um caminho? E quando sabemos que são precisos muito mais ou melhor que é preciso muito mais dinheiro.

Pergunto-lhe ainda se o centro de formação com o qual parece que V. Ex.^a se congratula e com as verbas atribuídas à Agricultura quando no ano de 1993, - como tive a oportunidade de dizer - a maior verba está concentrada num edifício que V. Ex.^a classifica e muito bem de centro de formação, mas nós estamos fartos de edifícios. Na Agricultura o que é preciso, prioritariamente, é pôr os Serviços de Desenvolvimento Agrário a funcionar. No entanto, não digo que o edifício não seja necessário, mas já lá havia um, foi demolido, foi feito outro e o que sabemos é que não há uma definição de Política Agrária nos Açores e em particular para a Graciosa. E portanto,...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Em particular para a Graciosa, não há Sr. Secretário! Não há!

V. Ex.^a fique com as suas opiniões que eu fico com as minhas.

Quanto às Termas do Carapacho, sim senhor, reconheço que é uma obra bem feita,...

Presidente: O Sr. Deputado dispõe de mais um minuto.

O Orador: ...no entanto vejo que não foi dado a conhecer para o exterior como ontem aqui disse.

Quanto aos lacticínios, já fiz um requerimento em que deixo estas preocupações expressas, tal como V. Ex.^a também as expressou.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para prestar esclarecimentos.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pronto, eu acabei por não ficar nada esclarecido. Aliás, eu só queria dar uma resposta ao Sr. Deputado Carlos Mendonça e que é o seguinte.

Relativamente às escolas, penso que o Sr. Secretário da Educação e Cultura na devida altura lhe dará as explicações que já lhe disse que daria.

Relativamente a outras verbas que aqui pôs, apenas se justificam pelo facto de algumas dessas obras desaparecerem, porque como sabe a Região atravessa uma grave crise financeira.

No restante, o Sr. Deputado Carlos Mendonça e que considero meu amigo,...

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ah, vocês são amigos?!

O Orador: ...aliás, deixou-me mais confuso.

Em primeiro, gostaria de lhe fazer a seguinte pergunta:

O que é que se fez de mal feito na nossa ilha?

Deputado José Aguiar (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo, o Sr. Deputado afirmou que o edifício para o centro de formação agrária tinha sido demolido, eu gostaria de saber em que dia e em que data é que isso aconteceu? Porque, com certeza, que o Sr. Deputado não vai mentir aqui conforme às vezes faz lá na nossa ilha...

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Cabral)

O Orador: ...e toma certas atitudes apaixonadas e facciosas como lá o faz.

Eu gostaria que me dissesse e esclarecesse aqui a Assembleia em que dia e em que data é que se fez a demolição do edifício para o Centro de Formação Agrária da Graciosa. Isso quero eu saber e penso que toda esta Assembleia.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Carlos Mendonça (PS): É para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

(Risos da bancada do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não posso!

Deputado Rui Melo (PSD): Pode sim senhor!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Estava à espera da sua autorização.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para defesa da honra, porque o não obstante o envolvimento preambular que o Sr. João Manuel Cunha integrou a sua pergunta ou melhor duas perguntas que me fez, chamando-me mentiroso.

Chamou-me explicitamente mentiroso!

Deputado Jorge Cabral (PSD): E faccioso!

O Orador: Pronto e defendo a minha honra nisso. Defendo e está defendida.

Quanto às perguntas, creio que põe a questão da demolição que eu já aqui falei, bem como do edifício que está agora a ser construído, ou seja, o centro de formação.

Eu sei que o que foi demolido, não era centro de formação. Agora o que eu critico, é o facto de não se ter aproveitado as estruturas já existentes e adaptado o restante. Está a perceber?! É a chamada má gestão.

E quanto ao que foi mal feito na nossa ilha, eu poderia de facto dar vários exemplos.

É olharmos para as obras do centro de saúde que estão a ser feitas neste momento e que não vão responder às necessidades da ilha.

É olharmos para a gare do aeroporto que tem os ferros todos amostra e só tem 10 anos de existência e como tal já chove lá dentro.

Quer mais exemplos?!

Deputado João Cunha (PSD): Quero!

Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Natalino Viveiros): Não chove na sua casa? Na minha chove!

O Orador: Estes dois são de monta. É olharmos para o cais acostável que necessita neste momento que seja atendível uma reparação em termos de não haver uma deterioração grave.

Quer mais exemplos?!

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para prestar mais esclarecimentos.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu continuo sem estar esclarecido e por isso volto a reafirmar, apesar de lhe voltar a ofender a honra...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...de que V. Ex.^a continua a mentir, porque realmente o centro de formação agrária ou o edifício que lá está em construção nunca foi demolido. É aquele que lá existia, é aquele que está ser remodelado e é aquele que vai ser o Centro de Formação Agrária da Ilha Graciosa.

V. Ex.^a continua a não me dizer em que dia e em que data foi demolido um edifício naquele sítio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para defesa da honra.

(Aparte inaudível da bancada do PS)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Não percebi. Não, a honra não gasta tempo. Não desconta. Estou a dizer que não.

Deputado Fernando Fonte (PS): A defesa da honra não gasta tempo. A defesa da honra não desconta.

Presidente: A defesa da honra normalmente não desconta.

Tem é que ser rigorosamente...

Deputado Carlos Mendonça (PS): E é no mesmo contexto...

Presidente: Sr. Deputado...

Sr. Deputado Carlos Mendonça, é evidente que à pouco não foi apenas a defesa da honra.

(Risos das bancadas do PSD e Governo)

Foi a defesa da honra e os esclarecimentos, no entanto não foram levados em conta.

Agora, se é só para defesa da honra, seja rápido a defender a sua honra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

E para defender a honra no contexto do epíteto de mentiroso que garanto que não sou! É subjectivo, é meu.

É só defesa da honra, Sr. Presidente da Mesa.

Existia ou não um edifício no sítio onde se está a construir, o que agora se está a fazer?

Foi ou não foi demolido o sítio onde estava a Sra. Engenheira Socorro ou melhor onde ela trabalhava e onde estavam instalado os serviços administrativos?

Existia ou não existia?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para responder às perguntas formuladas pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça na sua defesa da honra.

Deputado João Cunha(PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria só de esclarecer visto que esta conversa, com certeza, que não nos vai levar a nada.

Por isso queria explicar a esta Assembleia que o edifício que se está a construir para o centro de formação agrária, é o mesmo que se estava a construir à muitos anos.

O que foi realmente e só para informação desta Assembleia, por forma a que se fique com luz sobre esta matéria e para não continuarmos com esta discussão que não nos leva a nada, apenas foi demolido um edifício...

Vozes da bancada do PS: Ah, Ah!

O Orador: Mas atenção...

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Mas atenção...

Bem, mas deixem-me acabar senão não ficam esclarecidos, com certeza!

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Estão muito nervosos!

Estão muito nervosos como é hábito!

Presidente: Srs. Deputados, eu agradecia que deixassem o Sr. Deputado terminar o seu ponto de vista.

O Orador: Os Srs. Deputados estão muito nervosos como é hábito! É costume daquela bancada encontrar-se sempre nervosa!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): De lá para cá também vem!

O Orador: Foi apenas demolido um edifício que era pequeno, obsoleto e velho. Em sua substituição está a ser construído o novo edifício que se destina ao centro de formação agrária.

(Apartes inaudíveis a Câmara)

O Orador: Apenas queria informar mais o seguinte.

Que esse edifício já foi construído acerca de 30 anos. O que está a ser demolido.

(Aplausos do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: O Sr. Deputado José Aguiar pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado José Aguiar (PSD): É para pedir um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era apenas para pedir um brevíssimo esclarecimento ao Sr. Deputado Carlos Mendonça, evidentemente, se fizer o obséquo de me responder.

Tendo em conta e uma vez que falou nas obras do centro de saúde e que as mesmas não iriam responder às necessidades da ilha, a pergunta é no sentido de:

Por acaso, sabe qual tem sido a ocupação média de utentes, naturalmente, antes de ele entrar em obras?

Ou melhor, quando tinha capacidade de 26 camas...

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações

(Natalino Viveiros): Não sabe!

O Orador: ...para internamento, qual tem sido a ocupação média das instalações do centro de saúde no que refere aos últimos anos?

Por outro lado e após as obras estarem terminadas, se sabe qual é o número de consultórios que lá ficarão disponíveis para prestar serviço à população, bem como o número de lugares no quadro para médicos e se os consultórios a criar darão ou não resposta às necessidades da ilha?

Obrigado.

Vozes da bancada do PSD: Não sabe!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sei, sei!

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): Não quer é dizer!

Deputado Paulo Valadão (PCP): Deve ser é Secretário da Saúde!

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Carlos Mendonça (PS): É para responder ao Sr. Deputado José Aguiar.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): O Sr. Deputado Carlos Mendonça agora é a caixa de ressonância do Sr. Deputado Fernando Fonte!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu sou a caixa de ressonância de mim próprio, Sr. Deputado! Ok, anote essa!

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aguiar:

O que me preocupa essencialmente em centros de saúde não é, quantos consultórios vamos ter? Quantos médicos lá vamos ter em termos de infraestruturas?

O que me preocupa, é qual a disponibilidade de camas que passamos a ter. Quais as condições que passam a ter os ditos quartos depois das enfermarias grandes serem divididas, bem como outras situações congéneres.

Porque, quanto a médicos estamos falados. Quanto a consultórios estamos falados.

Isso é que me preocupa, Sr. Deputado.

Presidente: O Sr. Deputado José Aguiar pretende utilizar a palavra com que finalidade?

Deputado José Aguiar (PSD): É para prestar um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Aguiar (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para referir que o Sr. Deputado Carlos Mendonça falou e talvez não disse nada ou disse muito pouco.

Estava preocupado não era com o número de consultórios, no entanto o que me parece é que antes falou em obras e que as mesmas não iriam responder às necessidades da ilha.

Eu perguntei-lhe qual era a taxa de ocupação e V. Ex.^a não me disse nada.

O que eu lhe posso dizer é que em termos de camas e depois das obras terminadas, o número não diminui, inclusivamente, é possível aumentar. E que antes das obras, com a capacidade existente na altura, a ocupação média daquele centro de saúde nunca foi além dos 54%, 55%, salvo erro.

Em termos de consultórios, ficamos com consultórios a mais, ou seja, além do número de médicos que existem no quadro. No entanto, pretendia que tivéssemos mais médicos na Graciosa e tudo farei para que isso aconteça.

O que acontece, efectivamente, é que ficamos com disponibilidade de meios físicos para dar resposta às necessidades do povo da Graciosa. Precisamos sim, talvez, de algum equipamento e até de alguns recursos humanos e aí podemos estar de acordo. Agora, quanto a dizer que as obras depois de concluídas não dão resposta às necessidades da ilha, ponho muitas dúvidas, até porque como se vê e pela a ocupação que aquele centro tinha, isto não corresponde à verdade.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui exclusivamente para discutir e votar o "**Plano a Médio Prazo**" e "**O Plano e Orçamento para 1993**", instrumentos que foram elaborados pelo Governo Regional e cujo debate e votação nesta Casa, revestem-se de elevada responsabilidade, isto porque, em linhas gerais, tais documentos, com ou sem alterações apresentadas e/ou aprovados pelos Senhores Deputados, traçarão o rumo desta Região até ao ano de 1996.

Neste pressuposto, e também porque temos o dever e a obrigação de defendermos, com justiça, as pretensões de quem aqui representamos, devemos equacionar, com rigor, os elementos constantes dos documentos acima mencionados, por forma a utilizar-se os escassos recursos financeiros desta Região, (**Corolário da má gestão dos anteriores Governos**) nos investimentos mais adequados ao desenvolvimento harmónico dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate, e com alguma lógica, é frequente ouvirmos intervenções que se relacionam com a leitura dos planos e os círculos eleitorais.

Quanto a mim não pensava conduzir a minha intervenção, exclusivamente, nessa vertente, mas depois de analisar as propostas dos planos já supra citadas, fiquei perplexo com a programação para São Jorge.

Que grande decepção!!!

Não me restam dúvidas que este Governo sofre de amnésia.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Oh, outro!

O Orador: Pergunto, para que serviu a última visita oficial do Governo a São Jorge, se não estão referidas no Plano as principais aspirações dos Jorgenses?

Como pode este executivo esquecer-se das obras tão relevantes para a minha ilha e que inclusivé já foram promessas do anterior PMP?

Para que serviu a tão importante e divulgada reunião do Governo com os Senhores Deputados do P.S.D., (eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge)...

Deputado Jorge Cabral (PSD): O Sr. Deputado não foi à reunião!

O Orador: ...com vista a elaboração dos documentos em análise, - é a divulgação que eles fizeram, Sr. Deputado - quando vejo que o executivo não lhes deu ouvidos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A ilha que saiu do anterior PMP com a pior taxa de execução foi São Jorge, (aproximadamente 50%) quando noutras se atingiu quase 80%.

Espero que não utilizem este critério por mais 4 anos, porque a situação sócio-económica da "minha" Ilha está debilitada e infelizmente já se vislumbram horizontes negros, filhos do tão falado "Mandato de Sucesso".

Subsecretário Regional da Comunicação Social (Joaquim Machado): E foi!

O Orador: Mas, vou passar a factos e debruçar-me sobre o PMP e nos sectores/programas mais importantes para o meu círculo eleitoral.

Assim temos:

Agricultura:

Este sector é certamente reconhecido de extraordinária relevância para a Ilha de São Jorge por quem legislou no sentido de considerar esta ilha uma zona demarcada com um queijo de marca registada.

Contudo sabemos que este produto é fabricado com leite cru e por conseguinte vulnerável a um determinado conjunto de bactérias patogénicas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Adolfo Lima*): Patogénicas?!

O Orador: Por outro lado também não será difícil concluirmos que com a agressividade do mercado, um produto certificado desafia mais a concorrência.

Isto é o suficiente para exigir-se prudência nesta área que passa pelo abastecimento de água às explorações agrícolas, pelo fornecimento de electricidade às mesmas, por uma satisfatória rede de caminhos de penetração, pela efectivação do serviço de classificação do leite, construção de um centro de formação profissional, por um bom trabalho de marketing, etc.

Quanto às pescas, dada a exíguidade da verba do PMP, tudo leva a crer que não será concretizado nos próximos quatro anos o que há quatro anos foi prometido.

Neste passo de caranguejo, no fim deste século estaremos ainda à espera de edifícios para a lota, da ampliação do porto do Norte Grande, das obras de beneficiação no do Topo, Fajã dos Vimes e da Calheta.

Nada mais digo deste programa, porque sei que a execução de um entreposto de frio naquela ilha foi tema eleitoral.

Passando a outro programa, vejamos o que temos ao nível do apoio à habitação para Jovens.

O Governo brinda os jovens Jorgenses com uma verba de 13 840 contos para 4 anos, dos quais 8 840 são do plano para 1993. Meus senhores, que miséria!

Até ficamos na dúvida, se os 8 840 contos para este ano, que correspondem a 64% do programado para os 4 anos, não serão ainda para pagar facturas de cimento do ano transacto, consequência das leviandades de alguns senhores que sem peso nem medida, confundiram os não necessitados com aqueles que na realidade o são.

Resumindo: No apoio à habitação para jovens estão programados para este ano 8 840 e para os restantes 3 anos, simplesmente, 5 000 contos.

Quanto aos transportes terrestres e no que concerne a São Jorge este PMP limita-se a apresentar acções todas elas constantes dos planos anuais dos 4 últimos anos. Por ironia do destino ele vem em minha defesa, pois se aqui disse, há poucos meses atrás, que o Governo faltava à verdade ao povo desta Região quando veiculava através de duas publicações suas pseudo investimentos em São Jorge, certo é que todos eles constam do documento em discussão.

Mais grave do que essa mentira é o facto dos Jorgenses, que já deviam estar a beneficiar destas obras, sujeitarem-se a um investimento de médio prazo na ordem dos 390 mil contos por ano, resultado da dedução das dotações do programa acima referido ao valor atribuído no PMP.

Secretário Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações
(*Natalino Viveiros*): Não é verdade!

O Orador: Falando ainda da rede viária, constato uma verba de 745 000 contos para a pavimentação da Variante da estrada regional n.º 1 - 2.ª entre Manadas e Urzelina.

Esta obra já foi executada e está aberta ao trânsito desde Setembro do ano transacto. Não obstante ter sido um investimento do Plano de 1992, em que o Governo liquidou nesse mesmo ano facturas no valor de 180 000 contos, de acordo com o respectivo relatório de execução, verifico que só para a pavimentação deste mesmo investimento estão programados nestes planos 745 000 contos, importância que é superior ao dobro da adjudicação e julgo exceder o quádruplo do custo dos trabalhos de pavimentação (tendo por base o custo do m2 aplicado na Região em obras do género).

À falta de uma fundamentação plausível para este assunto, resta-me ficar pela conversa de um dos técnicos da obra em causa, que justificava a diligência do empreiteiro nos trabalhos nocturnos (que durante semanas prolongaram-se para além das 24 horas) com o prémio que este ia receber pelo facto de antecipar a conclusão da obra, fazendo-a coincidir com as eleições passadas.

Sendo assim, direi que estamos perante mais um mau negócio do Governo Regional, pois quem esperou década e meia pela acima citada variante, esperava somente mais uns meses e ter-se-ia aproveitado esse excesso de largas dezenas de milhares de

contos para qualquer um dos outros investimentos, - vezes sem conta prometidos para São Jorge -, e já referidas na minha intervenção.

Voltando ainda às infra-estruturas portuárias, verifico que obras no porto da Calheta é assunto para esquecer enquanto tivermos Governos desta cor.

Ao nível do ambiente, e incidindo mais nas áreas protegidas e naturais, não vejo intenção de ser dado o adequado e merecido tratamento à Área Ecológica Especial da Lagoa da Caldeira de Santo Cristo.

Quanto à Educação, tantas obras do anterior PMP que não verão a luz do dia no decurso dos próximos 4 anos.

Falo da Construção do edifício escolar das Velas, e de um outro na Boa Hora, nas obras de ampliação e de melhoramento na Escola Preparatória das Velas, da Construção de edifícios para a Pré-Primária.

Nem um investimento nesta área para São Jorge, que pobreza!

Continuaremos a ter açorianos marcados por situações de desigualdade e de desvantagem ao nível da Educação. Muitos ainda ficarão por mais anos sem a possibilidade de frequentarem o 10.º e 11.º ano do Ensino Secundário.

Não vejo esforço, por quem de obrigação, para se efectivar esta justa pretensão dos Jorgenses, que logicamente depende de um corpo docente compatível, a integrar nos respectivos estabelecimentos de ensino.

Para tal é necessário criar-se condições a esses mesmos técnicos, nomeadamente a oferta de alojamento condigno mas, apartamentos para técnicos, só os fez o Governo nas Ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Ao nível da Segurança Social, temos para São Jorge a conclusão do Lar João Inácio de Sousa e uma modesta verba de 15000 contos a ser atribuída em 1996 para as obras de remodelação e ampliação da estrutura de apoio a idosos na Calheta.

Considerando o estado de degradação desta última estrutura, que todavia é um dos imóveis de boa arquitectura tradicional, e que desempenha um papel social fundamental, chamo a atenção do executivo para antecipar a atribuição dos 15 000 contos acima referidos e reforçar esta acção, no decurso dos próximos 2 anos, simplesmente para não correremos os riscos de assistirmos ao desaparecimento de um imóvel com uma longa vida ao serviço dos munícipes Calhetenses.

Para concluir esta minha passagem pelos Planos/PMP 93-96 e Plano para 1993, verifico que existem verbas para a execução do imóvel destinado à Secção de Bombeiros do Topo.

Faço votos que esta obra se inicie ainda no ano em curso e que não seja protelada por outro qualquer investimento, à semelhança do que aconteceu nos anteriores Planos Anuais.

Disse!

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e CDS/PP)

Presidente: Srs. Deputados, nós estamos em cima da nossa regimental e de maneira que vamos...

(Aparte inaudível do Deputado Rui Melo)

Presidente: Desculpe, o Sr. Deputado Rui Melo pediu a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): É para fazer uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente:

Eu solicitava a V. Ex.^a ou à digníssima Mesa, se fosse possível, ceder-me o extracto do Diário das Sessões de hoje, mais propriamente, no que se refere à passagem em que o Sr. Deputado Martins Goulart faz alusão aos Deputados do PSD à Assembleia da República.

Presidente: Como o Sr. Deputado tem conhecimento, as nossas intervenções aqui são gravadas e daí que no preciso momento não tenho forma expedita de poder fornecer esse elemento.

Terei que procurá-lo ou melhor os serviços terão que procurá-lo para o poder fornecer ao Sr. Deputado logo que seja possível.

Tendo em conta que estamos sobre a nossa hora regimental, vamos dar por encerrados os nossos trabalhos de hoje e amanhã continuaremos pelas 10:00 horas.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite e muito obrigado.

(Eram 20:00 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Ricardo Barros; **CDS/PP** - Alvarino Pinheiro).*

A Redactora de 2^a Classe: *Ana Cristina Bettencourt Marcelino*